



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 14

I Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 23 de Maio de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Natividade Luz) e José Ramos Aguiar.*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.20 horas)

Período da Ordem do Dia

Prosseguiu-se com a continuação da discussão das Propostas de Resolução sobre "Plano a Médio Prazo 1997/2000" e "Plano da Região Autónoma dos Açores para 1997", bem como da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Orçamento da RAA para 1997".

Sobre este assunto intervieram os Srs. Deputados Carlos Fraga (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Jaime Medeiros (*PSD*), Norberto Messias (*PS*), António Almeida (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), José Monjardino (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Natividade Luz (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), João Carlos Macedo (*PS*), Ana Carolina Silva (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), João Forjaz Sampaio (*PS*), João Greves (*PP*), Fátima

Sousa (PS), Aurélio da Fonseca (PSD), Joaquim Ponte (PSD), Eugénio Leal (PSD), Francisco Xavier (PSD), Sidónio Bettencourt (PSD), Rui Pedro Ávila (PS), Guilherme Pinto (PS), Madruga da Costa (PSD), Fernando Menezes (PS), Manuel Herberto Rosa (PS), Duarte Freitas (PSD), Manuel Serpa (PS), Luís Resendes (PS), Francisco Oliveira (PS), Alvarino Pinheiro (PP), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

(Os trabalhos terminaram às 20.10 horas).

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 10.20 horas.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação da discussão das Propostas de Resolução sobre o "Plano a Médio Prazo 1997/2000" e "Plano da Região Autónoma dos Açores para 1997".

Para o efeito, tem a tribuna o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a aprovação do seu programa, vem o Governo submeter à apreciação desta Assembleia documentos de fundamental importância e determinantes para o modelo de governação da Região nos períodos contemplados em cada um. São, o Plano e Orçamento para o ano de 1997 e o Plano a Médio Prazo correspondente ao quadriénio —1997/2000.

Um plano por melhor elaborado que esteja, por mais fielmente que aponte as metas políticas, económicas e sociais que se pretendem alcançar, necessita, como complemento para atingir os objectivos propostos, do empenhamento dos agentes económicos envolvidos e interessados no progresso da Região.

Antes de serem apresentados ao Plenário, estes documentos foram sujeitos a alterações e aperfeiçoamentos, sugeridos pelos diferentes parceiros sociais e também, mereceram por parte das comissões permanentes desta Assembleia de cuidada atenção e achegas, no intuito de se conseguir uma melhoria dos seus mais variados conteúdos.

Possíveis propostas de alteração sugeridas durante o debate nesta Assembleia, poderão de alguma forma otimizar o trabalho de um colectivo, que durante o período estabelecido constitucionalmente se esforçou para que através destes documentos agora em análise, se alcancem os melhores meios para a organização de um viver mais consentâneo com o grupo de países europeus em que nos inserimos.

Cabe, fundamentalmente ao Governo e à bancada do Partido Socialista, a defesa dos documentos em apreciação, porque para além do seu conhecimento profundo, acreditam que os programas, os projectos e as acções neles inscritos, são os melhores e os possíveis de realizar na actual e futura conjunturas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os sectores da agro-pecuária e das pescas, base da economia regional, são contemplados neste Plano com dotações financeiras compatíveis com o destaque que têm no desenvolvimento e crescimento regional. Estes dois sectores, também mantêm e promovem actividades industriais e comerciais com relevo económico para a Região.

Reconhecida a importância económica do sector primário no modo de vida dos açorianos, é evidente e a meu ver correcto, que neste Plano haja um esforço financeiro canalizado para o sector, de modo a corrigir e potenciar as suas capacidades naturais, que transmitirão a jusante melhorias em sectores industriais e comerciais, tornando-os, mais sustentados e competitivos.

Note-se que as indústrias baseadas nas matérias primas provenientes da agricultura e das pescas, representam 80% do volume de vendas do sector transformador da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento industrial regional, é contemplado neste Plano, por um conjunto de acções devidamente dotado dos meios financeiros necessários à consolidação das infraestruturas de apoio à actividade industrial e de acções, no âmbito da assistência técnica nas diferentes áreas envolvidas.

Para desenvolvimento do comércio regional, prevêem-se acções que contemplam a modernização das actividades tradicionais, da introdução de novos modelos de comercialização e do fomento à exportação.

As medidas previstas para o sector industrial, visam a dinamização e apoio a uma actividade por ora muito limitada, fruto do isolamento que advém da inserção geográfica da Região e do grande afastamento do mercado externo, que originou pequenas unidades de transformação com carácter familiar ou artesanal, produzindo quase exclusivamente para o mercado interno.

Para contrariar esta tendência, pretende-se, apoiar iniciativas conducentes à consolidação e modernização de infraestruturas que contribuam para uma maior competitividade da indústria regional.

Considera-se relevante continuar com a dinamização dos parques industriais já existentes, tendo como principal objectivo o ordenamento do território, evitando desta forma, a proliferação desgarrada de unidades industriais, permitindo assim, maior facilidade nas operações de protecção do meio ambiente, que também serão sempre de considerar.

O apoio às empresas industriais previsto neste Plano, aponta preferencialmente para o acesso a acções que visem as áreas da gestão, organização e planeamento, dando prioridade aquelas cuja orientação vise novos investimentos.

A dinamização de acções com vista a parcerias com o exterior e a agregação a redes de cooperação industrial, também têm neste Plano cabimento orçamental. Claro que a cooperação é extensível às instituições vocacionadas para a investigação do sector industrial.

Para apoiar o desenvolvimento industrial regional, nas suas variadas componentes, ao longo dos quatro anos de duração do Plano, está prevista uma dotação de 1.235.000\$00 (um milhão duzentos e trinta e cinco mil contos).

Esta dotação, é 17,4 % superior aquela que o Plano 93/96 atribuía para o mesmo sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Produzir e transformar não é o bastante para criar riqueza numa região e transmitir bem estar às suas populações. É necessário também, comercializar o que se produz e o que se transforma.

A actividade comercial tem um papel importantíssimo a desempenhar no desenvolvimento e crescimento económico desta Região.

À semelhança do sector industrial, também o comércio regional terá de modernizar-se e ultrapassar as nossas fronteiras. Para tanto, conta-se com, a imaginação e iniciativa das entidades privadas, naturalmente apoiadas e aconselhadas pelas Câmaras de Comércio e Indústria das suas ilhas.

Dada a importância deste sector na nossa economia, foi previsto neste Plano, uma dotação global de 1.056.000\$00 (um milhão e cinquenta e seis mil contos) repartida pelos quatro anos de duração do Plano. Esta dotação financeira, destina-se

genericamente a apoiar a dinamização do comércio e à promoção externa dos produtos regionais.

A dinamização do comércio, principalmente o pequeno e médio e o comércio rural têm neste Plano acções que visam apoiar o seu desenvolvimento. Assim, estão previstas medidas direccionados para a modernização de infraestruturas de suporte da actividade comercial, dinamização do comércio tradicional e também estão contempladas acções que permitam melhorar a defesa do direito dos consumidores.

Numa região formada por ilhas, situada a grande distância dos continentes, sujeita a uma deficiente rede de transportes marítimos e aéreos, é inevitável que as actividades comerciais com o exterior se confrontem com grandes dificuldades.

Na intenção de atenuar as dificuldades naturais e as acrescidas por via das insuficiências dos transportes, prevê este Plano algumas acções que minimizarão as adversidades que têm andado de mãos dadas com empresas regionais do sector comercial, nas suas relações com os mercados externos.

Dada a grande importância que o Governo Regional atribui a esta componente do comércio com o exterior, prevê o Plano para apoio da actividade inerente à função de exportar, a manutenção dos incentivos à exportação, inscritos na Portaria nº 56/92, de 1 de Outubro, e a sua substituição por um programa com função semelhante, aquando do final da vigência do actual.

O artesanato, também está contemplado neste Plano com uma dotação de 193.000\$00 contos. A actividade artesanal, se estimulada e apoiada poderá contribuir muito positivamente para a criação de novos empregos, principalmente nas zonas rurais, contribuindo para a fixação das populações nos seus lugares de origem.

O artesanato como actividade industrial necessita de acompanhamentos, quer de ordem financeira como está previsto no Plano, mas também no sentido de alertar para a manutenção e garantia da sua genuinidade e características próprias dos motivos que lhe deram origem.

Simultaneamente com as medidas já referidas para suporte à indústria comércio e artesanato, manter-se-ão em vigor no âmbito do PEDRAA II — componente FEDER — sistemas de incentivos financeiros de apoio ao fomento do investimento privado.

Para apoiar a iniciativa privada, nomeadamente em projectos candidatos aos diversos sistemas de incentivos em vigor bem como, na regularização de candidaturas aprovadas no âmbito de sistemas já revogados, está inscrita no Plano para o quadriénio, uma dotação de 5.800.000\$00 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As acções e as respectivas dotações financeiras previstas neste Plano para apoio dos aspectos aqui tratados, bem geridas, como todos sabemos que o serão, permitirão um crescimento harmónico destes sectores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O quadro político regional em que estão a ser discutidos os Planos e o Orçamento é substancialmente diferente daquele em que esta discussão era feita ao longo de muitos anos.

Pela primeira vez, após as eleições, existe um governo minoritário; pela primeira vez existe um governo regional que não é da responsabilidade do PSD; pela primeira vez existe um governo PS.

A nova situação política coloca vários problemas que, neste debate, interessa ter presentes.

Em primeiro lugar, há que referir a questão da mudança de políticas, que, certamente, esteve muito na base da modificação do sentido de voto de milhares de açorianos.

O descontentamento político que a governação do PSD motivou, especialmente nos últimos 7 anos, deveu-se a factores diversos não podendo deixar de se considerar os erros e as insuficiências das políticas sectoriais e o abuso de estilos mandonistas e dominadores.

Os erros e as insuficiências nas políticas do passado são bem visíveis na falta de medidas específicas, no mau aproveitamento económico dos recursos públicos, na falta de criação de perspectivas económicas, na incapacidade em fazer reduzir os custos de produção da agricultura e pecuária, na falta de vontade em sanear financeiramente empresas agrícolas e de transformação, tanto do sector privado, como do sector cooperativo etc..

O abuso de estilos inadequados e limitativos da participação cívica dos cidadãos, foi transformando o poder do PSD numa situação que um número crescente de açorianos não aceitavam por mais tempo.

Estas duas razões principais criaram espaço político e social para a ideia de mudança e levaram a que o descontentamento instalado se transformasse em força de mudança eleitoral.

A natureza absoluta do poder anterior associada aos maus resultados da sua política, abriram o caminho a um outro governo sem maioria absoluta.

O novo Governo Regional tem que ter a consciência clara de que lhe é exigido que governe de forma diferente e melhor, se quiser ter, manter e alargar uma base social de apoio que ultrapasse a sustentação parlamentar precária a que está sujeito.

Não mudar nada, ou mudar para pior, seria abrir o caminho à reposição do poder derrotado.

O neo-liberalismo económico concebido e aplicado em amplos espaços económicos deste fim de século, não tem aplicabilidade estrita nesta pequena economia regional, atlântica, isolada e distante. Trocar o certo pelo incerto e o seguro pelo precário poder, pode ser bom para uns poucos que gostam de ter na mão uma certa e destorcida ideia de "livre iniciativa", mas é mau para todos aqueles que têm que ter na mão o pão nosso de cada dia.

A ausência de medidas específicas para a nossa economia foi a principal consequência do administrativismo autónomo em que se transformou a "autonomia tranquila". Sem essas medidas específicas, a nossa economia não avança. Não tem aplicabilidade, neste quadro, as teses concentracionistas muito caras ao cavaquismo e muito em moda neste momento de reinado dos chamados critérios de convergência nominal.

Sem uma política económica adequada não há mudança.

Ao actual Governo Regional pôr-se-á um dilema: ou governa adequadamente e contraria o neo-liberalismo e o concentracionismo reinante, mas ganha apoio social, ou cede a esses critérios de domínio económico e perderá aos poucos apoio social.

A inactividade não é solução para este dilema. A cedência não faz o caminho da mudança.

O segundo problema político que interessa referir é o da estabilidade governativa.

Um governo minoritário não é, por definição, um governo instável. A estabilidade de política, se é certo que depende dos apoios parlamentares existentes, não é menos certo que tem uma íntima relação com o apoio social que a política governativa possa receber.

A estabilidade será tanto mais segura quanto maior seja o número de cidadãos que entenda ser a política governativa positiva.

Dentro desta óptica todas as políticas que prejudiquem os cidadãos, que faça regredir a estabilidade do trabalho, que faça diminuir os rendimentos ou que não tenha em conta todas as parcelas da Região, serão políticas geradoras de instabilidade

Ao contrário todas as políticas que sejam motivadoras do desenvolvimento criarão estabilidade, independentemente da vontade daqueles que possam não desejar essa estabilidade.

O terceiro problema político que interessa referenciar, prende-se com a articulação indispensável entre os níveis regional, nacional e comunitário, se se quiser ter uma política económica específica e adequada às necessidades.

Tem que se ter a noção clara de que o PMP sendo importante, não é o único instrumento da política económica regional. Durante anos fazia-se crer que o PMP era a cura de todos os males. O certo, porém, é que sem uma Lei de Finanças Regionais, que garanta transferências adequadas, que crie um quadro de adaptação do sistema fiscal e que preveja outras medidas de despenalização das empresas, muitas coisas ficarão por desbloquear. É também certo que sem um quadro legal propiciador da criação de uma justiça remuneratória relativa e sem medidas que motivem uma acentuada redução do custo do transporte, não haverá uma política de desenvolvimento regional digna desse nome.

Começa-se a falar em nova política económica regional, mas o que é certo é que ela só será nova se o PMP for adequado, se a Lei de Finanças Regionais for bem feita, se, na sequência da diminuição de outros custos, o nível salarial médio subir e se houver uma redução no custo dos transportes.

Para o PCP/Açores, mudança, estabilidade e desenvolvimento são três questões profundamente interligadas, mas a chave verdadeira e autêntica está na mudança.

Se ela se verificar, a estabilidade e o desenvolvimento também se verificarão. Caso não haja mudança, tudo ficará na mesma.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta do Plano e Orçamento e do PMP 97-2000, no âmbito da S.R.H.E., materializa três princípios fundamentais:

1 - Terminar com eficiência as acções em curso, assumindo com experiência compromissos (ainda que discordando) do "modo FACIENTIS" como eles ocorreram.

2 - Iniciar e concretizar medidas de acção política inscritas no programa do VII Governo Regional para as áreas da Habitação, Obras Públicas, Transportes Terrestres, Protecção Civil e Bombeiros.

3 - Repor a normalidade e melhorar as infraestruturas rodoviárias afectadas pelos últimos temporais que determinaram o estatuto de calamidade para a Região Autónoma dos Açores durante um período de vigência de dois anos.

Naquilo que concerne ao sector da Habitação, o esforço de investimento orienta-se para o acesso à habitação condigna dos estratos sociais a quem até ao momento não lhe foi dada oportunidade de conseguir este direito constitucional.

Por isso, a este Plano preside linhas de força que passam por racionalização na aquisição e produção de solo urbanizável, pela diversificação e flexibilização da promoção do investimento mediante a cooperação com os Municípios e pela promoção empresarial não especulativa.

Deve notar-se, porém, que os programas inscritos neste Plano e as correspondentes dotações, indicam alterações estratégias no sector da habitação.

O investimento total é cerca de 10 milhões de contos, ao qual podemos acrescentar 5.425.056 milhões, no tocante aos protocolos e contratos ARAAL celebrados entre a Região Autónoma, Instituto Nacional de Habitação (INH) e as Autarquias.

Mas, o que o Plano para 1997 revela, é um esforço geral e significativo para todas as ilhas e uma nova orientação no incremento dos realojamentos e do apoio à recuperação de habitação, em consonância com uma política direccionada para os mais desfavorecidos. Por isso, desde Novembro de 1996, já procedemos a 30 realojamentos, no valor de 139.663 contos, abrangendo 217 pessoas.

Por outro lado, a diminuição das verbas do chamado programa SAFIN, a partir de 98, corporizam a proposta de revogação deste diploma que já deu entrada nesta ALRA. Trata-se de corrigir iniquidades suscitadas pela duplicação de bonificações e da necessidade de reafectar esta verba à habitação para jovens e para deficientes, até agora sem enquadramento legal próprio. Neste sentido, até final de 1997, apresentaremos estes diplomas, bem como alargaremos a nossa actuação em cooperação com a Segurança Social no âmbito de uma política concertada e conjunta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mantém-se como nossas preocupações, a criação de incentivos às empresas de construção civil que desejam colocar no mercado habitações para arrendamento, bem como a introdução de mecanismos de incentivos fiscais às empresas, no quadro de uma nova fiscalidade.

Ainda este ano, vamos propor à ALRA alterações ao Decreto Legislativo Regional 14/95, no sentido de o melhorar em particular, nas respostas que este diploma não dá às situações de intervenção em agregados familiares que vivem em casas arrendadas e em ilhas onde um anexo à habitação é mal tipificado como segunda habitação, inviabilizando apoios legais quer pelo excedente em área, quer pela informação dada pelos serviços de finanças.

Em relação à política de solos, não serão feitas aquisições para aumentos de taxas de realização e ou acriteriosamente, porquanto elas vieram a significar só em São Miguel no ano de 1996, a compra de oito prédios no valor de 296.883 contos, alguns

dos quais sem valor adaptativo para os fins que se destinavam e com vícios e ilegalidades na sua aquisição.

Com efeito, só para dar um exemplo, em Setembro de 1996, foi passado um cheque no valor de 71.561.475\$00 para a compra de um terreno na Abelheira - Fajã de Baixo sem haver visto do Tribunal de Contas o que só veio a ocorrer em 17 de Dezembro de 1996, tendo sido celebrada a escritura em 14 de Janeiro de 1997.

Em suma, o que está em causa na política deste Governo para a área da habitação, é uma nova cultura de serviço público balizada pela transparência e aplicação criteriosa e ajustada às carências habitacionais desta Região.

O VII Governo Regional deverá ter um papel mais regulador do que regulamentador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As Obras Públicas regionais serão desenvolvidas com base em quatro vectores fundamentais:

- Excelência de projectos, condição "sine qua non" a obra ficará mais onerosa mesmo antes de começar;
- Eficiência administrativa na trajectória dos processos em detrimento do negativismo, da burocracia que gera irregularidades e atrasos que gravitam em torno de contenciosos despropositados;
- Fiscalização mais rigorosa para que o objectivo da "qualidade total" não seja uma mera intenção;
- Qualidade de materiais para que se verifique a durabilidade em investimentos que não podem ser frequentes pelo esforço que representam no Orçamento Regional.

Nesta proposta do Plano e Orçamento e do PMP 97-2000, atende-se ao faseamento das obras e empreitadas verificando-se que as verbas afectadas melhoram a possibilidade de acesso das empresas regionais já que os valores totais se podem compatibilizar com os seus alvarás e com a sua capacidade de resposta.

Trata-se de, dentro do enquadramento legal incerto no regime jurídico de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos, materializar o princípio do alargamento de consultas às empresas regionais.

Outrossim, temos apelado à necessidade de parcerias de empresas regionais sob a figura de consórcio, para que a sua competitividade possa aumentar. Majorar a

utilização de materiais nos projectos de obras públicas, constitui outro factor importante para que se consiga a dinamização de empresas regionais, e bem assim o seu papel regulador no mercado do emprego nos Açores.

Apesar de no início do corrente mês a situação, face às empresas do continente, ser bem melhor que em Novembro de 1996, a situação ainda é francamente desfavorável para o meio empresarial regional.

Deputado João Cunha (PSD): Isso vai cada vez pior!

O Orador: Com efeito, 24 obras estão a ser executadas por empresas açorianas, no montante de 3,6 milhões de contos; 19 obras por empresas continentais, no montante de 27,2 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todas estas orientações radicam-se na mudança de política do VII Governo Regional, que em Novembro de 1996 se deparou com situações ora complexas, ora incompreensíveis, no âmbito de uma mudança legitimada pelas eleições regionais de 1996.

Na verdade, quer em matéria de estradas regionais, quer em matéria de equipamentos colectivos que tivemos, e temos de assegurar a sua conclusão, a situação não era famosa, quer ao nível de atrasos de pagamento, quer ao nível contencioso.

Só para dar alguns exemplos, em relação à Escola Preparatória de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria, a empreitada de ampliação deixou por pagar cerca de 5 mil contos relativos a juros de mora e algumas deficiências na construção, que entretanto já foram corrigidas.

Na Ilha de S. Miguel e no caso da 2.^a Circular de Ponta Delgada, a obra estava com projectos parcelares em execução, ou por executar (alterações nos nós de ligação, sistema de drenagem, ligação aos Bairros Novos, ligação à Rua de S. Joaquim), a maioria dos quais já estão a ser concretizados com trabalhos já em curso na empreitada — apenas o da ligação à Rua de S. Joaquim está em fase de compatibilização com as infraestruturas da EDA.EP, Telecom e Serviços Municipalizados — que são necessários executar para não se abrir valas posteriormente aos trabalhos de pavimentação.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Salvo seja!

O Orador: O empreiteiro apresentou um pedido de indemnização no valor de 300 mil contos referente à imobilização de máquinas até finais de 1996, devido à impossibilidade de trabalhar no adjudicado, face às alterações já citadas. Mediante a entrega de trabalhos referentes aos projectos concluídos, o empreiteiro já manifestou a intenção de reduzir aquele valor.

Concluiu-se a aquisição dos terrenos em falta, liquidaram-se facturas de trabalhos executados que estavam pendentes, arrancou-se com o projecto de execução da ligação aos Bairros Novos e compatibilizou-se os trabalhos com a ligação ao novo Hospital de Ponta Delgada.

Quanto à Variante Ribeira Grande - 1.^a fase, o contrato elaborado em Setembro de 1996, estava feito sobre uma das propostas não adjudicadas, pelo que se teve de rectificar o contrato. Não havia terrenos disponíveis e agora cerca de 80% estão já adquiridos.

Deputado João Cunha (PSD): Se nós tivéssemos feito tudo, hoje o Sr. não era Secretário!

O Orador: Por outro lado, a drenagem da via terá de ser remodelada face à sua inadaptação à realidade.

Na ligação Ponta Delgada/Capelas, a obra foi consignada antecipadamente com base numa proposta de adjudicação falseada por terem sido introduzidos critérios de avaliação na fase de apreciação das propostas, tendo sido elaborado um novo relatório de análise das propostas.

Na altura da consignação desta obra não haviam terrenos disponíveis, mas já foram adquiridos todos os terrenos necessários à sua execução.

Deputado João Cunha (PSD): Esse é o Plano da Secretaria? Mude o disco para outro lado, porque esse está riscado!

O Orador: O projecto da Reabilitação entre as Feteiras e os Ginetes da Serra Devassa, da Fajã de Cima ao Charco da Madeira, foram obras adjudicadas, mas com o contrato por assinar após se corrigir irregularidades processuais cometidas.

Foi feito um concurso limitado para uma obra superior a 20 mil contos e como sabem, isso não é possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Plano, em matéria de estradas regionais, ao hierarquizar as prioridades de investimentos propostos, dentro e fora das calamidades, irá combater assimetrias intra e inter-ilhas, melhorando a segurança rodoviária e as acessibilidade.

No âmbito dos Transportes Terrestres, a introdução de mecanismos correctores de concessão de apoios indiscriminados, são preocupação de primeira linha, permitindo renovação de frotas com maior esforço das empresas e melhoria do serviço prestado. Ainda neste sector, há que regularizar a questão das coimas no tocante à normal afectação de recursos ao Fundo Regional de Transportes passíveis de reverterem em investimento nesta área.

O peso específico do trabalho e dos resultados do Laboratório Regional de Engenharia Civil, no suporte à melhoria da qualidade (homologando materiais, etc.) e bem assim no estabelecimento de um novo patamar de desenvolvimento, vão estar sempre presentes nas acções deste organismo, daí o aumento da dotação para este sector.

O princípio da melhoria da sua autonomia é imparável e, por isso, ao aumento das condições físicas e humanas do LREC, deve corresponder uma nova autoridade e uma nova credibilidade, em toda a Região, através de esquemas de acreditação das empresas regionais,

O impulso já iniciado no Serviço Regional de Protecção Civil com a integração da vertente dos Corpos de Bombeiros, para além do que será estipulado na Nova Lei Orgânica, deve ser visível na melhoria das respostas às solicitações da Região.

Durante o ano de 1997, o aperfeiçoamento das comunicações no SRPCA, deve ser iniciado e testado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Olhe que tristeza vai aí!

O Orador: Finalmente, como organismo Coordenados da Expo 98, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos elegeu como objectivos a agressividade de projecto para que a mobilização e a projecção da Região se tornem numa mais valia de atracção de investimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As inércias e viscosidades vindas sobretudo de 1992, período a quem assentaria, como uma luva, a frase de Eça - "comilão do orçamento que rói o bife do imposto e arrota à sobrançeria da independência"...

(Risos da bancada do PSD)

...não mais se podem repetir, porquanto estaríamos a comprometer um futuro que agora queremos cumprir com este plano, na base da equidade, da qualidade e da eficiência.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputada Berta Cabral (PSD): Os Srs. têm mesmo que os ajudar com palmas!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ficámos muito esclarecidos no que diz respeito ao plano da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos!

Presidente: O Sr. Deputado Jaime Medeiros pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, é para defender a honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos fez uma acusação grave na sua intervenção, ou seja, de que o anterior titular da pasta teria cometido irregularidades em determinados processos. É grave, porque é atentatória ao meu bom nome e, felizmente, ao longo de mais de 28 anos de actividade profissional, nunca na vida ninguém pôs em causa a minha idoneidade e o respeito que tenho tido pela defesa do bem comum e do bem público.

Quando fui para a Secretaria das Obras Públicas, a situação era difícil e complicada e, com todo o empenho e gosto, tentei da melhor forma e com a melhor lisura, resolver os problemas.

É óbvio que não os resolvi todos e que cometi alguns erros.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Os terrenos da Calheta, por exemplo!

O Orador: "Quem não comete erros, que atire a primeira pedra".

O Sr. Secretário falou aqui em aquisições de terrenos.

Recordo-lhe que aquando da implementação do programa de realojamentos — 621 e não 156 como tem no plano — estavam previstas concentrações de habitações em determinadas zonas.

Posteriormente, no VI Governo, foi decidido dispersar as construções por outras áreas, de forma a não criar "guettos", mesmo que isso tivesse que custar mais em termos de terrenos e de infraestruturas.

Aproveitou-se alguns terrenos que haviam, compraram-se outros ao lado, de forma a integrar na mesma área a habitação degradada, custos controlados e realojamentos para integrar essas pessoas numa sociedade que lhes permitisse ter uma vida diferente daquela que tiveram até então.

Essas propostas foram feitas ao Governo e ele aceitou. Desde a sua autorização até à sua resolução estiveram a meu cargo, daí para a frente todos os processos são administrativos, passando por quem organiza o processo, ou seja, o Tribunal de Contas, por quem faz os processamentos e pela Secretaria das Finanças, que procede aos pagamentos.

Admito que num ou noutro caso, tenham havido pagamentos antes das escrituras. Conheço um caso — este por acaso não sabia — mas devidamente justificado. Esse caso tinha a ver com a aquisição de um terreno que tinha sido objecto de licitação em tribunal e o Sr. Secretário conhece-o perfeitamente...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Mas não é isso!

O Orador: ... , mas não quis focá-lo, ou seja, o caso da Canada dos Prestes.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Esse está aqui também!

O Orador: Para se honrar compromissos em termos de pagamentos, salvaguardou-se os interesses da Região e pagou-se antes da assinatura do contrato.

Houve outras situações em que as pessoas receberam antes das assinaturas dos contratos, porque com a implementação do sistema SAFIRA na Secretaria das Finanças, no início da sua implementação, o sistema não indentificava o que é que tinha que ser ou não retido.

Chegou-se à conclusão de que em muitas situações, quando iam assinar os contratos, as pessoas diziam que já tinham recebido o dinheiro.

Não sei se este caso que o Sr. se refere tem alguma coisa a ver com isto, mas se é como V. Exa. diz, naturalmente que teve uma justificação, ou seja, a salvaguarda dos interesses da Região.

Mais ainda, Sr. Secretário:

Se por acaso este terreno não lhe interessasse, como a escritura foi feita em 14 de Janeiro...

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é defesa da honra ou é uma intervenção?

O Orador: Eu estou a defender a minha honra!

Como eu estava a dizer, se esse terreno não lhe interessasse, o Sr. poderia perfeitamente fazer como fez com os terrenos da Calheta, isto é, anular a adjudicação e reaver o dinheiro, porque isso estava naturalmente protegido.

Eu não aceito que seja posta em causa a minha idoneidade e a minha honra pelo o Sr. Secretário, nem por ninguém, porque fiz o melhor que pude, o melhor que soube e com o máximo de rigor e de isenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado Jaime Medeiros que o que está aqui em causa não é a honra pessoal do responsável por estas decisões.

O que está em causa é o orçamento regional.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não está em causa nada!

O Orador: Em relação a este terreno que referi, ou seja, o terreno da Fajã de Baixo na Abelheira, nós podíamos chegar ao final do ano sem o visto do Tribunal de Contas e não tínhamos justificação para essa despesa.

Esta matéria é penalizadora além de ser ilegal. Mas esses eram os negócios do Sr. Sérgio Rodrigues provavelmente, que era o mor de todas essas coisas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Enfim...!

O Orador: Para mim isto está esclarecido e não perco mais tempo nesta situação.

Deputado José Maria Bairos (PSD): É só insinuações. Não têm coragem para acusar!

Presidente: O Sr. Deputado Jaime Medeiros pede a palavra para...?

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário, eu gostaria de dizer que não percebo como é que se aposta fortemente na habitação e no ano de 1997, as verbas para esse sector correspondem a menos 27% daquelas que estão inscritas no Plano de 1996.

No ano de 1997, o Sr. tem uma verba de 2 milhões 255 mil contos. Se daí tirar 667 mil para a bonificação de juros à Caixa Geral de Depósitos, mais os 50 mil de apoio supletivo aos jovens que não aparecem neste Plano, nós ficamos sem saber como é que eles vão continuar a receber, porque no futuro a legislação vai ser revogada.

Contrariamente aos 2 milhões 345 mil, menos 425 da Caixa Geral de Depósitos do ano de 1996, actualizados à data de 97 (basta fazer umas continhas de valor actualizado líquido), chegamos à conclusão de que em 1997 existem menos 27,9% de verbas para a habitação do que havia em 1996.

Não percebo que "política de coração" é esta que o Partido Socialista defendeu, dizendo que o Plano de Médio Prazo tem 10 milhões para a habitação.

Naturalmente terá esses 10 milhões, mas também não estão assegurados, porque não sabemos como é os financiamentos se realizarão a partir de 98.

No que diz respeito à distribuição de verbas para a habitação nas diversas ilhas, verificamos que as ilhas onde existe maior carência habitacional, como seja, São Miguel e Terceira, o investimento per capita neste Plano, é da ordem dos 4,6% na Terceira e 5,9% em São Miguel.

Em outras ilhas menos carentes, nomeadamente Faial e Santa Maria, o investimento per capita é da ordem dos 10 a 10,9%.

Mais ainda:

A Ilha do Faial, de acordo com os censos de 1991 que são últimos conhecidos, tinha menos 2% de população do que a Ilha do Pico, mas as verbas para habitação no Faial são 71% superiores às verbas do Pico. Com certeza que há alguma razão para se verificar isto!

Ainda no que diz respeito às Obras Públicas, naturalmente Sr. Secretário, não é difícil seleccionar as obras, seja qual for o Governo, porque todos nós sabemos quais são as prioritárias e as necessárias.

Porém, escrever um rolo de estradas para 1997 sem qualquer valor à frente e deixar uma estrada que está **desgraçadamente** mal tratada e que já está adjudicada, ou seja, a Vigia das Feteiras, nos Ginetes, a qual não aparece em nenhuma parte do Plano, digo com toda a sinceridade, não é gerir bem.

Eu não vou alongar-me com mais coisas, porque no fundo o que parece é que o Sr. substituiu um bando de incompetentes que não sabiam fazer nada na vida, que estiveram 20 anos no sector e o Sr. que chegou há 6 meses é mais competente que os outros todos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jaime Medeiros, que não sei de onde desencantou essas contas para a habitação.

Deputado João Cunha (*PSD*): Foi de uma máquina sem pilhas como a sua!

O Orador: O Sr. Deputado provavelmente não ouviu a minha intervenção quando a proferi e na qual referia duas coisas que respondem a duas interrogações.

Em primeiro lugar, no que se refere ao investimento na área da habitação, que vem por via dos protocolos que os senhores assinaram em 95 com o Instituto Nacional de Habitação, mas que nunca levaram à frente incompreensivelmente, numa reunião recente que tive com esse Instituto, os seus responsáveis disseram-me que pensavam que a área da habitação nos Açores não era problemática, face à paragem de 95.

Isso vem afectar um conjunto de verbas superior àquilo que o Sr. disse e sobretudo em São Miguel, onde já foram estabelecidos protocolos com as Câmaras de Ponta Delgada, Vila Franca, Ribeira Grande e Lagoa. Portanto, o Sr. não deve ter incluído esses valores nas contas que fez aí.

De resto, se o Sr. Deputado Jaime Medeiros quiser fazer uma comparação entre o Plano de 93/96 com o Plano 97/2000, tem que fazê-la ano a ano, ou seja, tem que comparar o ano de 93 com o ano de 97, o ano 94 com o de 98. Metodologicamente é assim que as coisas se comparam independentemente da correcção de preços que se possa fazer. Mesmo fazendo isso, o investimento do Governo Regional é superior ao vosso.

Em relação às verbas da Caixa Geral de Depósitos, que infelizmente ainda penalizam o orçamento regional, os Srs., no seu Plano, incluíram-nas no Programa 21.

Por outro lado, eu devo dizer que no Programa 21, do anterior Governo, para além da habitação, incluíram também o ordenamento do território. Naturalmente, isso não foi falado nos seus dados.

Portanto, o Sr. tem que refazer as suas contas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Secretário que, quando fiz as contas da habitação relativamente ao Plano de 96, retirei os 70 mil contos do ordenamento. Portanto, fi-lo e o que apresentei está correcto.

Quanto à questão dos investimentos por via do INH e dos protocolos assinados, durante ano de 95, fez-se tudo e preparou-se toda a "papinha" para o senhor usar agora,...

(Risos da bancada do PSD)

... ou seja, projectos, lançamentos de concursos, preparação de contratos ARAAL. O Sr. ficou de assinar esses contratos em Novembro, aquando da sua posse, mas só assinou-os 5 meses depois.

Portanto, o Sr. levou muito mais tempo para fazer uma assinatura, do que eu levei a preparar projectos, lançamentos de concursos, apreciação de propostas e adjudicações.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Sr. Presidente, agradecia que me deixasse concluir o meu diálogo.

Sr. Secretário Regional, eu só comparo realidades.

A realidade que eu conheço é até 96 e só comparo com 97, porque é aquela que está segura. A partir daí nós não temos certezas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Realmente as contas da habitação são difíceis de interpretar, tanto quanto se percebe.

No ano de 1996, "rezam" os registos, foram executados 2 milhões 255 mil contos.

Não há diferencial, não há solução. Há manutenção da situação.

Se nós fizermos contas de metodologia de análise e só assim é que elas poderão ser feitas, nós podemos estar em desacordo com as escolas de análise, no entanto, temos que conhecer quais as regras que utilizamos.

Não podemos utilizar umas regras às Segundas, Quartas e Sextas e às Terças, Quintas e Sábados outras.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Boa!

Orador: No ano de 1993, o primeiro ano que os Srs. fizeram um plano e que é aquele que é comparável com o de 97, os Srs. têm uma execução de 69% da vossa dotação.

Essa execução é de 1 milhão 683 mil contos. Com a taxa de crescimento, mesmo de 20%, ficará bastante aquém da nossa proposta de plano de execução para este ano.

Ainda temos que acrescentar que mais que os números, o que importa são as casas que os açorianos vão ou não, ou que não têm tido até agora.

O que é um facto, é que estão em terreno mais 620 fogos para os açorianos que até agora não foram contemplados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar um sinal claro de que a nossa política de habitação, efectivamente, descentralizou-se em São Miguel e na Terceira, face aos investimentos que estão agora canalizados para essas ilhas.

Com este Plano para 97, no que diz respeito ao apoio à construção e aquisição de habitação, naturalmente nós ficamos muito satisfeitos de afectar a Santa Maria uma verba que passou de 26 mil contos para 35 mil contos e para a Graciosa de 14 para 20 mil contos e isto no caso apenas de um programa.

Deputado João Cunha (PSD): Nota-se, com mais mil contos para a Graciosa!

Vê-se perfeitamente que ela está desvirtualizada.

Orador: No caso do parque habitacional e realojamentos em Santa Maria, passou-se de uma verba de 500 contos para 15 mil. Nós ficámos satisfeitos com este aumento significativo e esperávamos também que a bancada do PSD ficasse satisfeita com o aumento...

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. faça o favor de se calar, porque não conhece as realidades da Ilha Graciosa!

O Orador: ... e o esforço deste Governo para as restantes populações das outras ilhas, que têm o mesmo direito à habitação como têm São Miguel e a Terceira.

Deputado João Cunha (PSD): A vossa cultura parlamentar é uma coisa incrível!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Há muita maneira de ver as coisas!

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. veja-se ao espelho!

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. é um bom exemplo!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como foi fácil a Carlos César!

Como foi fácil naquele final de Setembro, subir ao palco ao lado de Quim Barreiros, em plena freguesia dos Arrifes e anunciar 40 milhões de contos para a Agricultura. Dizia-se então um apoio sem precedentes e fazia-se crer que, se o P.S. fosse Governo,...

Deputado Francisco Sousa (PS): O PS é Governo. Meta isso na sua cabeça!

O Orador: ... destinaria o dobro das verbas atribuídas ao sector agrícola no último PMP.

O cenário então anunciado viria a criar grandes expectativas, não só junto dos agricultores, como também em outros sectores económicos.

Era agora preciso convencer todos que nada havia mudado e que esta era uma promessa para cumprir.

As entrevistas sucediam-se, mas os números obrigavam aos mais diversos argumentos e haviam milhões para todos os gostos.

Falava-se em 40 milhões, depois em 42 e mais tarde em 45 milhões.

Os documentos surgiram mas ninguém os encontrava.

As notícias faziam-se com base em números que logo se viriam a saber estarem errados. Era a vez dos 32 milhões.

O PMP, falava inicialmente em 26 milhões e no documento seguinte em 27.

Repetir a mentira havia sido a única forma de a transformar em verdade.

A última versão anunciada dos 40 milhões, é a de que o Plano vai permitir, até ao ano 2000, uma despesa pública de cerca de 46 milhões de contos.

Isto agora dito com base num possível reforço das verbas da União Europeia.

Desafio o Sr. Secretário da Agricultura a afirmar perante este Plenário se esta é ou não a verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo socialista prometeu aos agricultores dos Açores milhões que não existem.

Fizeram-se dois discursos claramente contraditórios:

Um de que o PEDRAA II estava comprometido pelo Governo anterior e que por isso não poderiam promover os investimentos desejados na Agricultura e um bem diferente em que prometiam 46 milhões de contos, contando com o contributo do mesmo programa comunitário.

Na hora da verdade já podemos concluir: fomos defraudados!

O certo é que, com todos os milhões anunciados, a imagem do sector agrícola regional já foi afectada e a ideia de que os agricultores vão "nadar" em dinheiro subsiste levando até outros sectores da economia a reagirem, pronunciando-se com base numa imagem falseada.

Não posso deixar de responsabilizar este Governo por tal atitude.

Mas não é possível ficar só por aqui.

Para quem conhece a realidade da formação dos preços de leite e lacticínios, no caso dos Açores inferiores aos praticados no Continente, não pode aceitar que um documento que define e orienta a política para o sector agrícola, para os próximos quatro anos, perspective uma quebra moderada no preço de leite e lacticínios.

Este Governo acaba por dar o seu pior contributo para os equilíbrios desse processo negocial. Aliás deixou de ter o papel de árbitro e passou a intervir tomando parte pela indústria.

Que poderá agora dizer um representante dos industriais de lacticínios durante uma reunião negocial de preços de leite depois deste indicador "oficial"?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem analisa este PMP, na área agrícola pergunta onde reside a mudança. Quais os sinais de outra opção estratégica para este sector. Confronta o documento com o discurso e com as práticas recentes do seu responsável. Mas também de outros.

O Secretário de Finanças afirmava aos jornalistas algumas das intenções deste Governo com uma certeza e cito "a agricultura passará para segundo plano, não a

nível dos montantes de investimento, que queremos aumentar, mas sim em termos de objectivos".

Recentemente em várias comissões especializadas desta Assembleia, voltava este responsável a afirmar que espera ser esta a última vez em que se destina tanto dinheiro para a Agricultura.

Creio que o fez no sentido de procurar dar crédito ao que já havia sido dito.

Vamos pois à verdade dos factos.

Este Governo destina aos programas relacionados com o sector agrícola 26.990.177 contos, cujo investimento a gerar não se altera percentualmente em relação aos últimos quatro anos, visto que as percentagens de financiamento comunitário também não se alteraram.

Quanto ao seu conteúdo é estranho que, com a importância vulgarmente atribuída à componente do ordenamento agrário,

não seja efectuada nenhuma referência aos critérios de eleição e prioridade para os projectos nos perímetros de ordenamento agrário e os conceitos de reestruturação fundiária e de emparcelamento não fazem parte deste Plano.

Será que aquilo que era tido como solução estrutural passou já para um segundo plano?

Estranho é, que o actual Secretário de Agricultura se tenha esquecido do que disse o Deputado Fernando Lopes sobre a importância da bonificação de taxas de juro a créditos para a compra de terras por rendeiros.

Na altura entendia como fundamental, mas agora na posição de Governo fez por se esquecer.

Estranho também é que, com a vontade apresentada em diversificar a produção agrícola, se atribua em 1997, para a promoção de novas culturas na área de horticultura, fruticultura e floricultura, 40 mil contos para todas as ilhas.

Não constitui novidade a importância que as culturas industriais detêm na manutenção do rendimento de muitas famílias, mas também na garantia de importantes actividades industriais.

Situações avizinham-se nesta área que merecem alguma reflexão, mas também uma vincada atitude. A última fábrica de chicória de S. Miguel está prestes a encerrar e os seus proprietários investirão no Alentejo.

Já a produção de beterraba, seriamente afectada pelos últimos temporais, não viu os seus prejuízos atempadamente compensados e a redução das áreas de produção é inevitável nesta campanha agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão dos documentos agora apresentados enferma, infelizmente, de um ambiente de governação instituído e completamente ineficaz nos últimos seis meses.

Um período em que nada se fez nem conjuntural nem estruturalmente.

Com uma situação de calamidade pública que atingiu a Agricultura que pela sua urgência obriga a intervenções imediatas, os agricultores continuam à espera.

Se assim é com o que é urgente, que será com o que é normal?

Assiste-se à publicação de uma Portaria Regional que atribui subsídios com critérios de injustiça imperdoáveis.

Como é possível que um agricultor que tenha tido um prejuízo de 1000 contos na sua exploração, receba 500 contos de indemnização e um outro com 6000 contos apenas receba os mesmos 500 contos?

Onde está o respeito pela igualdade de tratamento que os agricultores merecem, quando foram anunciados "mundos e fundos" para ajudar os agricultores afectados pela calamidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A realidade imutável de cada ilha que não pode ser ignorada, não é respeitada nestes documentos do PMP e do Plano para 97. As acções destinadas ao Abastecimento de Água, aos Caminhos Agrícolas, às Medidas Agro-Ambientais, da Valorização Profissional, da Reforma Antecipada, do Fomento Florestal, dos Caminhos Rurais e Infraestruturas de Apoio, apresentam para S. Miguel, valores inferiores aos da Ilha Terceira.

Os que anteriormente acompanharam nesta Assembleia as minhas intervenções, não presenciaram referências desta natureza, mas a evidência dos números impede-me de

ignorar tal orientação, pois é manifestamente um atentado às preocupações reais da agricultura micaelense.

Este Governo dá assim sinais evidentes de menosprezar a realidade agrícola daquela ilha.

Finalmente, uma referência há completa ausência de política para as indústrias de lacticínios quer cooperativa ou outra.

Assumem-se medidas diferentes para problemas semelhantes e lembro o que ontem aqui foi dito.

O actual Governo decidiu pagar o leite em atraso na ilha das Flores, mas vendeu outra solução para o Pico e desresponsabilizou-se do problema da Fábrica de Lacticínios de Santa Clara.

Ainda hoje os lavradores do Faial, fornecedores da LAFAL, voltaram a protestar pela irresponsabilidade da administração da Martins & Rebelo e sofrem com o atraso de mais de 9 meses no pagamento do leite.

É necessário por isso, Sr. Secretário, a sua intervenção para repor as condições, sempre por vós apregoadas de justiça social.

Com este histórico de governação indesejada;

Com este rol de contradições dos titulares da governação;

Com esta promoção de uma imagem falseada;

Com esta perspectiva demolidora para o futuro do leite e lacticínios;

Como é possível confiar assim neste Governo?

Como ontem disse alguém do Partido Socialista nesta Casa, este Plano só faz com que a Agricultura não esmoreça. Senhores Deputados não estamos aqui para isso, mas sim para contribuir com seriedade para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Plano.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Plano (*Roberto Amaral*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para rectificar uma afirmação feita pelo Sr. Deputado António Almeida atribuída a mim, mas deslocada no contexto em que ela foi produzida.

Eu disse publicamente e aqui nesta Casa, embora já o tivesse dito nas Comissões, que o Governo esperava que este Plano a Médio Prazo, que dedica grande parte do seu esforço de desenvolvimento ao sector primário, nomeadamente à agricultura e à pecuária, fosse o último plano e que as posições relativas desta hierarquização de prioridades fossem as últimas, porquanto, o investimento que agora é feito é bastante vultuoso, ultrapassando os 40 milhões de contos.

Na minha intervenção, também disse que o que era comparável com os planos anteriores, eram os 168,7 milhões de contos.

Para além destes, havia ainda uma verba de 46 milhões de contos, na qual grande parte deste investimento é destinado à agricultura.

A afirmação de que esperávamos que este fosse o último ano em que o sector base da economia regional, que foi dotado com investimentos muito vultuosos e que assumiria a posição relativa de primeiro lugar, passasse para segundo, foi dita no contexto de que este próprio Plano já contém em si alguns gérmens de outros projectos, os quais no futuro iremos dar muita atenção, nomeadamente com as novas tecnologias, ou seja, a tecnologia da informação e a sociedade de informação.

Aqui encontramos um projecto ao qual damos muita importância, isto é, o lançamento do cabo de fibra óptica que liga as ilhas dos Açores e o nosso arquipélago com o Continente e esperamos que com este projecto, possamos vir, no nosso Plano a Médio Prazo, a centrar as nossas atenções e os nossos esforços, em conjugação com todos os agentes económicos da nossa sociedade, nestes outros sectores de actividade.

Por outro lado, as minhas preocupações inserem-se também na própria lógica de reestruturação dos fundos estruturais a nível da União Europeia, em que nas reformas que se antevêm dos fundos estruturais, se anteveja uma diminuição dos apoios directos aos produtores agrícolas e pecuários. Isso provocará certamente — pelo menos são essas as orientações dos debates no âmbito das reformas dos fundos

estruturais — o ênfase em projectos integrados de desenvolvimento rural, em que estes apoios directos vão pelo menos perder a sua importância relativa.

É neste contexto que fiz essa afirmação e a reafirmo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Citação: "O Plano apenas apresenta as dotações regionais para aplicação em alguns programas comunitários de apoio, quer ao investimento, quer ao rendimento.

Além deste montante, devem também considerar-se os prémios e ajudas directas ao rendimento, nomeadamente os referentes à reforma da PAC, os do POSEIMA, aprovisionamento de ajudas ao rendimento e transformação, valor que em 1993 foi superior a 9 milhões de contos".

Eu citei a sua intervenção de 6 de Dezembro de 1994.

A única coisa que eu lhe peço, nem sequer é por uma questão de seriedade técnica, é por uma questão de coerência pessoal, é que utilize o mesmo método de fazer contas que utilizou em 94.

Quanto à questão dos preços, tendências e perspectivas e à célebre página 32 do Plano a Médio Prazo, é óbvio que esta é uma matéria complicada, mas é preciso perceber que o que vem aí em termos de tendências e de perspectivas, é apenas uma análise que não é de forma alguma política, é uma análise técnica, que não acontece como aconteceu no passado...

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso não faz parte do documento!

O Orador: ... onde do gabinete de um secretário partiu uma posição semelhante, em que dizia claramente que os preços iam descer.

É óbvio que este Grupo Parlamentar está sensibilizado para isso.

No entanto, recomendava-o a ler **apenas** aquilo que diz o parecer da Federação Agrícola dos Açores a propósito do Plano a Médio Prazo, ou seja, "em termos genéricos, a caracterização do sector está correcta e a maior parte dos objectivos e medidas propostas não podem, em termos de intenções e quantitativos, serem contestadas dada a sua abrangência e enquadramento nacional".

Obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): De entre tantos pareceres, apenas leu um!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

No Programa do Governo, no capítulo das políticas para o mundo rural, um dos objectivos a atingir é reforçar a competitividade das fileiras do leite e da carne.

O Sr. Secretário pretende reforçar a competitividade do leite através da quebra moderada nos preços do leite e lacticínios, como vaticina na página 32 do PMP 97/2000?

Era apenas esta questão.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar e respeitando a presença dos lavradores das Ilha do Faial e de São Miguel nas galerias, e de representantes das Associações Agrícolas das mesmas ilhas, queria afirmar publicamente nesta Casa — já o fiz em audiência com esses lavradores e com os representantes da associação — que as minhas declarações públicas de que este Governo não se iria imiscuir nos preços do leite, continuam a ser as mesmas e serão sucessivamente reafirmadas, embora algumas "aves agoirentas" queiram negar essas afirmações.

Também quero afirmar aqui que, o que vem dito nessa célebre página 32 referente a tendências e perspectivas, do ponto de vista técnico, houve alguém que tentou olhar para o futuro e esse mesmo ponto de vista foi empregue em todos os sectores.

Também é preciso dizer que o que lá está, vem dito em termos de tendências de médio prazo no contexto da União Europeia, e não vem referido especificamente nem para a Ilha de São Miguel, nem para nenhuma das outras ilhas.

Sr. Deputado António Almeida, é **falso** que haja uma posição deste Governo e deste Secretário sobre a descida dos preços do leite.

A pergunta do Sr. Deputado Manuel Brasil, não é uma pergunta, é uma tentativa de galhofa que lhe fica bem com esse bigode farfalhado.

(Risos da Câmara)

Deputado Manuel Brasil (PSD): Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): O que vale é que os Srs. levam isto a brincar e aí é que está o mal!

Transformam coisas sérias em brincadeira!

Deputado Madruga da Costa (PSD): Isso é uma autêntica intervenção Parlamentar!

Sr. Presidente da Mesa, acautele o seu bigode!

Presidente: O meu está acautelado, não há problema!

Continue, Sr. Secretário.

(Risos da Câmara)

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação às contas e aos critério, eu julgo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já teve oportunidade de lembrar, ao Sr. Deputado António Almeida, que ele deve utilizar agora os mesmos critérios, que utilizou no passado.

No que se refere à falta de estratégia e à situação do sector, é verdade Srs. Deputados, que houve falta de estratégia no passado. Há situações preocupantes.

Na Ilha do Pico temos uma situação que se arrasta há muito tempo, ou seja, a Lacticínios Miragaia, que tem dívidas enormes aos fornecedores de leite. Até Fevereiro de 1997 eram de 60 mil contos, mas isto não aconteceu no mandato deste Governo.

Existem as dívidas aos produtores da Lacto-Pico, que até a essa mesma data eram de 100 mil contos, mas também não foi este Governo que contribuiu para isso.

Na Ilha do Faial, existe o problema da LAFAL que até Março de 1997, era de 39 mil contos.

É preocupante, mas não foi este Governo que contribuiu para isso.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está chegando ao fim. Agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Em termino, dizendo que existe na Ilha das Flores uma situação semelhante, mas também a culpa não foi deste Governo.

É preocupante, Sr. Deputado.

Eu voltarei a falar deste assunto mais tarde, aquando da minha intervenção e quando tiver mais tempo para intervir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Pode avançar com bigode e tudo, porque não há problema.

(Risos da Câmara)

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, é para defesa da honra.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Defesa do bigode!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem 3 minutos para defesa da honra.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Longe vai o tempo em que D. João de Castro empenhava as barbas na defesa da sua honra.

Eu como tenho a barba toda, mas só deixo crescer o bigode, empenho o meu bigode na defesa da minha honra e na defesa da agricultura açoriana.

(Risos da Câmara)

Gostaria de dizer que o que o Sr. Secretário levou como galhofa minha, não é galhofa.

Esta frase está escrita no Plano a Médio Prazo, que V. Exa. teve a oportunidade de ler, de consultar com os seus técnicos e de avaliar o conteúdo do problema, que a

mesma deixa nas futuras negociações entre empresários e associações de agricultores desta Região.

Portanto, estão em causa milhares ou milhões de contos que podem ser subtraídos à produção e que são louvor do seu esforço e do seu suor.

Permita-me, Sr. Secretário, que lhe diga, que este bigode que aqui está, tem a honra suficiente para ver quando é que está em causa um problema sagrado, como seja, o pão dos nossos agricultores.

Isto tem que ser devidamente defendido nesta Casa ou em qualquer sítio, e num documento tão importante como este — o Plano a Médio Prazo — nunca poderia vir uma frase daquele teor, onde põe em causa negociações com agricultores, como eu já frisei, e onde está também em causa um poderio económico muito elevado que nos faz subtrair divisas à nossa Região.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Longe de mim intervir na defesa da honra. Defendeu o seu bigode, mas eu não pretendi insultá-lo, foi apenas uma alusão em espírito de humor e julgo que podemos utilizar esse espírito, nesta Casa.

Deputado João Cunha (PSD): Foi uma alusão sem gosto!

O Orador: É evidente que pode empenhar o bigode, quantas vezes quiser, porque ele é seu.

Completando a minha intervenção feita há pouco, no seu seguimento, queria dizer que quando se comparam investimentos, deve-se comparar de igual para igual.

O que é verdade, é que em termos de dotação inicial do Plano a Médio Prazo 93/96, a preços correntes, ela era de 14 milhões de contos.

Se essa dotação for ajustada a preços de 97, ela passa para 15 milhões 637 mil contos. Esta era a dotação inicial do Plano de Médio Prazo 93/96. Portanto, está muito longe dos 28,7 milhões de contos que estão aqui contemplados, se incluirmos as calamidades para a agricultura, e está ainda muito longe do valor 26,9 se lhe quisermos subtrair o valor dessas mesmas calamidades.

Se não quisermos comparar a dotação inicial do Plano a Médio Prazo, que é a que é comparável metodologicamente com o que é proposto aqui, se quisermos ainda fazer um outro exercício, ou seja, o exercício da comparação ajustada a preços de 97, esta era de 20 milhões de contos, quando aqui a dotação prevista no início e que irá normalmente sofrer ajustes ao longo da execução deste Plano, é de 28,7 milhões de contos.

No que respeita às sucessivas versões aqui anunciadas na tribuna pelo Sr. Deputado António Almeida, eu vi que o Sr. foi sempre crescendo nos números. É bom sinal, porque isto quer dizer que sucessivamente fomos conseguindo trazer mais verbas para o investimento no sector agrícola.

Poderá perguntar-se: Será que o Secretário Regional da Agricultura e Pescas está satisfeito com as verbas que tem?

Nenhum secretário está satisfeito, nem nenhum sector alguma vez estará satisfeito com as verbas que tem.

Eu gostaria, tal como os restantes membros deste Governo, de poder executar, o mais depressa possível, as obras que já estão prometidas pelos anteriores executivos.

Gostaria de executar mais depressa a rede regional de abate que está prometida desde 1980 por todos esses Governos.

Presidente: Sr. Secretário, chamo a sua atenção que ainda está intervindo dado o acidente capilar de há pouco.

Portanto, na réplica, da defesa da honra do Sr. Deputado e o respectivo bigode...

O Orador: Sr. Presidente, sendo assim eu encerro a minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio e respectivos apêndices capilares.

Nesse caso inclui a barba.

(Risos da Câmara)

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que por ter barba e bigode não vai haver grandes problemas.

Pensei que depois da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre o que vem na página 32, isso ficasse resolvido, mas julgo que não. Por isso venho aqui prestar um esclarecimento, porque esse assunto desde há muitos anos, até mesmo pela anterior secretaria e pelo anterior secretário, era assumido.

Eu vou passar a ler alguns excertos de um documento que foi produzido em 1987, em que o Dr. Adolfo Lima fazia algumas considerações e reflexões sobre o sector agrícola.

"O nível elevado dos preços estimulou certamente a produção nas explorações mais rentáveis, mas tal não foi ressentido com um inconveniente maior, dado que esse período era com efeito caracterizado por uma dinâmica muito forte da procura.

Nas circunstâncias actuais, nesse ano, a prossecução dessa via é contudo impossível, favorecendo a sobrecarga dos mercados à acumulação de excedentes e o aumento das exigências da intervenção contribui para reduzir os preços e, por conseguinte, os rendimentos dos agricultores."

No mesmo documento, refere ainda a dado passo, o seguinte:

"Os principais produtos da Região estão e estarão sujeitos na comunidade, a um conjunto de medidas que introduzem condicionantes por vezes dramáticas na produção, com consequências imprevisíveis para quem produz, induzindo preços cuja tendência será não acompanhar os aumentos dos custos dos factores e de comercialização, determinando assim a diminuição dos rendimentos dos agricultores."

Portanto, desde sempre, isto foi muito claro e chamou-se sempre a atenção de que a Região só teria competitividade quando esses preços não excedessem determinados parâmetros.

Penso que esta realidade nunca poderá ser perdida sob pena de perdermos os mercados tradicionais dos nossos produtos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, em função do tempo que tenho, queria começar por fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado António Almeida, na sua intervenção, anunciou o encerramento da fábrica da chicória, em São Miguel.

Ontem, na conversa que tivemos com os agricultores da Associação Agrícola de São Miguel, eles também manifestaram essa preocupação, dado os problemas relativos à alternância das culturas industriais.

Gostaria de saber se o Governo Regional, embora tendo em conta que se trata de uma empresa privada, tem algum conhecimento do possível encerramento dessa fábrica e no caso de isso se concretizar, se estão a ser estudadas alternativas aos agricultores que continuam a ter culturas industriais, nomeadamente a cultura da chicória?

Em relação aos preços que foram aqui focados, lembraria apenas o Sr. Deputado que o problema dos preços, essencialmente dos preços do leite, tem que ser visto dentro dos condicionalismos europeus e que nós, na nossa Região, estamos abaixo da média europeia em relação a esses preços e muito abaixo da média nacional.

Portanto, quando falarmos em preços de leite a nível da Região Autónoma dos Açores, temos que ter sempre em conta que o preço do leite hoje, na nossa Região, é bastante inferior a estas médias, de modo que nós podemos crescer enquanto que os outros estabilizam ou até descem ligeiramente, atendendo a este aspecto do diferencial de preços.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto à pergunta posta pelo Sr. Deputado do PCP, devo dizer-lhe que não, que este Governo não tinha conhecimento, nem oficial nem oficiosamente, dessa notícia.

Eu tive conhecimento pela primeira vez quando recebi a Associação Agrícola de São Miguel e os lavradores da mesma ilha, os quais me informaram e evidentemente não podemos ter plano.

A ser verdade e tal como o senhor já disse, trata-se de uma entidade privada e não podemos intervir a esse nível. De qualquer maneira é um assunto que merecerá a minha atenção.

Eu não queria voltar à questão dos preços do leite e gostaria de reafirmar mais uma vez que, como Secretário e como técnico, em anteriores ocasiões, fiz diversas vezes declarações sobre o que é que pensava e há documentos produzidos por mim que até refutariam qualquer uma das intervenções anteriores.

Por diversas vezes escrevi e está publicado, que os preços na Região Autónoma dos Açores são muito mais baixos do que no Continente e tecnicamente sempre escrevi que eram mais baixos do que na Europa. Eu sempre disse isso.

Portanto, não compreendo como é que se poderia esperar que do ponto de vista técnica ou do ponto de vista político, alguma vez viesse a produzir declarações desse teor ou com a interpretação que foi dada aqui.

É um absurdo total e mais absurdo é quando eu repetidas vezes disse e volto a reafirmar que do ponto de vista político, não é intenção deste Governo imiscuir-se nas negociações do preço do leite, como aliás penso que é o desejo da maior parte das associações, inclusive da Associação Agrícola da Ilha de São Miguel.

Julgo que sobre este ponto de vista estamos entendidos.

Julgo que a forma como se procurou empolar isto, é porventura mais prejudicial aos interesses da lavoura do que eventualmente essa célebre página 32.

Penso que o que se está a fazer aqui desta forma, ao encher este "balão" desmesuradamente, isso sim, é prejudicial.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando eu procurar informações de carácter técnico e posições técnicas, certamente o farei junto dos directores regionais na sua secretaria.

Aqui discutem-se opções, prioridades e discute-se, sobretudo, política sectorial.

O Sr. Secretário não pode ofuscar o facto de haver um indicador negativo num documento que é de carácter oficial. Não vale a pena subvalorizar.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É a sua opinião!

O Orador: É preferível ter a humildade de assumir que há um erro num documento que pode condicionar o futuro das negociações do preço do leite nos Açores. Assumam!

Segunda questão: 46 milhões de contos.

Sr. Secretário, agradeça que confirmasse neste plenário como está transcrito de forma superficial no documento do Plano de Médio Prazo, que anunciou uma despesa pública para a agricultura açoriana com base num reforço de um programa comunitário que não está garantido.

Agradeça que respondesse com clarividência, para que ficasse registado que mentiu aos agricultores quando prometeu uma despesa pública de 46 milhões de contos, com base em dotações da comunidade que não existem e que não estão garantidas.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dizer nesta Câmara que, aquando da minha intervenção naquela tribuna, terei oportunidade de esclarecer essa questão dos 46 milhões.

Muito obrigado.

Deputado António Almeida (PSD): Voltaremos a esse assunto!

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos durante 15 minutos.

Até já.

Eram 11.55 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12.05 horas.

Antes de conceder a palavra a um Sr. Deputado para proferir uma intervenção, relembriaria os tempos ainda disponíveis.

PS - 3 horas, 24 minutos.

PSD - 2 horas, 30 minutos, 10 segundos.

PP - 1 hora, 29 minutos, 30 segundos.

PCP - 36 minutos, 30 segundos.

Governo - 2 horas, 34 minutos, 45 segundos.

Posta esta informação, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que inicie a minha intervenção citando um ilustre professor da Escola Nacional de Saúde Pública, o Dr. Gonçalves Ferreira, para dizer e cito:

"Ainda que os antropologistas considerem certo que os homens nos seus primeiros tempos de vida sobre a Terra estavam adaptados às condições do ambiente e não conheciam o vestuário nem a habitação, estes tornaram-se, no decurso da evolução, meios protectores indispensáveis contra os agentes agressivos ou incómodos do meio ambiente. A habitação, com os aperfeiçoamentos que tem sofrido através das idades, representa um factor do ambiente que influencia de forma acentuada a saúde dos indivíduos e da colectividade." E ele continua dizendo: "As relações das condições de habitação com a saúde não são facilmente postas em evidência,(...) mas a habitação adequada é extremamente importante por contribuir para a promoção da saúde física e mental, em ambiente de vida agradável".

Vem isto a propósito da leitura que fazemos do Plano a Médio Prazo e Plano e Orçamento para 97, que o Governo apresentou a esta Assembleia.

E estes documentos dão cumprimento ao programa de Governo que esta Assembleia oportunamente aprovou.

São exemplo deste cumprimento, as medidas de política de habitação contidas no programa de Governo e cuja implementação, os documentos em análise dão início, conforme consta do seu Programa 28.

O cumprimento das linhas do Programa que este Governo traçou para o cumprimento do desígnio constitucional do direito à habitação e que esta Assembleia aprovou, obriga-nos a uma análise das condições financeiras existentes e que constituem um handicap à política que pretendemos levar a cabo.

Estas condições criam dificuldades à execução de qualquer política de habitação. São exemplo destas dificuldades a dívida acumulada por incumprimento do Dec-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro, isto é, se os Governos anteriores tivessem cumprido a Lei, e não o fizeram, levando-nos a questionar se seriam pessoas de bem. Mas dizíamos que se tivessem cumprido a Lei, as verbas que agora estão afectas ao pagamento daquilo que deviam ter pago, seriam naturalmente utilizadas em maiores apoios à habitação.

Maiores apoios, não porque os previstos sejam pequenos, pois que quando comparados com os programas anteriores, ultrapassam-nos largamente.

Senão vejamos: comparemos o montante previsto para o primeiro ano do PMP em apreciação, com aquele que lhe antecedeu, teremos que o crescimento é de aproximadamente 12 % feitas as necessárias correcções de preços para 97.

Mas se estes números não agradam a alguns, poderemos sugerir outros critérios de análise da política de habitação como por exemplo o realojamento de famílias carenciadas. E assim, temos que no último ano o anterior Governo fez 26 realojamentos e feitas as correspondências de tempo este Governo deveria ter feito 13, até ao momento. No entanto, este Governo já realojou mais de 30 famílias, o que nos permite dizer que ao nível dos realojamentos, temos, neste momento, uma taxa de execução, deixem-me chamar-lhe assim, de aproximadamente 250 % quando

comparada com o que devíamos ter feito se déssemos continuidade à política que se vinha praticando nos Açores.

Mas somos realmente diferentes! Aliás foi isso que o eleitorado disse nas últimas eleições, diferença de políticas e diferença de métodos; como por exemplo diferença de políticas e diferença de métodos na aquisição de terrenos por parte da Região. Graças às respostas a requerimentos que a esta Assembleia oportunamente apresentei, estou hoje em condições de dizer que só no último ano a Região adquiriu mais de 120 mil m² de terrenos. Curiosamente todos na Ilha de São Miguel e provavelmente em nome da unidade regional e de um desenvolvimento harmónico da Região.

Diferentes ainda, porque a nossa concepção de interesse regional permite-nos partilhar com o todo nacional os recursos disponíveis para o apoio à habitação o que já se traduziu na celebração de contratos ARAAL com cinco autarquias possibilitando um investimento global de mais de cinco milhões de contos disponibilizando mais 620 fogos para as famílias açorianas.

A este propósito não podemos deixar de estranhar que a Câmara de Angra do Heroísmo se tenha distanciado tanto no tempo deste processo, uma vez que os problemas de habitação neste concelho são por demais conhecidos. Razão pela qual não conseguimos perceber, porque se deixou ultrapassar num processo através do qual se poderiam já estar a resolver alguns dos graves problemas que nesta área se colocam naquele concelho; mas talvez que alguém aqui presente nos possa esclarecer sobre esta matéria, uma vez que no ano da graça ou da desgraça, de 1994 se iniciou e pelos vistos concluiu um processo de intenções nesta área.

Por outro lado, a complexidade das envolventes da problemática da habitação obriga a acções rápidas mas de elevada qualidade.

A qualidade que é necessária não nos pode impedir de satisfazer as necessidades de habitação, sem esquecer aqueles que as políticas de habitação anteriores não contemplaram.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As eleições de Outubro passado atribuíram ao P.P. um papel de especial destaque no actual quadro parlamentar. Esse papel, que assumimos com todas as responsabilidades que daí resultam, é por nós interpretado como o papel de partido da oposição

Já quando proferi o meu discurso final, aquando da discussão do programa do Governo, o afirmei e reitero aqui e agora:

Um papel de partido da oposição com funções reguladoras e fiscalizadoras, feitas numa base construtiva e positiva, decididamente não de um partido de Governo.

Temos perante nós três documentos para apreciação: o PMP 1997-2000, o Plano de 1997 e o Orçamento de 1997.

Na nossa interpretação genérica os documentos em análise não correspondem às nossas perspectivas. Apresentam-se como pouco inovadores, com fortes elementos de continuidade com os de anos anteriores e mantêm muitas das características que criticámos no passado e continuaremos a criticar.

Não são as soluções que preconizamos como partido, e sentimos que, em alguns aspectos, não estão totalmente integrados no espírito do Programa de Governo que ajudámos a aprovar.

No caso específico do PMP 1997-2000, iremos ainda mais longe. Em Janeiro deste ano, fizemos uma proposta de adiamento da discussão do PMP, por duas razões.

A primeira porque, na nossa opinião, não fazia sentido discutir um documento de médio prazo sem uma base de financiamento sólida e credível que lhe sirva de suporte. Ora, como se previa que a Lei das Finanças Regionais viesse à discussão durante o verão, e que tal lei potencialmente influenciaria as receitas da Região, fazia e faz pouco sentido discutir um documento que deverá ter que ser alterado no decurso deste ano.

A segunda razão porque tornar-se-ia então possível apresentar o Plano e Orçamento de 1997, dentro dos prazos estipulados, evitando assim que a Região fosse gerida em regime de duodécimos durante 6 meses. Aliás essa situação propiciou uma sensação

de estagnação na população dos Açores, que penalizou as expectativas criadas após o acto eleitoral de Outubro do ano anterior.

O tempo encarregou-se de nos dar razão. O Plano a Médio Prazo, assim, resume-se a um conjunto de intenções sem o imprescindível quadro de previsão de receitas que torna o exercício da sua apreciação um acto sobretudo político, mas esvaziado de realismo e conteúdo prático. Ninguém pode garantir a sua execução pela simples razão que não se sabe a sua base de financiamento, nem se haverá recursos necessários para o fazer. É académico discutir isso agora.

Acresce ainda o potencial pernicioso resultante de expectativas que tal documento pode gerar e que depois não venham a ser cumpridas por vontades alheias.

Quanto ao Plano e Orçamento de 1997, temos uma outra situação. O P.P. teve o cuidado de não se pronunciar de forma extemporânea relativamente aos documentos em questão, ao contrário de alguns que o fizeram.

Pensámos e analisámos profundamente os documentos em questão.

Da análise dos mesmos, parece-nos que enfermam de diversos males. A despesa corrente cresce assustadoramente (cerca de 12,5%), o endividamento aumenta, e o Plano apresenta pouco de novo parecendo mais um documento de continuidade de obras anteriores.

Relativamente ao Plano o montante global cresce fundamentalmente à custa do aumento das transferências e do acréscimo do endividamento (aproximadamente 6 milhões de contos cada).

Os dados que atrás enunciei, demonstram que a nossa Região, vai continuar a passar por um período de grandes dificuldades a curto prazo. Fácil seria portanto, tomarmos uma atitude de desresponsabilização total sobre os documentos em questão e entrarmos numa crítica absoluta e fundada.

Era tão fácil, bastava-nos recorrermos a anteriores intervenções do meu colega de bancada — o Deputado Alvarino Pinheiro — que sempre o fez com reconhecido brilhantismo.

Optámos por outro caminho porque o quadro parlamentar e a necessidade dos açorianos assim o exigem. Encetámos um processo de conversações com o Governo e com o PS no sentido de ver se era possível chegar a uma solução global para os

documentos em questão. As propostas do PP são públicas, escuso de as repetir aqui. Tal acordo não foi possível perante a impossibilidade de o Governo conseguir reduzir 2 milhões de contos que achamos que deviam ser cortados. Essa impossibilidade deve-se fundamentalmente ao crescimento de despesa de pessoal (resultante dos aumentos decretados por Lisboa e das actualizações de carreiras) e de dívidas contraídas pelo Governo anterior. Compete ao Governo demonstrar tais factos nesta assembleia.

Daqui permitam-me fazer um repto que é fundamental para as análises subsequentes. Não ficou claro ainda nesta Assembleia o que é que são as responsabilidades do Orçamento deste ano e o que é que são as responsabilidades transitadas do ano anterior. Fazemos um apelo a que tais questões fiquem rigorosamente esclarecidas neste plenário para que todas as pessoas saibam o que é que está em jogo.

Mais uma vez seria fácil assumirmos uma posição negativa e de crítica destrutiva relativamente a estes documentos. Já tínhamos feito a 1.^a abordagem, a 2.^a poderíamos insistir. Não é esse o nosso propósito.

Achamos que vale a pena tentar dar ainda um contributo útil para encontrarmos uma solução estável e que vá ao encontro das necessidades dos açorianos. Passaremos agora a fazê-lo aqui — no plenário.

Sr. Presidente, submeto à Mesa um conjunto de propostas de alteração ao Plano e Orçamento.

As propostas que apresentamos à Assembleia espelham um conjunto de preocupações que podem introduzir melhorias no Plano e Orçamento deste ano.

Relativamente ao Orçamento apresentamos medidas de poupança que podem fazer baixar a despesa corrente em 330 mil contos, sem mexer na componente de ordenados e de pagamentos a fornecedores. No caso da despesa de capital propomos um corte de 60 mil contos. No total propomos uma redução da despesa (corrente e capital) de 390 mil contos. No Plano, propomos a diminuição da afectação de verbas à fiscalização das pescas, da ciência e tecnologia e do parque de máquinas, num valor total de 447 mil contos.

Esses cortes permitirão reafectar fundos para o Plano deste ano, nomeadamente um adicional de 260 mil contos para a agricultura na Ilha de S. Miguel (caminhos de

acesso, electricidade e água), um reforço de 230 mil contos para o porto do Corvo e equipamentos para o Porto da Praia, entre outros.

Propomos também a reafecção de verbas do não desagregado, com especial ênfase para uma reafecção de 140 mil contos para o programa calamidades, para o apoio ao rendimento dos agricultores afectados pelos temporais na Ilha de S. Miguel.

É evidente que nos pronunciaremos com outro detalhe sobre estas medidas, aquando da discussão na especialidade.

Gostaríamos que interpretassem tais movimentos como uma tentativa construtiva e útil de trabalhar activamente para uma melhoria dos documentos em questão.

Pretendemos assim contribuir para uma melhoria desses documentos, no entendimento que o actual quadro parlamentar a isso nos obriga e que o povo dos Açores nos exige.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos reunidos nesta Assembleia para discutir e posteriormente aprovar ou rejeitar o Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 1997.

No que se refere à Ilha do Corvo, não posso dizer que este é o melhor Plano, como dizem algumas vozes do PS.

É com maior satisfação que vejo contempladas algumas obras de grande importância para a Ilha do Corvo. No entanto, não posso deixar passar esta oportunidade sem mais uma vez criticar o facto de não ter sido contemplado no PMP a ampliação do Porto da Casa, promessa feita pelo actual Presidente do Governo, Sr. Carlos César, aquando da campanha eleitoral das últimas Legislativas Regionais.

Os Corvinos são pessoas de bem e cumpridores de promessas. Por isso mesmo, esperam que cumpra a sua brevemente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É necessária e urgente a dragagem do Porto da Casa, no Corvo, em consequência dos últimos temporais que assolaram os Açores. Se tal não acontecer com alguma

brevidade, não será possível o novo edifício escolar arrancar, em virtude do barco que irá efectuar o transporte do material estar impossibilitado de fazer a acostagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma honra para os Corvinos saber que o Corvo passa a ter mais uma voz reivindicativa e até atrevo-me a dizer ao Sr. Deputado Fernando Menezes que a sua intervenção veio mesmo na hora certa, resta agora esperar o apoio do Grupo Parlamentar do PS.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Socialista Fernando Menezes)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo para o quadriénio 1997-2000 e o Plano e Orçamento para 1997, que estamos, agora, a analisar, resultam da definição de quatro **grandes objectivos**, que traduzem a opção deste Governo por uma política de ideologia socialista.

Esta política caracteriza-se pela conciliação do desenvolvimento económico com as políticas de solidariedade, dirigidas estas, para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, reafirmando o princípio de que, para o PS, são as pessoas que estão primeiro.

Tendo por referencial os grandes objectivos deste Plano, irei debruçar-me sobre: o quê?, o porquê? e o como? que nele está contemplado para o Sector da Educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O objectivo final a atingir no que respeita à Educação é, como não poderia deixar de ser para nós socialistas, — **Democratizar o ensino e combater a exclusão social.**

O acesso ao ensino, à cultura e à formação, são direitos constitucionais de todas as pessoas, independentemente da sua raça, crença, poder económico, etc.. A educação é o instrumento por excelência de combate à exclusão social e de fomento da promoção individual.

As transformações sócio-económicas, tecnológicas, culturais e políticas que se estão a operar no contexto geopolítico europeu e ocidental, em que a nossa sociedade se insere, aliadas às variáveis específicas açorianas condicionadoras do seu desenvolvimento, tornam o investimento em educação a grande prioridade desta Região.

Não é possível atingir o desejado desenvolvimento sustentado, sem investir no seu mais importante pilar: Cidadãos preparados para enfrentarem os desafios do futuro.

O efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos, é imprescindível numa sociedade em que o abandono escolar é ainda elevado. O saber tem de ser valorizado e o estatuto das escolas como centro educativo, tem de ser socialmente afirmado.

Para a prossecução do objectivo — **Democratizar o ensino e combater a exclusão social** — foram definidos objectivos intermédios e metas, que dão corpo aos programas n.ºs 18 e 19, designados, respectivamente, por **DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS e DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO**. Através destes programas, operacionalizar-se-á o Plano no que diz respeito ao Sector da Educação.

Usando uma metodologia de análise sistémica, procedeu-se ao diagnóstico do Sector Educativo Regional e, seguidamente, formularam-se propostas de acção que, tendo por ponto de partida a realidade, fossem os instrumentos necessários para a transformação progressiva da mesma, em direcção ao objectivo final já referido.

Do diagnóstico feito, com base em dados fornecidos pela SREC; SREA; e DREAP, reportados ao ano de 94/95 como limite superior, foi possível identificar as principais carências da Região no que respeita às infraestruturas educacionais e aos recursos humanos.

Constatou-se que o número global de alunos encontra-se em fase de estabilização ou mesmo de regressão.

Em 94/95 frequentavam o sistema 58.328 alunos.

Em 96/97 frequentam o sistema 55.409 alunos.

Em consequência da diminuição de alunos no 1º ciclo, verifica-se uma melhoria em termos do espaço médio de salas de aulas por aluno, no entanto, esta melhoria

esconde desequilíbrios na utilização da rede de instalações escolares. Enquanto encerram algumas salas de aulas, no 1º ciclo, assiste-se a situações de saturação e de sobrelotação nos níveis de ensino ainda em expansão. Esta saturação é mais significativa nas zonas urbanas, dado que se tem vindo a verificar movimentos de deslocação de pessoas, em idade activa, para zonas com maiores oportunidades de emprego.

No que diz respeito à distribuição dos docentes, pelos vários graus de ensino, verifica-se a tendência para o acompanhamento do número de alunos matriculados — estabilização ou mesmo regressão nos 1.º e 2.º ciclos e expansão no pré-escolar, 3.º ciclo e secundário.

Falando da qualificação dos docentes, pode dizer-se que tem vindo a aumentar o número de professores profissionalizados. Persiste, no entanto, um número significativo de professores com habilitações, mas que não ingressam imediatamente na profissionalização (7% em 94/95 contra 3% em profissionalização).

A percentagem de professores sem habilitações, em 94/95 era 21,4%, num total de 3.936 docentes.

Em 96/97 é de 20% (aliás, como já disse o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais), em 4.204 docentes, ou seja, em dois anos apenas se ganhou mais um professor com habilitações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma das medidas para avaliar um sistema educativo é a taxa de progressão/aprovação dos alunos.

Na Região, essa taxa (no final da escolaridade básica) atingiu o seu máximo em 93/94, cerca de 85%, tendo baixado para cerca de 78% em 94/95. Ao invés da progressão, que seria desejável, verifica-se uma regressão. O sucesso educativo diminui e com ele, também, o número de alunos que adquirem a escolaridade básica obrigatória.

A desarticulação das actuais estruturas têm conduzido ao abandono do sistema de ensino durante a escolaridade obrigatória, tendo gerado baixos níveis de escolaridade e provocado o aparecimento de qualificações sem perspectiva de inserção profissional. Em síntese, a Região tem, ainda, graves carências, quer no que diz

respeito ao número e características das escolas (lembro que por cada um dos últimos três PMP apenas foi construída uma nova escola), quer relativamente aos recursos humanos qualificados necessários ao sistema.

É de referir que a esta situação não é alheia a política educativa de quem governou os Açores durante 20 anos e que, notoriamente, não tinha a Educação como uma das suas prioridades.

Identificadas as carências quanto às infraestruturas e recursos humanos, conceberam-se os programas n.ºs. 18 e 19, com as respectivas dotações orçamentais.

Programa N.º 18 — DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS

Fazer da escola um espaço de bem estar é urgente. Escolas sobrelotadas e longe dos meios familiares dos alunos, são um claro desincentivo à frequência e à motivação para as actividades escolares.

Assim, são **objectivos** deste programa:

- **Completar o parque escolar;**
- **Resolver o problema da sobrelotação das escolas;**
- **Criar as condições adequadas ao funcionamento dos vários graus de ensino, não esquecendo o artístico e o especial.**

Além das responsabilidades de implementação directa, a Administração Regional procurará maior envolvimento das Autarquias no processo educativo, estabelecendo acordos de cooperação para a construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo, rede de transportes escolares e outros apoios sociais.

A dotação orçamental do programa é de 12.119.000 contos, correspondendo a 7,2% do montante global do PMP (no PMP anterior a dotação era de 4.600.000 contos correspondendo a 5,4% do montante global).

Fazendo uma análise quantitativa dos valores desagregados, verifica-se que:

- 82% da dotação total será da responsabilidade directa da Administração e destina-se à execução de 47 acções;
- 16,9% deste investimento vai ser feito em 97 e destina-se a iniciar a execução de 28 acções, ou seja, 59,6% das acções vão ter início, já, este ano;

- À cooperação com as autarquias, destina-se 18% da dotação total, sendo 29,4% deste montante para 97.

Programa nº 19 — DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO

É indispensável dotar as escolas dos equipamentos necessários às novas técnicas de ensino, criando espaços adequados ao contacto dos alunos com os novos meios tecnológicos.

Esse contacto não só facilitará a aprendizagem como motivará e despertará o aluno para a compreensão da ciência e da tecnologia dos nossos dias. O ensino artístico deve existir em plena integração com o restante sistema educativo. A todos deve ser dada a possibilidade de despertar vocações e talentos através da universalização do ensino artístico básico.

A formação contínua do pessoal docente e não docente é uma tarefa urgente. Promover e incentivar essa formação dentro da escola, com recurso a meios internos e externos é, também, responsabilidade de quem governa. A educação permanente é fundamental nos dias de hoje, os conhecimentos rapidamente se desactualizam e o aparecimento de novas ideias e tecnologias exige flexibilidade e aprendizagem constante.

Prestigiar a escola passa pela valorização das pessoas que nela intervêm, e só uma escola digna, incluída num sistema educativo em que a sociedade confie, pode fomentar o sucesso educativo. Também é importante garantir a estabilidade do corpo docente.

Assim, os **objectivos** do programa — DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO — são:

- **Dotar as escolas de equipamentos adequados às funções pedagógicas específicas e aos graus de ensino que lá se ministram;**
- **Promover acções de formação dirigidas ao pessoal docente e não docente;**
- **Criar incentivos à fixação dos docentes e melhorar os mecanismos dos concursos de colocação de professores;**

- **Estabelecer contratos, programas e protocolos com universidades para apoio à profissionalização de docentes, através de cursos de graduação e pós-graduação;**
- **Alargar iniciativas de parcerias a empresas, escolas profissionais, IPSS's e ensino particular.**

A dotação orçamental global do programa é de 1.155.000 de contos, que corresponde a 0,7% do montante total do Plano. Esta verba distribui-se por dois subprogramas; o (19.1) que se destina à aquisição de Equipamentos Escolares com a verba de 915.000 contos e o (19.2) para custear as acções de Formação e que tem a dotação de 240.000 contos.

No PMP anterior a dotação era de 550.000 contos, correspondendo a 0,6% do montante global.

No âmbito da formação de docentes, quero ainda destacar a recente iniciativa da Secretaria Regional da Educação que, através do estabelecimento de um protocolo com a Universidade dos Açores, vai custear totalmente — em 15.000 contos — o funcionamento, no próximo ano lectivo, do Mestrado em Supervisão Pedagógica possibilitando, pela primeira vez, que 20 docentes, residentes na Região, adquiram qualificação de grau superior para formarem professores dos vários níveis de ensino.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É com grande satisfação que vejo contemplados neste PMP e no Plano para 97, os programas, com as respectivas dotações orçamentais, através dos quais se irá dar cumprimento às promessas eleitorais do PS, bem como ao programa do Governo, no que diz respeito à Educação nos Açores.

Quero ainda referir, que o facto de no PMP serem explicitadas as metas a atingir, no final do quadriénio, com cada um dos programas, irá possibilitar que, com objectividade, se determine a taxa de execução física que se atingiu em cada programa, no final do quadriénio.

Por tudo o que foi dito, fica demonstrado que este é um bom Plano e que há um Governo com vontade política para o executar.

Assim, este Plano merece ter os votos favoráveis de todos os que, nesta Assembleia, querem o melhor para a Educação nos Açores e consequentemente o melhor para o nosso futuro colectivo.

É esta a minha convicção!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Casa, foi em 1980 que se criou o Serviço Regional de Saúde, e em 1986, os Centros de Saúde, o que significa terem-se passado, já, 16 e 10 anos, respectivamente sobre essas iniciativas legislativas.

Partindo de ideologias, mesmo que diversas, subjacentes à criação e desenvolvimento dos Serviços de Saúde de diferentes países da Europa e do nosso próprio país e Região, os objectivos finais desses serviços seriam sempre preventivos, terapêuticos e de recuperação. E, ainda, independentemente das premissas em que se encontram assentes, esses Serviços têm-se caracterizado por duas qualidades de intervenções, de todos já conhecidas, ou seja, as dos cuidados primários que dizem respeito aos centros de saúde, e dos cuidados secundários, do âmbito dos Hospitais.

Estas duas vertentes de cuidados existem numa continuidade e intercomunicabilidade de cuidados de saúde, tal como sucede num sistema, já que, as acções de uns interferem nas acções dos outros, introduzindo modificações que resultam na transformação do resultado final.

Um exemplo paradigmático tem a ver com o número reduzido de médicos de família. Este facto, leva a uma procura excessiva dos Serviços de Urgências, desestruturando-os e pervertendo o âmbito das suas funções, ao mesmo tempo, ocupando horas de rotina dos médicos nesses mesmos serviços o que vai acentuar as carências desses médicos dos cuidados primários.

É, pois, essencial cuidar-se dos nossos cuidados primários de saúde, que são aqueles que se encontram actualmente mais debilitados. Da sua saúde depende a Saúde da Região, porque como já foi referido, o sistema não funcionará em pleno enquanto os

dois tipos de cuidados, medicina familiar e medicina hospitalar, não estiverem equilibrados em função das necessidades da nossa comunidade.

Não restam dúvidas que o desenvolvimento dos recursos humanos hospitalares levou a um grande salto na qualidade e diversidade da sua oferta, o que não sucedeu com os recursos humanos dos centros de saúde. Se não, e a título de exemplo, vejamos o que se passou quanto a evolução do número de médicos na Região no período de 1987 a 1995: de 197 médicos hospitalares na Região, passou-se para 236; dos 121 dos cuidados de saúde primária ou médicos de família passou-se para 120, estes têm variado entre 121 e 124 médicos.

Este aspecto, o dos recursos humanos sua fixação e formação (Programa 22.2), não se encontra descorado no Plano a Médio Prazo 1997/2000, no entanto, gostaria de deixar aqui a minha firme certeza da necessidade imperiosa de se levar a bom termo este objectivo, porquanto todos sabemos, mas nunca é demais repeti-lo, os recursos humanos são essenciais, para o nosso desenvolvimento.

Entretanto, dezasseis anos são passados sobre a criação do Serviço Regional de Saúde o que forçosamente tem de significar a existência de infraestruturas, contudo, torna-se também evidente que muito há, ainda, a concluir e realizar. O término do novo Hospital de Ponta Delgada é essencial para a melhoria do número de camas hospitalares na Região, assim como a remodelação e ampliação dos hospitais de Angra do Heroísmo e Horta são passos, também, imprescindíveis para a modernização e desenvolvimento dos cuidados hospitalares.

O mesmo se passa com os Centros de Saúde, alguns dos quais exigem a execução de melhorias das suas instalações, outros a construção de novas estruturas.

Nesta área, o P.M.P. 1997/2000, apresenta com clareza e sem ambiguidades o que se pretende executar neste quadriénio, pelo que a sua repetição seria monótona e inútil para aqueles que, de certeza, já escalpelizaram o referido documento.

Embora em Saúde haja vasta concordância que descentralizar e desconcentrar as Instituições, de acordo com as suas especificidades, seja fundamental para um melhor atendimento às populações, também não nos restam dúvidas que a descontinuidade territorial interfere, nesse tipo de organização de forma negativa, trazendo custos acrescidos à sua implementação e funcionamento.

Entretanto relembro que sendo os cuidados primários de saúde aqueles que se encontram junto às populações através dos seus médicos de família, e frequentemente muito distantes dos cuidados hospitalares, torna-se premente investir, nesta viragem de século, em tudo o que possa minorar esse isolamento técnico/médico.

Refiro-me, ao que os países com situações análogas à nossa, com grupos populacionais isolados têm-se socorrido, ou seja, das novas tecnologias de comunicação e informática com o intuito de minorar esse isolamento, que no caso da Saúde refere-se à implementação de uma rede “telematic”, base de desenvolvimento da Telemedicina

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ligar um Centro de Saúde a um Hospital através desse tipo de equipamento e poder-se "passar" imagens de um E.C.G. ou de uma Radiografia e haver trocas de informações clínicas entre o médico de família isolado e o médico hospitalar, com certeza dará início a uma nova era.

De facto há uma inovação no nosso sistema e não concordo que este Plano seja um plano de um amontuado de cimento armado ou de betão e que não haja inovação e uma tentativa de rentabilizar aquilo que existe.

Este é um exemplo de rentabilizar o que existe, melhorar o funcionamento e inovar.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Assim, na minha perspectiva, as linhas mestras, no que diz respeito ao desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, com a conseqüente melhoria do Sistema, bem como as respectivas dotações para execução das acções propostas, estão bem lançadas, tendo em vista o objectivo final pretendido para o quadriénio 1997/2000, no que diz respeito à Saúde.

O compromisso do Governo é claro. A nós, resta-nos o dever do acompanhamento, da crítica e do apoio na sua persecução e implementação, pois este é, também, o meu compromisso para com aqueles que em mim depositaram o mister dos seus legítimos direitos representar.

Tenho dito!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, uma vez atingida a hora regimental para o almoço, vou passar a anunciar os tempos ainda disponíveis.

PS - 2 horas, 56 minutos e 45 segundos.

PSD — 2 horas, 28 minutos e 40 segundos.

PP — 1 hora e 21 minutos.

PCP — 36 minutos e 30 segundos.

Governo — 2 horas, 34 minutos e 35 segundos.

Com estas boas notícias vamos almoçar.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 13.00 horas.

Presidente: Sr. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15.15 horas.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante muitos anos, ouvimos nesta Casa, o Partido Socialista afirmar que os Planos Anuais e de Médio Prazo, não reuniam as condições necessárias para o desenvolvimento dos Açores.

Entre outras acusações que faziam parte deste discurso, afirmava o P.S. que o modelo económico estava ultrapassado, que a monocultura da vaca era um erro e que fragilizaria a nossa economia a longo prazo, que era necessário apostar noutras áreas,

principalmente no Turismo, que o Governo intervinha em demasia na economia, que o recurso ao crédito era uma hipoteca a médio prazo etc. etc. etc..

Não podemos esquecer o discurso demolidor da oposição no que se referia ao peso da máquina administrativa regional nas despesas correntes e para as quais o Partido Socialista tinha grandes medidas de redução.

Quem não se lembra das cenas teatrais e caricatas protagonizadas por alguns deputados do P.S., que em plenário e armados de alta tecnologia, vulgo computadores pessoais, faziam contas, cortavam num lado, aumentavam no outro, mas o resultado final era sempre o mesmo, não conseguiam provar tecnicamente a possibilidade de cortes.

Agora o Governo do Partido Socialista e depois da grande defesa numa nova orgânica de Governo e principalmente baseada no objectivo de reduzir os custos, apresenta um aumento de despesas correntes de 12,5% a maior operada nos últimos anos. É caso para dizer que os computadores pessoais continuam a falhar. Ou serão os responsáveis pelo planeamento?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere, mais especificamente, à concepção e conteúdo dos planos, sua informação sobre os projectos e acções, durante vários anos ouvimos a oposição acusar o Governo de não desagregar suficientemente as verbas, da constituição de autênticos sacos azuis utilizando o não desagregado, que a informação sobre os projectos e acções era insuficiente, da ausência de dados sobre o investimento das autarquias e empresas públicas, do empolamento das receitas provenientes dos fundos comunitários, do empolamento das receitas dos impostos e numa linguagem bastante imprópria, acusar o Governo da República de falta de sensibilidade e solidariedade, no que se referia ao valor das transferências do O.G.E. para a Região, etc. etc. etc..

Tudo isto era a base do discurso de toda a oposição para votar contra os planos e orçamentos, apresentados nesta câmara, ao longo dos anos.

Em vários aspectos das acusações já podemos comparar a harmonia do discurso da oposição com a realidade actual.

No que se refere ao endividamento, este Governo irá efectuar um dos maiores empréstimos até hoje realizado pela Região e até teve a peregrina ideia de apresentar

à Assembleia o pedido de autorização ainda antes de ser conhecido o Orçamento. É a nova era do Planeamento Regional!

Por outro lado, as transferências do O.G.E. foram apenas de 16.2 milhões de contos o que nega a grande e profunda generosidade do Governo Central para com a Região e que era tão apregoada e defendida pelo Partido Socialista dos Açores. Neste caso, não ouvimos os Socialistas insurgirem-se.

Ao nível da desagregação espacial a informação era muito deficiente, e tem sido nos últimos meses, fornecida sobre a forma de fascículos. Onde estão os investimentos das empresas públicas? Onde estão os investimentos das autarquias? Onde estão os pareceres das Câmaras do Partido Socialista? Terão estas conseguido os seus intentos, na satisfação de investimentos através das verbas das calamidades, por um lado, e por outro terão conseguido critérios altamente discricionários na aprovação de projectos do PEDRAA, como os conhecidos casos dos teatros da Horta e Ribeira Grande?

Nunca, no tempo do P.S.D. se discriminaram os municípios da Região com base em critérios de clientelismo político, como agora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resultado da alteração política operada em 1996, entregando os destinos da Região ao Partido Socialista, os documentos em análise deviam reflectir o discurso político, por um lado nas opções de desenvolvimento para as diferentes ilhas e, por outro lado, reflectirem um planeamento sério com toda a informação, que ao longo dos anos o P.S. exigiu, mas fundamentalmente a proveniência clara das receitas para os próximos 4 anos, tornando exequível o P.M.P. a partir de 1998.

Mas não! O conseguido foi precisamente o contrário e este Governo alcançou uma grande vitória, apresentando um P.M.P. que teve logo à partida o repúdio de todos os agentes económicos com assento no Concelho Regional de Concertação Social, que consideraram o P.M.P. mal estruturado, de não ir ao encontro dos principais sectores que podem contribuir para o desenvolvimento económico, passando-os para segundo plano em termos estratégicos e financeiros, como é o caso do turismo, comércio e indústria, pondo logo à partida por terra mais uma grande paixão e como tal passageira, que era o combate ao desemprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao escrever esta intervenção, não tenho a mínima ideia quais serão os documentos finais para apreciação nesta Assembleia, tal tem sido a telenovela, em vários episódios, que se tem desenvolvido na Região à volta do Plano e P.M.P.. Um dia à volta da desagregação espacial, outro dia sobre as grandes opções entre as quais as famosas privatizações e mais recentemente sobre as despesas correntes.

Tal é a confusão, que o próprio Secretário da Presidência para as Finanças e Planeamento, em sede de comissão, afirma "não poder fornecer mais informações, porque ao nível do Plano é possível virem a existir mais alterações e que o P.M.P. é meramente indicativo, visto as verbas não estarem minimamente asseguradas e que até ao plenário o mesmo poderá vir a ser alterado em resultado de negociações em curso"

Todos nós sabemos que falta a marca do P.P.. Está o P.M.P. 1997-2000 dependente da aceitação ou não do Partido Popular em registar a patente desta grande obra virtual do Partido Socialista, baseando esta minha afirmação nas declarações do Presidente do Grupo Parlamentar do P.P., Dr. Alvarino Pinheiro, que disse: "este já não é o programa do Partido Socialista e, por conseguinte, o P.M.P. também não o será.

Entretanto, a opinião pública açoriana foi informada que no dia 13 de Maio, os membros do Governo Socialista foram em "peregrinação ao santuário" do P.P. na Terceira para o acordo final.

As receitas anunciadas pelo Governo para suportar o PMP, são principalmente:

- 1.º Transferências do O.G.E. como resultado da Lei das Finanças Regionais na ordem dos 40 milhões de contos anuais;
- 2.º Receitas Fiscais actualmente de valor de 60 milhões contos/ano;
- 3.º Fundos comunitários.

Quanto às transferências do O.G.E. (Orçamento Geral do Estado), o valor apontado seria em resultado da Lei das Finanças Regionais e representa o desejo da Região em termos quantitativos, sendo um mau planeamento já considerá-la como real.

Mas temos que viver a realidade e neste sentido é de referir que o mesmo valor, ou mais, teria que ser atribuído à Região Autónoma da Madeira, deixando antever grandes dificuldades de aceitação por parte do Ministério das Finanças, porque colide

com os objectivos do Governo Português que vão no sentido de cumprir os critérios de convergência nominal, impostos pela União Europeia.

Mais preocupado fico depois de ler num semanário, que o próprio processo de regionalização irá deslizar até 1999, evitando desta forma que sejam postos em causa os critérios de convergência.

Nas receitas oriundas dos impostos cobrados a já mencionada Lei virá a considerar, conforme declarações públicas de membros do Governo, uma descida da carga fiscal o que implica que no futuro as receitas fiscais sejam menores e nunca de valor mais elevado.

Quanto aos fundos comunitários apenas existem negociações, cujos valores são conhecidos, mas não estão minimamente assegurados.

Por todos estas razões, pode-se afirmar que este P.M.P. está deveras comprometido, o que nos leva a considerar que os projectos e acções são mais um manifesto eleitoral do que um instrumento de planeamento.

O Governo Regional do Partido Socialista teve a grande capacidade de aderir às novas tecnologias, apresentando nesta Câmara o primeiro P.M.P. da era virtual.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo deputado eleito pelo círculo eleitoral da Ilha de Santa Maria, vou debruçar-me na apreciação do Plano e P.M.P. para esta ilha, no sentido de se verificar se os projectos neles existentes vão ao encontro e proporcionam as possibilidades do tão desejado desenvolvimento económico e também se estão contemplados os projectos, tantas vezes reivindicados pelo Partido Socialista sendo, segundo o discurso político, a causa do atraso premeditado da ilha.

Numa análise imediata podemos já afirmar que as grandes reivindicações do P.S. para a Ilha de Santa Maria, no passado, ficaram todas pelo caminho e o caricato da questão, é que estão todas integradas no 1.º Grande Objectivo dos vectores estratégicos, a chamada **Base Económica Regional**.

A Grande questão e que era primordial para o desenvolvimento da Ilha, na óptica do Partido Socialista, era o projecto de abastecimento de água à lavoura, e o Governo do P.S.D. era acusado de não atender ao assunto que era fácilimo de resolver. Até se afirmava já haver projecto e orçamento. No Plano para 1997, vemos uma verba de

2.500 contos, que deve ser para a aquisição de torneiras. É a diferença entre o discurso e a responsabilidade directa pela execução dos projectos.

Outra infraestrutura também muito necessária, era a construção do Matadouro. Mais uma vez a verba é insuficiente (5.000 contos) e a sua construção é atirada para o ano 2000.

Outro projecto de grande relevância era a intervenção profunda nos caminhos rurais. Neste Plano é atribuída uma verba de 10.000 contos e que atendendo ao estado do equipamento actual e à sua envergadura, a qual não permite que seja utilizado nos caminhos de menor dimensão, que são a maior parte na Ilha de Santa Maria, a verba dará para adquirir o equipamento mínimo. E verbas para os combustíveis? E verbas para o pessoal? E a manutenção do equipamento? Deixaram os caminhos agrícolas e a sua manutenção de ter importância?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Então os caminhos estão bem ou não?!

O Orador: Ao nível das pescas está inscrita uma verba de 30.000 contos que é absorvida na sua totalidade pelos custos de funcionamento do entreposto de frio. Onde está a famosa política de desenvolvimento das pescas do Partido Socialista? Já não existe?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da Segurança Social o tão defendido e reivindicado Centro de Idosos, tem uma verba de 4.000 contos, a qual nem dá para o projecto de adaptação do actual edifício. Onde está a tão apregoada e defendida política de apoio à 3.^a idade?

E o Polivalente da Freguesia de Santa Bárbara? Quanto a este, já sabemos que desapareceu do rol das exigências do Partido Socialista.

Deputado Francisco Sousa (PS): Já está a ser feito!

O Orador: Já está decidido que nos próximos 4 anos não haverá polivalente para a Freguesia de Santa Bárbara, conforme informou o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos sectores chamados complementares e no que se refere a verbas, estas são insuficientes, se tivermos em conta algumas iniciativas privadas que estão programadas para arrancarem na ilha e não está claro de onde sairão as verbas

necessárias para o pagamento do déficite de exploração do Hotel do Aeroporto. É mais uma das zonas obscuras dos planos em discussão.

A grande base de desenvolvimento de Santa Maria, que era o turismo, passa para segundo plano, não se dando a mínima importância a esta área, que é das poucas que conjuga potencialidades para o desenvolvimento económico da ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em termos globais, este Plano para 1997 e P.M.P., são uma grandiosa obra de ficção, tanto financeira como de planeamento e, especificamente, para a Ilha de Santa Maria, tendo em conta o pouco tempo que medeia entre a publicação do Orçamento e Plano e o final do ano, pode-se afirmar que o investimento por parte do Governo Regional será quase nulo.

Para finalizar a minha intervenção, quero apenas referir uma obra que está considerada no P.M.P. e que considero ser daqueles investimentos que surgem por falta de imaginação e ausência total de prioridades de investimento.

Em Santa Maria, foi inaugurado no ano de 1996, o Museu de Santa Maria, localizado na Freguesia de Santo Espírito.

De referir que este Museu dispõe de um director e três administrativos que fazem parte dos quadros da Administração Regional.

O meu espanto é resultado de ver no P.M.P. 1997/2000 a verba de 90.000 contos para a acção "Construção do Museu de Santa Maria". Qual a finalidade de construção de mais um Museu? Terá sido considerado o resultado funesto que irá ter para o já existente, em termos de visitantes? Qual a finalidade de duplicação de infraestruturas para o mesmo fim?

Não invistam por investir, apliquem as verbas, se as mesmas vierem a ser reais, em objectivos úteis que sirvam os açorianos.

Já agora um conselho final, todos os dias ao levantarem-se devem ler e relembrar o vosso discurso ao longo dos anos e principalmente durante a campanha eleitoral - "contenção nas despesas supérfluas, investimento produtivo e que vá de encontro às necessidades da população".

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado José Maria Bairos, devo dizer que, no que se refere à Ilha Santa Maria, eu ouvi a posição de 28% das pessoas recenseadas, mas nós tivemos 72% dos votos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Enganados!

O Orador: Está bem, foram enganados!

Deputado João Cunha (PSD): Foram enganados, sim senhor!

O Orador: A construção da Casa da Matança e o abastecimento de água à lavoura, foram duas reivindicações dos Deputados do Partido Socialista que estão presentes nesta Câmara e essas obras estão consignadas no Plano a Médio Prazo.

O projecto de abastecimento de água à lavoura que nunca foi feito pelo seu Governo, porque nunca o quiseram fazer, vai ser feito, tal como vai ser feita a Casa da Matança que os Srs. nem sequer tiveram a coragem de dizer aonde é que ela se iria situar.

Essas duas obras vão ser feitas durante o Plano a Médio Prazo 97/2000.

Em relação a novas obras, eu gostaria de focar nesta Câmara, outra reivindicação que aqui foi posta aquando da apresentação do anterior Plano, ou seja, a recuperação da Escola Bento Rodrigues. Essa obra também está consignada neste Plano.

Mas temos também que registar o aumento significativo de verbas para a habitação que durante dois ou três anos não viu consignada qualquer verba.

Puseram as juntas de freguesia de "pantanas" fazendo-as passar por caloteiras, porque as pessoas iam às empresas comprar os materiais e a Secretaria não pagava as respectivas verbas.

Também verificamos um aumento substancial para os caminhos rurais com uma verba de 10 mil contos. Os Srs. nunca concederam nada disso.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Vocês!

O Orador: Vocês é uma casa de família, como se costuma dizer!

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é que é o modelo?

O Orador: O modelo, não. Eu pedi desculpas!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não estou a falar consigo. Estou a falar com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

O Orador: Há também uma verba de 4 mil contos para a construção do edifício em Vila do Porto.

Em relação ao polivalente de Santa Bárbara, isso não tem que estar aqui escrito e provavelmente o Sr. Secretário vai ter oportunidade de o explicar, verificando-se o mesmo em relação ao Museu de Santa Maria.

No que diz respeito ao Hotel do Aeroporto, quando os senhores, então deste lado, propuseram o fecho do hotel, nós, aí nesse lado, lutámos para que ele não fechasse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Neste debate sobre os documentos programadores da acção governativa açoriana, cabe falar-se de cultura ou, se assim quisermos, de política cultural.

Não, necessariamente, da cultura enquanto sector compartimentado, porque essa, em rigor, nem sequer existe.

E não, do mesmo modo, de cultura elitista, climatizada para a sonolência de algum "jet set" pretensioso e colunável, que pode querer saber de tudo, menos de cultura como atitude perante a vida, como forma de fuga à vulgaridade e como instrumento de libertação, através da criação artística, da ciência e do saber acumulado.

Curioso e importante é falar-se deste tema neste local, pois, como afirma Romeu de Melo, no seu "Ensaio sobre a Cultura": "A essência dos poderes políticos é um fenómeno cultural, mas, na sua circunstancialidade e realidade, os poderes constituídos só transitoriamente são culturais, e isto porque a necessidade de um apoio colectivo ou numeroso sujeita a integração humana das instituições ao veredicto incultural da maioria (de interesses ou de número)".

Não sendo inelutável, esta necessidade, por naturais razões de higiene política e cultural, não deve conduzir, levianamente, ao culto do facilismo e das audiências, nem, por absurda consequência, ao fomento da "cultura pimba", já que, dando razão ao que observa José Cardoso Pires: "A cultura de massas é ao mesmo tempo inimiga da alta cultura e inimiga da cultura popular".

Assim, entregue, como está, a personalidades com provas dadas no domínio da gestão cultural, a acção a empreender nesta área transcendente da vida humana, há-de guiar-se pela "recorrência à intencionalidade espiritual" e, como que em sistema de vasos comunicantes, "afirmar-se perante toda e qualquer forma de realidade".

Daí pensarmos que, a par da actividade cultural em sentido restrito, isto é, dirigida especificamente para a criação e a fruição artística, para a investigação científica e tecnológica ou para a preservação do património, toda a acção governativa deve ter como linha dominante uma atitude cultural perante a realidade açoriana, acertando o passo, em cada momento, pela premência da sua transformação, contorno ou modificação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em simultaneidade com a distância e a dispersão geográfica, é a cultura diferenciada que serve de principal suporte à autonomia dos Açores.

A Constituição da República Portuguesa diz, textualmente, no seu art. 227.º, n.º 1, que: "O regime Político-Administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares".

É por isso que, para o Governo Regional, apoiado pelo Partido Socialista, é prioritário o aprofundamento da cultura açoriana, nas suas várias formas e manifestações, de modo a que, através de um verdadeiro planeamento cultural, se procure considerar cada parte como elemento de um todo e se traga à discussão um outro posicionamento ideológico sobre, por exemplo, o que será o património.

Uma canção popular, uma variedade linguística, uma cavallhada, uma peça de cerâmica tradicional, uma dança carnavalesca, um baile à antiga ou, ainda, a culinária e a doçaria podem ter tanta importância patrimonial como uma igreja, um forte, um

moinho de vento, uma casa de estilo popular, um solar aristocrático ou uma velha ruína.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Mas a cultura não é só património, pois os Açores integram um país com uma cultura multissecular e são parte integrante de um mundo em permanente evolução, não devendo, por isso, manter-se à margem do que se passa nos outros lados do mar.

A cultura açoriana terá, assim, que definir-se não apenas pelo seu património e pela sua produção própria, mas, sobretudo, pela sua comparação com outras realidades culturais.

Para tal, é necessário que haja "condições operatórias" e essas cabem, naturalmente, ao Estado. É preciso que se criem novos instrumentos jurídicos e institucionais e se aproveitem, com eventuais adaptações, aqueles que já existem, nomeadamente os organismos associativos de cariz cultural que, geralmente por carências financeiras ou outras, nem sempre têm conseguido realizar os seus projectos.

O diálogo dos responsáveis com os vários agentes culturais será, neste sentido, a pedra de toque de uma saudável e lúcida atitude de respeito por todos aqueles que, no terreno, trabalham na criação e fruição literária e artística, na investigação histórica ou etnológica e na preservação do património regional.

Por outro lado, será fundamental proceder-se à inventariação, sistematização, estudo e protecção dos bens culturais, nas suas vertentes móvel, imóvel, arqueológica, imaterial, histórica, geográfica e linguística.

Como pode inferir-se pela leitura dos documentos em debate, muitos são os projectos agendados, ou mesmo já em curso de execução, no campo da dinamização de actividades culturais, da defesa e valorização do património arquitectónico, da protecção e valorização da cidade de Angra como património mundial.

Por conta própria, permito-me apresentar ao Governo Regional dos Açores — e sem que isso implique qualquer necessidade de alteração sistemática ou orçamental — duas simples sugestões que podem, efectivamente, reflectir-se, de modo positivo, no campo da divulgação dos valores literários açorianos, por um lado, e, pelo outro, no claro exercício da animação cultural periférica.

Refiro-me, concretamente, à edição de uma colectânea antológica de textos literários, a que poderia chamar-se, por exemplo, Biblioteca Básica dos Açores e cujo objectivo seria o de tornar conhecidos os autores açorianos, a partir de Gaspar Frutuoso.

Noutro plano, sublinho e reponho a ideia avançada, há alguns meses, pelo meu camarada de bancada Rui Pedro Ávila, no sentido de que a projectada rede de leitura pública não se limite às sedes dos municípios açorianos, mas venha a estender-se, também, às freguesias que para tal já tenham feito ou façam algum esforço, através da constituição e apetrechamento de pequenas bibliotecas públicas locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa política cultural que fixa, como objectivo, a acção em profundidade e não a mera utilização da cultura como adereço ostentatório ou mediática e efémera feira de vaidades, a imaginação deve ser, sempre e simultaneamente, o remetente e o destinatário.

Não como forma de evasão da realidade, mas como processo de reformulação — ou recriação — dessa mesma realidade, através da metáfora artística ou literária, de cuja essência faz parte a função de conduzir facilmente ao diálogo sobre os temas que mais preocupam e angustiam o homem contemporâneo.

É esta atitude de acção libertadora e de transformação que se espera e exige da acção cultural a prosseguir pelo VII Governo Regional dos Açores e para a qual anuncio, desde já, o meu voto e o meu apoio.

Nada mais, muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo, e dos Deputados Sociais Democratas, Ana Carolina, Berta Cabral, Sidónio Bettencourt, João Cunha e José Francisco Fernandes).

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um plano de conveniências.

Um Plano onde a irresponsabilidade das promessas é evidente e onde o impossível é acolhido com inconsciência.

Cansamo-nos, perturbamo-nos, perdemos as nossas forças perante estas tentativas estéreis de dar seguimento a uma campanha de euforia onde tudo se prometeu, e agora se finge que se vai cumprir ou se cai numa amnésia sem cura.

Este não é um Plano de vontades firmes, é um Plano de intenções. Nada mais.

Como não há um rumo, oscila-se, recua-se, altera-se, hesita-se.

O Governo está derreado de promessas, perde-se e não tem outra solução senão acreditar em milagres, nomeadamente no milagre da multiplicação de verbas. Vários são os exemplos de com pouco dinheiro prometer-se muito.

Não é, certamente, um Plano para cumprir, é um Plano para ser divulgado, para agradar a todos, pensando que não serão os mesmos a quem se agrada, os que exigirão que se cumpra.

É um plano fictício, moldável aos interesses de todos, mas conveniente unicamente a um Governo que pensa que as campanhas não têm fim e que governar é só criar expectativas, não é concretizá-las, é só inventariar obras, não é fazê-las.

Deputado Francisco Sousa (PS): Já foi assim. Agora não é!

A Oradora: Os problemas esperam, as promessas são adiadas e o povo já se irrita.

Não há estado de graça que resista.

O Governo quando decide, e demora muito a fazê-lo, causa sempre desespero.

Contra a vontade das pessoas ninguém consegue governar.

O povo é, na verdade, a verdadeira oposição.

É no seu descontentamento, na sua reivindicação, na sua justa fiscalização, que encontramos a verdadeira força da oposição e a fraqueza do Governo.

De um Governo que inventa projectos, em vez de valorizar o que existe, em vez de investir no que tem provado ser útil do desenvolvimento dos Açores.

Um exemplo desta atitude de desvalorização e de tentativa de instrumentalização política é o IRICTA.

Vejam um pouco da sua história recente e sem futuro.

Inicialmente, o reconhecimento do responsável pela área de Ciência e Tecnologia de que houve um erro no processo de criação, primeiro deveria ter sido criado o Instituto e só depois discutiríamos as verbas.

Depois os avanços e recuos nas explicações. As contradições sucediam-se.

Investigação: **sim** no princípio, **talvez** no meio e agora definitivamente **não**. O recurso à crítica ao passado de investigação começava a surgir. Por fim, a justificação falsa da origem das verbas.

As reacções não se fizeram tardar.

Porque não se aproveitam os meios e as pessoas que já trabalham há muito nestas áreas?

Para quê pagar tanto por um parceiro creditado para conseguir verbas junto da União Europeia se a Universidade, o Inova e os Laboratórios o têm feito e podem continuar a fazê-lo?

É muito dinheiro para pouco trabalho.

É muita vontade de forçar algo de que ninguém sente a falta, a não ser os "pais" do projecto.

Não pode certamente este Governo calar a voz de descontentamento da Universidade, entidade a respeitar nesta área, que no único parecer a que tivemos acesso, afirma que esta medida duplica estruturas, é "injustificável", "desnecessária" e "contraria qualquer política de contenção de despesas, amplamente divulgada como prioridade deste Governo, antes e depois das eleições do dia 13 de Outubro de 1996" (citei).

O parecer chega mesmo a questionar a autoridade científica de tal Instituto.

Por tais tentativas que tenham feito para contrariar esta opinião, que é cada vez mais generalizada, nada conseguiram, porque com o que se sabe do IRICTA não se pode concordar. Sobre o que falta conhecer sobre o IRICTA não se pode falar, mas já se sabe o suficiente para acreditar que seria um instrumento político (como lhe chama o Deputado Francisco Sousa no seu artigo) e não um instrumento ao serviço do desenvolvimento científico e tecnológico dos Açores.

A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores é outra das vozes descontentes que gostaríamos de aqui salientar e que questiona a necessidade de tal organismo atendendo à dimensão da Região e à existência de outras entidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ao contestarmos a criação do IRICTA não estamos, obviamente, a dizer não à importância de uma política de ciência e tecnologia.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Parece que não!

A Oradora: Achamos sim que a sua definição não passa pela criação de mais um Instituto, não passa por gastar um milhão e oitocentos mil contos...

Deputada Natividade Luz (PS): Então passa pelo quê?

A Orador: ... passa sim pela valorização do que já temos, da Universidade dos Açores, do INOVA e demais Laboratórios. Passa pelo investimento nestas nossas infraestruturas, nos nossos recursos humanos na área da investigação. Passa pelo funcionamento do Conselho Regional de Ciência e Tecnologia, criado em 1990 e passa também, certamente, pelo Assessor para a Ciência e Tecnologia.

Defendemos, sem dúvida alguma, a generalização da cultura científica e tecnológica, reconhecemos a sua importância e responsabilidade no desenvolvimento económico e na vida social, numa sociedade moderna respeitamos, no entanto, o contributo independente da comunidade científica e tecnológica e achamos que ao Governo cabe sim facilitar e não controlar o trabalho de quem sabe o que está fazendo.

O PSD reconhece o trabalho sério de investigação realizado pela Universidade dos Açores, a aposta correcta que tem feito em material e na formação nesta área.

Não compreendemos as críticas directas e indirectas que o Governo socialista com este projecto e na sua defesa tem feito a esta instituição, criticando a falta de candidaturas a verbas comunitárias, mas não reconhecendo as muitas que se fizeram, suficientes tendo em conta a sua dimensão.

Questionando a avaliação dos seus projectos, reflectindo uma visão redutora e infeliz do que é uma universidade e do papel que tem no meio onde se insere, sem nunca esquecer o resto do mundo.

O PSD enaltece a intervenção do INOVA, prova da preocupação já de longa data relativamente à Inovação Tecnológica e à Investigação científica e à sua ligação estreita com o desenvolvimento.

Relativamente aos demais laboratórios concordamos, ao contrário do Partido Socialista, com o Ministro Mariano Gago, e achamos que estes em vez de dependerem de um qualquer Instituto, devem sim reforçar as suas relações com os Secretários a que estão ligados e continuar o bom trabalho que têm feito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mal começou o combate ao IRICTA, vários responsáveis do PS, nomeadamente deputados à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa Regional, vieram em sua defesa.

"Quem não deve não teme".

Porquê a necessidade de tantos advogados para a mesma causa? A dúvida instalara-se nos meios socialistas. Os secretários nas comissões temiam falar do assunto, hesitavam contradiziam-se. A convicção faltava.

O IRICTA, dizem algumas vozes do PS, é um parceiro privilegiado da Universidade e do INOVA, na apresentação de candidaturas a verbas comunitárias. Sabemos que estas entidades têm concorrido a estes fundos, estão satisfeitas e sempre que precisam de parceiros têm conseguido parcerias aqui, a nível nacional e até no estrangeiro.

Qual é a vantagem de um Instituto que concorre às mesmas verbas que estas entidades?

Todos podem concorrer sem monopólios de acesso, sem controle político-partidário.

Um milhão e oitocentos mil contos. Não será muito dinheiro para corporizar um capricho?

A resposta do PS foi "Não aumentamos verbas, fomos buscar o que já existia para investigação disperso em vários programas dos planos anteriores". E a tentar prová-lo, é enviado no dia 21 Maio (4ª feira), para a Comissão de Juventude, a dita "transferência" de verbas.

Mas, a verdade é que nada transferiram, só artificializaram esta passagem de verbas e mantiveram o que já existia nos respectivos programas.

No IRICTA encontramos, pois, uma falsa transferência, que duplica verbas para o mesmo efeito, levando-nos a questionar sobre a utilização a dar às verdadeiras verbas do IRICTA.

É pois um Instituto que não tem motivos para nascer, que serve de pretexto para verbas que afinal não deixaram de existir noutras áreas e que ninguém sabe se não seria só mais um palco para novos "jobs".

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo da intervenção que já está escrita e que vai ser lida na altura própria, vou prestar alguns esclarecimentos desde já.

Em primeiro lugar, na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, o Governo esclareceu os membros dessa Comissão sobre todas as matérias colocadas.

Duas ficaram em aberto.

Uma tinha a ver com a transferência de verbas de uns programas para os outros, ou seja, onde é que se ia buscar o dinheiro? Esta pergunta foi feita.

A segunda questão que ficou em aberto na Comissão diz respeito à apresentação de um parecer por parte da Universidade dos Açores nesse sentido.

O parecer foi enviado à Assembleia que, por sua vez, o enviou à Comissão e que passo a ler:

"O Conselho Científico regista com agrado todos os esforços do Governo Regional para estruturar e apoiar uma política de ciência e tecnologia na Região Autónoma dos Açores.

Entendeu que a criação dos instrumentos de desenvolvimento dessa política, é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, estando as competências das

universidades públicas portuguesas e consequentemente da Universidade dos Açores, claramente salvaguardadas pela Lei da Autonomia Universitária e de mais legislação vigente".

Este foi o parecer que deu entrada nesta Casa e que foi distribuído por todos os membros da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais em devido tempo.

Em segundo lugar, não é possível à Universidade dos Açores ou ao INOVA, por exemplo, candidatarem-se a projectos nas áreas da saúde e dos transportes.

Há instituições nesta Região, por exemplo, que para se candidatarem a projectos destes, tiveram que fazê-lo através da JNIT e também aí, é nossa opinião, de que o IRICTA veio efectivamente responder a essa matéria e passo a citar um dos programas, nomeadamente a medida 3 da acção 3-1/B, do Programa de Investigação e Desenvolvimento, em consórcio, onde se determina que:

"Entidades beneficiárias deste programa são apenas empresas, instituições de ensino superior, seus institutos e centros da investigação e desenvolvimento, instituições sem fins lucrativos que tenham como objectivo principal as actividades de investigação e desenvolvimento, incluindo os institutos e centros apoiados no âmbito do programa Ciência, Laboratórios de Estado e outros organismos públicos vocacionados para actividades de investigação e desenvolvimento."

Cá está um programa onde os Açores não se candidataram, porque não tinham um parceiro devidamente creditado para o efeito.

Na nossa opinião, esta entre outras, é uma das funções que caberá exactamente ao IRICTA. Ele não fará investigação científica, ele será um parceiro do consórcio.

Outra questão que gostaria de clarificar, prende-se com este Governo.

Este executivo reconhece o valor da Universidade dos Açores, tanto mais que, e já foi dito nesta Casa, vai pagar a essa instituição um mestrado que custará 150 mil contos, o que nunca foi feito nesta Região e que é imprescindível para a mesma.

Presidente: Sr. Deputado, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Portanto, não nos venham dizer que nós não reconhecemos a Universidade, porque reconhecemos. Não nos venham dizer que o Ministro Mariano Gago não está de acordo connosco, porque está e tivemos o cuidado antecipado de

saber exactamente a opinião o Ministério sobre esta matéria e ouvimos outras instituições para darmos esse passo.

Também explicarei na minha intervenção porque razão não apresentámos primeiro o Projecto de Decreto Legislativo Regional e depois o programa, porque tínhamos tido uma situação semelhante em relação ao empréstimo, mas teremos tempo de esclarecer isso.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Gomes Silva.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu não percebi a questão das verbas. Há duplicação ou não?

A justificação dada na Comissão, foi de que as verbas de investigação dos plano anteriores tinham sido transferidas para o IRICTA.

Eu, ao analisar o Plano de 97, vejo que as verbas estão no IRICTA e estão nos respectivos programas anteriores. Há uma duplicação de verbas e houve uma mentira em sede de comissão.

Em segundo lugar, eu passo a ler as declarações do Sr. Ministro Mariano Gago:

Jornalista: "Voltando aos actuais Laboratórios de Estado, são organizações com tutelas diversas. Prevê-se mudanças?"

Resposta: "O Governo decidirá, mas a minha opinião, é que não. Entendo que muitos dos laboratórios existentes que dizem respeito a políticas sectoriais devem reforçar as suas relações e não diminuí-las. Um laboratório dedicado à agricultura deve reforçar as relações com as instâncias que tratam da política agrícola."

Relativamente ao parecer da Universidade, não esqueçamos aqui, que o mesmo foi condicionado por uma pergunta do Governo.

O Governo perguntou se havia ingerência nas competências da Universidade e a resposta foi "não senhor, desde que não mexam com a nossa autonomia universitária".

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Ana Carolina:

A Sra. leu a resposta do Sr. Ministro Mariano Gago, mas nessa mesma entrevista ele deve ter dito que a JNIT já foi partida em 4 estruturas. Isto significa que cada uma delas vai ter funções específicas e nós pensamos que essas funções, na nossa Região, necessitam de um instrumento que as cumpra. Esse instrumento, na nossa opinião, é o IRICTA.

Não é por acaso que algumas delas ficam completamente fora da alçada directa do Ministério, ficando pendentes de uma instituição que vai fazer aquilo que nós pensamos que deve ser feito, ou seja, colocar os projectos a concurso.

Voltando ao parecer que a Deputada Ana Carolina, tal como eu e todos os restantes membros da Comissão recebemos....

Deputada Ana Carolina (PSD): Nem eu recebi, nem os meus colegas receberam!

O Orador: Recebeu sim senhora, eu peço desculpa mas eu vi na sede da delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, um fax que vinha dirigido à Sra. Deputada Ana Carolina e ao Sr. Deputado Sidónio Bettencourt...

Deputada Ana Carolina (PSD): Em que dia?

O Orador: ... feito pelo Dr. Mesquita, Director de Serviços desta Casa, o qual foi também dirigido ao Sr. Deputado João Greves, do Corvo e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, das Flores

Deputada Ana Carolina (PSD): Eu não recebi!

O Orador: Se não foi entregue, a responsabilidade só pode ser atribuída a quem não distribuiu, mas foi enviado à Sra. Deputada e ao Sr. Deputado Sidónio Bettencourt, tal como foi mandado para mim, para a Sra. Deputada Presidente da Comissão e para os Srs. Deputados da Terceira. Aí foram cumpridos os compromissos assumidos em Comissão.

Deputado Victor Cruz (PSD): O que é que diz o parecer?

O Orador: O parecer diz aquilo que li e está assinado pelo Reitor da Universidade dos Açores.

Deputado Victor Cruz (PSD): O ofício também está!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de intervir sobre este assunto, porque sou professor associado na Universidade dos Açores.

Além disso, em tive responsabilidades nesta Região aquando do Programa Ciência, do qual eu era representante.

Eu bem sei quanto é difícil negociar quando se está lá fora sozinho com entidades tão grandes, como por exemplo os representantes das universidades, os representantes dos politécnicos e os representantes dos laboratórios nacionais. Também conheço a dificuldade que existe em uma universidade pequenina, como é a Universidade dos Açores, negociar e encontrar verbas para ela.

Nessa altura nós soubemos agrupar-nos, reunir com os laboratórios que existiam na Região e encontrar as soluções mais adequadas para encontrarmos verbas que foram muito boas.

Através do Programa Ciência, conseguimos uma verba de 750 mil contos, mas conheço a grande dificuldade que houve em agrupar os diversos investigadores em todas as áreas.

É fundamental nesta Região encontrar um organismo que agrupe todas as pessoas que estão ligadas à investigação.

O INOVA não é nada.

A Universidade dos Açores é um ponto quando se quer concorrer a nível nacional, a nível internacional ou até mesmo a nível Europeu. Isso é fundamental para nós.

Quando se fala em laboratórios de Estado, não estamos a falar no LNEC ou LNET, que tem mais investigadores que todos os investigadores dos Açores em conjunto.

Não podemos estar a comparar grandezas que não são comparáveis.

Somos muito pequeninos. Temos que nos unir.

A investigação é feita por grandes equipas e para concorrer a grandes projectos, é preciso que hajam equipas e quem não sabe disso não sabe nada de investigação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria esclarecer a Sra. Deputada Ana Carolina relativamente ao parecer da Universidade, porque para além do envio que o Deputado Francisco Sousa relatou, eu preocupada, porque havia um compromisso da Presidente da Comissão no que diz respeito a esse parecer, solicitei aos serviços que enviassem o parecer em nome da Presidente da Comissão.

Portanto, foram enviados duas vezes e não se pode invocar o não recebimento desse parecer da Universidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Gomes Silva.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sob o parecer chegar ou não chegar, isso é irrelevante e eu já dei resposta ao mesmo. O parecer da universidade veio condicionado por uma pergunta do Governo e a resposta foi dada na medida da autonomia universitária e sobre isso estamos entendidos.

Disseram que logo que não alterasse ou não dissesse respeito à autonomia universitária, o problema ficava por aqui.

Quanto à dimensão da nossa Região, é verdade Sr. Secretário, somos pequeninos, por isso mesmo temos que dar passos do tamanho das nossas pernas e, na minha opinião, este foi um passo maior que as nossas pernas.

Vozes da bancada do PS: Não, não!

Deputada Berta Cabral (PSD): E os três milhões de contos, não são nada?!

A Oradora: Negociar é difícil...

Deputado Norberto Messias (PS): Ah, é difícil!

A Oradora: ... mas tem sido conseguido!

Será que vejo nas suas palavras uma crítica ao passado da investigação da universidade?

O Sr. Vice-Reitor Campos Fernandes, que foi oscultado pelo Grupo Parlamentar do PSD, disse que a carteira de investigação da Universidade dos Açores era, a que a Universidade precisava e que quanto a verbas estavam satisfeitos.

É difícil, mas tem-se conseguido com parcerias, como em qualquer parte do mundo.

Eu não sou especialista em educação, mas para dizer isto acho que basta.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, fui pró-reitor para a ciência e para o desenvolvimento da Universidade dos Açores.

Posso falar nisso com propriedade.

Não há nenhuma instituição satisfeita.

Devo dizer que nós temos muitas dificuldades em concorrer a nível Europeu, na Universidade dos Açores.

Só as grandes universidades portuguesas conseguem grandes projectos.

Há dois ou três grupos nos Açores que conseguem investimento a nível europeu. Não há muitos mais e disso eu posso falar com toda a certeza porque eu sei, porque concorri muitas vezes. Ganhei algumas, mas perdi muitas.

Isso acontece no Continente muitas vezes, só que eles têm dimensões muito maiores que as nossas e podem agrupar-se, porque não têm a descontinuidade das nossas ilhas.

A Terceira tem dificuldade de se reunir com São Miguel e o mesmo se passa com o Faial.

As nossas equipas, ainda por cima, estão dispersas. Há que unir.

O IRICTA tem como missão unir os investigadores, agrupando-os, bem como encontrar pontos em comum e plataformas de entendimento para poder concorrer aos grandes projectos. Porque hoje em dia os institutos que se dedicam à investigação vivem dos projectos que conseguem ganhar nas grandes competições europeias. 50% desses institutos são resultado de projectos ganhadores.

Nós, pequeninos que somos, vamos ter que viver sempre do Estado, se não nos conseguirmos agrupar. É tão simples como isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas observações muito breves a registar depois da intervenção da Sra. Deputada Ana Carolina.

Não acho agradável, porque não corresponde à verdade, que a criação desse instituto — e a ser formado será naturalmente através de um Decreto Legislativo Regional aprovado por esta Assembleia — vise dar alojamento remuneratório a pessoas que estejam nessa classificação e que de forma estrangeirada parecem ter feito carreira, mas só tomaram o nome depois de outras a terem experimentado durante duas décadas.

Quero dizer-lhe que é injusto colocar a questão sob esse ponto de vista.

A opção pode ser certa ou errada.

Do nosso ponto de vista, é a opção adequada, mas apenas isso.

Assim sendo, devo dizer que também vamos introduzir ao nível das verbas do Plano, algumas melhorias nesse projecto, porque, na nossa opinião, estes documentos — o Plano e Orçamento, tal como o Plano a Médio Prazo — como repetidamente eu já disse, devem ser melhorados quebrando uma praxe longa nesta Assembleia Legislativa Regional e melhorados pelo próprio partido que suporta o Governo e que tem propostas, algumas das quais já apresentadas pelo Partido Popular para os mesmos.

Também no que diz respeito à futura apresentação do Decreto Legislativo Regional que vise sobre esta matéria, gostaria de dizer que já combinei com o Sr. Reitor da Universidade, não obstante o Conselho Científico ter expressado a sua concordância com este projecto, para ele dar um jeito na elaboração deste Decreto que foi recebido por ele com muito agrado, porque a Universidade é uma instituição pela qual nós temos muito respeito e a quem eu devo imenso. Portanto, o nosso apoio nessa matéria é indiscutível.

Finalmente, também gostava de dizer à Sra. Deputada, que não se pode fazer demagogia desta forma. Há exercícios científicos de demagogia e há outros que não dão resultado.

A sua intervenção, é exactamente um exercício falhado de demagogia política...

Deputada Ana Carolina (PSD): Demagogia?!

O Orador: ... porque se queria falar tanto de incumprimento de promessas do Governo Regional, acabou por falar como único tema, de uma promessa que o Governo Regional está a cumprir, ou seja, o IRICTA.

Deputada Ana Carolina (PSD): Ah sim! Muito bem!

O Orador: Tanto assim é, chamando particular atenção a todos quantos deram a sua concordância ao Programa do Governo Regional do Partido Socialista, que basta abrir a página 44 do Programa do Governo, submetido a esta Assembleia, para aplaudir este programa.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): Essa deveria ser para ali!

O Orador: Não é para si!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Governo, de onde concluiu que o Conselho Científico concordou com tal projecto?

O Conselho Científico diz que se congratula, mas preocupa-se com a nova política de ciência e tecnologia e diz que tudo mais é bom, desde que não interfiram com a autonomia universitária.

Não há referências concretas ao projecto.

Relativamente à concordância do Reitor, eu acho que isso é uma afirmação abusiva, porque eu não vi declarações nesse sentido.

No que diz respeito ao Sr. Secretário, saiba que as universidades independentemente ...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não percebi?!

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. não percebe porque, está sempre a falar!

Se estivesse calado percebia!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é compreensível!

A Oradora: Como eu estava a dizer, as universidades independentemente da sua dimensão, têm privilégios e vou ler a decisão n.º 94 801, da Comunidade Europeia, mas qualquer decisão do programa de investigação científica tem esta nota e diz o seguinte:

"O financiamento comunitário não ultrapassará, em princípio, 50% do custo do projecto com a redução progressiva da participação, à medida que o projecto se aproxima do mercado.

As universidades e outras instituições similares que não tenham uma contabilidade orçamental analítica, serão reembolsadas a 100% dos custos adicionais."

As Universidades têm privilégios que os outros institutos não têm, mesmos que pequeninos, e eu acho que as parcerias, quer a nível nacional, quer a nível internacional, só têm vantagens porque permitem o diálogo,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Pois claro!

A Oradora: ... opiniões diferentes e não nos fecham aqui à volta do IRICTA.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ana Carolina:

Para não dizerem que eu não respondo, eu concluo que quando uma instituição diz que apoia a política de ciência e tecnologia proposta pelo Governo...

Deputada Ana Carolina (PSD): Não apoia nada!

O Orador: ... a política de ciência e tecnologia proposta pelo Governo, para além do que estava consignado no Plano, é também esta que está aqui no Programa deste executivo. Quer no Plano, quer no Programa do Governo, ela é a mesma.

Eu não posso suspeitar que esse apoio tenha outra orientação que não seja aquela que eu sei que é a do Governo do qual, para seu esclarecimento, até sou o Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu volto a lembrar que a resposta do Conselho Científico, tem como princípio uma pergunta que condiciona o parecer e que diz respeito unicamente à autonomia universitária — ponto um.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Governo condicionou?!

Deputado Norberto Messias (PS): Condição? Então a Universidade não tem autonomia?!

A Oradora: Nós sabemos que as resposta são condicionadas pelas perguntas, mas eu não quero perder tempo com isso.

O que ainda ninguém me explicou, foi a transferência de verbas e a afirmação do Sr. assessor na Comissão que disse não haver aumento, havendo sim diminuição e transferência.

Eu acho que há duplicação.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Vai ver! Tudo a seu tempo!

A Oradora: Isso ninguém me explicou ainda!

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Realmente, eu até fico confuso com isto.

Deputada Ana Carolina (PSD): Ah, pois está!

O Orador: O Conselho Científico debruçou-se sobre isso, o nosso assessor foi lá explicar o IRICTA verbalmente, foram colocadas todas as questões e este parecer não é o resultado que a Sra. quer, mas sim, é o resultado destas reuniões.

Em segundo lugar, a Sra. não nos vem aqui ensinar o que é "marginal costs" e "total costs".

Deputada Ana Carolina (PSD): Não, eu deixo isso para si!

O Orador: Isto são conhecimentos que eu já tenho há muito tempo.

A Universidade pode candidatar-se de uma maneira ou de outra.

Eu vou explicar uma coisa: o facto da Universidade dos Açores conseguir encontrar parcerias estrangeiras para poder concorrer, é fácil, mas não se esqueça que nós estamos a muita distância da Inglaterra, da França, da Holanda e muitas vezes os contactos são por fax.

Nós precisamos de encontrar aqui nos Açores massa crítica para podermos criar equipas de investigação no nosso arquipélago, para podermos concorrer não só com as parecerias, mas também com alguma coisa nossa. É isso que a Sra. não percebeu.

As equipas de investigação têm que ser cada vez maiores, não podem ser pequenas senão não têm hipóteses nenhuma.

Por isso é necessário arranjar um instituto que congregue esforços, que congregue equipas e que nós possamos concorrer ao mesmo nível dos outros.

Os outros estão a fazer o mesmo, quem não fizer isso anda para trás e isola-se.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Conselho Científico debruçou-se sobre o IRICTA.

Como é que o Sr. Secretário explica o primeiro parecer? Está aqui a desautorizar a professora Gilberta Rocha? Está a desautorizar o primeiro parecer oficial da Universidade?

Eu já disse que o segundo parecer foi condicionado por uma pergunta. O primeiro parecer é claro.

Quanto à questão das verbas, eu continuo a perguntar: houve ou não transferência de verbas?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A política científica da universidade é definida pelo Conselho Científico.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluo que o Sr. Secretário acabou de desautorizar o primeiro parecer da Universidade.

Presidente: Aparentemente está encerrada esta discussão.

Vamos passar às intervenções.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VII Governo Regional aprovado nesta Assembleia em 22 de Novembro de 1996, enuncia no capítulo referente à Política de Ciência e Tecnologia

que "A ciência e tecnologia são factores essenciais ao desenvolvimento de qualquer sociedade. É por isso fundamental a existência entre nós de uma política que valorize a cultura científica e tecnológica e permita a sua penetração em todas as áreas em que tal possa trazer vantagens acrescidas".

Após enumerar diversas entidades — INOVA, Universidade dos Açores, entre outras — que se dedicam a actividades de investigação e divulgação na área científica e tecnológica, se previu a criação de "uma entidade coordenadora dos investimentos feitos pelas entidades governativas" que "Promova programas, projectos e actividades de formação de recursos humanos...", "Elabore e acompanhe a execução dos planos anuais e plurianuais de fomento à investigação...", "Oriente e coordene as acções de cooperação nacional...".

Para cumprir com este objectivo o Governo, presidido por Carlos César, apresenta-nos no PMP o Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, que tem como finalidade "a coordenação, o fomento e a avaliação de produção científica e tecnológica na R.A.A.", criando-se para o efeito o " Instituto Regional de Investigação Científica e Tecnológica dos Açores (IRICTA) com a tarefa de planear, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar a produção do sector através de cofinanciamentos regionais, nacionais e/ou comunitários.

Este foi sem dúvida um dos Programas do PMP que mais celeuma levantou a nível da Comissão, dos Órgãos de Comunicação Social, dos Parceiros Sociais, da Comunidade Científica e até mesmo, neste momento, nesta Casa.

E, vejamos porquê, Srs. Deputados?!

Desde logo, porque é uma das grandes inovações deste Governo — coloca num só organismo toda a coordenação da "Formação e Divulgação Científica e Tecnológica", da "Inovação Tecnológica" e da " Investigação e Desenvolvimento".

Segundo, porque, passaremos a ter uma entidade que irá lançar a concurso os programas e projectos nestas áreas que efectivamente interessam à Região e não apenas ou, sobretudo, a cada instituição que desenvolve ciência.

Terceiro, porque se procederá a um acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos com os "dinheiros públicos" quer regionais, nacionais ou comunitários.

Quarto, porque a Região passará a dispor de um organismo creditado que seja um interlocutor directo junto da Agência de Invocação, S.A. — uma das instituições privadas da JNIT —, do Observatório das Ciências e Tecnologia, do Instituto de Cooperação Científica, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e, sobretudo, o parceiro da Região em consórcios comunitários de investigação e desenvolvimento ou inovação tecnológica.

Quinto, porque, numa primeira fase, não ficaram claros os objectivos do IRICTA levando a que Entidades como a Universidade dos Açores, no seu parecer sobre a anteposta do PMP, afirmasse que "o objectivo não nos parece estar suficientemente especificado, que "parece-nos que o referido Instituto terá como objectivo a investigação, ou seja, a produção de ciência em domínios bem diversificados" , que "a duplicação de estruturas, se for este o caso, parece-nos não só injustificável, desnecessária, como contraria qualquer política de contenção de despesas", embora no mesmo parecer afirmasse igualmente "Reconhecendo, obviamente, a legitimidade do Governo na definição das prioridades e áreas em que deseja actuar" e que "o referido Instituto poderia ter um papel aglutinador e de coordenação das actividades desenvolvidas por diversos laboratórios e Serviços do Governo Regional".

Estes são extractos do primeiro parecer da Universidade dos Açores. Deve-se ler a primeira parte e a segunda mesmo do primeiro parecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Assembleia, a Universidade dos Açores, através do seu Conselho Científico, emitiu um Parecer em 6 de Maio que passo a citar:

" O Conselho Científico regista com agrado todos os esforços do Governo Regional dos Açores para estruturar e apoiar uma política de Ciência e Tecnologia na Região Autónoma dos Açores, entendendo que a criação dos instrumentos de desenvolvimento dessa política é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, estando as competências das Universidades Públicas Portuguesas e consequentemente, da Universidade dos Açores, claramente salvaguardadas pela Lei da Autonomia Universitária e demais legislação vigente."

Por último, Srs. Deputados, se tivermos em conta os esclarecimentos e elementos fornecidos pelo Governo à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais ficou claro que o IRICTA não fará investigação e desenvolve -se em 3 vertentes distintas:

— **Investigação e Desenvolvimento**, através da coordenação das actividades com interesse para o desenvolvimento regional, apoiando a Universidade, o INOVA e os Laboratórios Regionais, portanto sendo parceiro privilegiado na captação de fundos;

— **Inovação Tecnológica**, apoiar esta inovação nas empresas de acordo com a realidade regional e criação de novas empresas, implementação na Região da Sociedade de Informação, Tele-trabalho, etc;

— **Formação e Divulgação**, através de formação específica de jovens quadros de acordo com as necessidades das nossas empresas e deste modo fomentar a criação de novas unidades, além de possibilitar uma maior divulgação das vertentes anteriores;

Se tivermos em conta o Parecer do Conselho Científico da Universidade dos Açores;

Se atendermos ao Parecer aprovado por aquela Comissão, estamos em condições de aprovar o Programa 17 do PMP e do Plano anual de 1997.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O IRICTA é para aglutinar o estudo das entidades que fazem investigação.

Então, porque é que deixaram — mentiram nos esclarecimentos que prestaram à Comissão — as verbas destinadas à investigação em todos os outros programas?

Eu vou citar o Sr. Deputado Francisco Sousa:

"Já alguém fez um levantamento, mesmo que precário, de quanto a Região gasta em matérias de ciência e tecnologia? Talvez afinal o proposto fique muito aquém dos gastos reais."

Não, o proposto duplica com os gastos reais.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não duplica!

A Oradora: Eu posso provar!

Deputado Francisco Sousa (PS): Não duplica!

A Oradora: Então diga-me como é que não duplica!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em relação ao IRICTA, evidentemente que cá estaremos para a discussão do mesmo quando for apresentado o Decreto Legislativo Regional.

Todavia, se estão lembrados, aquando dos trabalhos da Comissão, eu pedi um conjunto de informações que considerava importantes, mas apenas tive resposta a duas dessas informações.

Uma das questões colocadas foi se se confirmava o parecer da Universidade, porque era uma dúvida que se colocava. A segunda tinha a ver com a desagregação das verbas, ou seja, onde é que tinham ido buscar as transferências, mas essa foi esclarecida na altura.

Havia uma terceira questão que coloquei, a qual ainda não foi respondida e para mim era importante para poder fazer um juízo final.

Uma das razões apresentadas pelo assessor do Sr. Presidente para a existência de um instituto para a Investigação da Ciência e Tecnologia, era obter verbas a nível comunitário no âmbito do programa ciência. Nessa Comissão, foi afirmado que só se obteria esse tipo de verbas através de um instituto, ou uma outra figura qualquer desse género, alegando-se que haviam normas comunitárias regulamentadoras.

Eu gostava de receber essas normas comunitárias, porque ao contrário do que tinha ficado combinado nessa reunião da Comissão, eu não recebi.

Portanto, gostaria de saber quais são essas normas comunitárias que dizem, segundo a afirmação que foi feita na altura, que a única maneira de ir buscar dinheiro ao Programa Ciência, da União Europeia, é através de um instituto ou de uma organização desse género?

Isto para justificar a inevitabilidade da existência do IRICTA no âmbito comunitário e na obtenção de verbas exteriores.

Eu precisava dessa informação — evidentemente que não para este debate, porque como sabem nós temos muito pouco tempo e eu não o vou gastar neste assunto — porque é preciosa e sem ela a nossa própria posição fica um pouco truncada relativamente à discussão do Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao aspecto da coordenação, investigação e também da experimentação, eu vou contar-vos um episódio que se passou comigo há alguns anos numa reunião com responsáveis da Secretaria da Agricultura e Pescas e que é muito simples.

Enquanto que esses responsáveis invocavam que determinados programas da comunidade não tinham nada a ver com a agricultura e por isso não tinham interesse, eu nesse mesmo dia participei, a convite da Estação de Alcobça de Fruticultura, que tinha programas com outras instituições de investigação em Espanha e em França, em programas de investigação, ao passo que na nossa Região todos os programas para a então Secretaria da Agricultura e Pescas não tinham interesse.

Na realidade, houve uma oportunidade, através da Universidade dos Açores e do Programa TRADE em que houve a ligação com uma instituição nacional, o ISA.

Mas a nível de outros programas, como por exemplo para estudo das nossas fruteiras, em que a Estação de Fruticultura de Alcobça tomou a dianteira, na nossa Região, eles foram completamente preteridos e esses programas incluíam a possibilidade de estudar as nossas culturas, até mesmo as tradicionais e sub-tropicais como o ananás, a anona, o abacate e o maracujá, os quais foram todos cortados.

Portanto, na minha opinião, esta possibilidade de se poder ter mais uma via de candidaturas aos programas europeus, parece-me ser de grande utilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de esclarecer o Sr. Deputado José Monjardino, que foi entendimento da Comissão — e eu posso estar errada — a necessidade de haver dois documentos para esclarecimento, ou seja o parecer e a desagregação das verbas...

Deputada Ana Carolina (PSD): E as verbas comunitárias!

A Oradora ... que verbalmente foram discriminadas pelo assessor, mas ele não deixou o documento.

Este foi o nosso entendimento, por isso é que não teve a legislação.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um primeiro esclarecimento já está dado.

Segundo esclarecimento:

Julgo que nunca foi dito por ninguém, pelo menos eu não reti essa ideia, de que a única entidade que poderia concorrer a verbas comunitárias era o IRICTA. Isso nunca foi dito.

O que nós sempre dissemos e continuamos a dizer, é que é necessário, na nossa opinião, um instituto, porque por exemplo no Programa 4 — Actividades Comunitárias de Investigação e de Desenvolvimento Tecnológico — numa das suas medidas que diz respeito a transportes, havia uma verba de 240 milhões de Ecus destinados à investigação no âmbito dos transportes da comunidades.

Nos Açores ninguém se candidatou, porque nós não podemos. A Universidade não faz qualquer investigação no âmbito dos transportes, o INOVA também não faz.

Deputada Ana Carolina (PSD): Mas podia fazer se quisesse, porque há possibilidades.

O Orador: Nós pensamos que o IRICTA é uma estrutura que, ao ser criada, permite parceria com outras instituições portuguesas e estrangeiras para se candidatar a verbas destas e permite-nos estudar, por exemplo, que tipo de portos é que devemos ter, que tipo de barcos é que devemos utilizar. Não o fizemos e esta verba caduca em 99.

Das duas uma: ou nós temos alguém que faça isso por esta Região, ou então não podemos candidatar-nos a isso, porque as estruturas existentes não têm valências nalgumas áreas.

O IRICTA viria a ser a estrutura que compraria essas valências, onde elas existissem em nosso proveito, para os projectos que interessam a nós **Região** e não nós, Universidade, Inova ou seja quem for.

É por isso que nós consideramos que é importante e imprescindível esta estrutura para fazer aquilo que fazem as estruturas já existentes, as quais já são apoiadas. A Região é parceiro do INOVA.

Este Governo continua a dizer que somos parceiros do INOVA. Apoiamos a Universidade.

No entanto, ela não tem capacidade técnica ou científica em áreas que esta Região precisa e é por isso que nós entendemos que com o IRICTA ultrapassamos e criamos uma estrutura que é capaz de, em parceria com outras estruturas, fazer os estudos que nos interessam.

As verbas são as mesmas que já estavam atribuídas e que estão atribuídas a outras estruturas que fazem investigação.

Sempre dissemos e foi dito na Comissão que está prevista uma verba de 60 mil contos apenas para o funcionamento do IRICTA e essa sim, podem dizer que é despesismo. Todas as outras são para inovação, investigação e desenvolvimento e já estavam em programas diferentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um breve esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Monjardino.

Não há nenhuma norma sobre aquilo que perguntou, mas há uma regra geral que diz que as entidades executoras não podem ser simultaneamente as entidades avaliadoras e as entidades financiadoras.

Qualquer uma das entidades da Região pode concorrer a verbas europeias, só que nas verbas europeias que são atribuídas a Portugal, não se pode transferir para a Região nenhuma parte desse plafond, nenhum "bolo" — digamos assim — não dividido para investigação na Região. Essa transferência não se pode fazer para nenhuma entidade que faça investigação por uma questão óbvia de conflito de interesses.

Aquilo que o IRICTA permite fazer é obter parte da verba nacional que é atribuída à investigação sem ser destinada para nenhum projecto específico e, depois, através de concurso feito pelo próprio IRICTA, ele distribui essa verba e faz o financiamento a entidades que façam investigação na Região. Não sei se fui claro.

No fim de contas, isto é uma aplicação do princípio da separação de entidades para evitar conflitos de interesse que seriam evidentes se a entidade executora fosse a entidade financiadora.

O IRICTA ao não ser executor pode ter a faculdade de ser financiador utilizando verbas de outrem.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há surpresas diárias relativamente ao IRICTA e ele ainda é um fantasma.

Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, de que a Universidade não se candidatou porque não tinha... não, Sr. Deputado, a Universidade não se candidatou porque não quis.

O Programa dos Transportes também tem como entidades beneficiárias as instituições de ensino superior.

Se a Universidade não quis, se o INOVA não quis, se ninguém na Região quis, o IRICTA vai obrigar — já que não faz investigação — essas entidades a investigar?

Esta é a minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de todas estas explicações, depois de todo este conhecimento, eu só gostaria de compreender quais são os fantasmas da Deputada Ana Carolina, sobre o IRICTA.

Eu não compreendi os fantasmas e gostaria de compreendê-los.

Deputada Ana Carolina (PSD): Fantasma, só o IRICTA!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pede um intervalo regimental por 30 minutos.

Presidente: Está concedido o intervalo.

Voltaremos a reunir às 17.05 horas.

Estão interrompidos os nosso trabalhos.

Eram 16.35 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nosso trabalhos.

Eram 17.10 horas.

Antes de iniciarmos, informo os Srs. Deputados dos tempos ainda disponíveis, porque como maratona que é, tem que ser bem cronometrada.

PS — 2 horas, 26 minutos e 20 segundos.

PSD — 1 hora, 55 minutos e 20 segundos.

PP — 1 hora e 19 minutos.

PCP — 36 minutos e 30 segundos.

Governo — 2 horas, 23 minutos e 5 segundos.

Posto isto, vamos voltar ao nosso debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs.

Membros do Governo:

Embora reconheça que a aprovação dos Planos e do Orçamento seja um dos momentos mais altos desta Casa, cheguei a pensar que desta vez, depois de ter ouvido falar tanto do Corvo, até era desnecessária a minha intervenção.

Esta situação muito me apraz, pois fiquei com a ideia que o Corvo se tornou o "benjamim" desta instituição. Além disso e depois de presenciar o que aqui se passou ontem, muita gente é capaz de se interrogar: será que o Corvo já tem 3 deputados?

Isto é maravilhoso porque é mais uma voz a reclamar justiça, mas também pensei que foi na minha voz que os corvinos confiaram...

Deputado José Manuel Nunes (PSD): E na minha!

O Orador: ... e assim vou fazê-la ouvir sempre que seja necessário.

Eu tinha prometido fazer realçar nesta Assembleia a minha Ilha e as necessidades dos corvinos. Sinceramente, nunca acreditei que de qualquer maneira estivesse a contribuir para que o Corvo passasse a ter 3 deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Insistir sempre nos mesmos assuntos torna-se fastidioso, mas é nossa obrigação e estou certo que será útil no futuro para a acção deste Governo, para poder contribuir na resolução dos problemas dos açorianos, nomeadamente dos corvinos.

Depois do que ouvimos nesta Casa, fico cada vez mais confiante que finalmente teremos o Porto do Corvo aumentado nos 18 metros que são necessários e assim se fará finalmente justiça aos corvinos.

Os corvinos dizem, e talvez com razão, que para os Governos muitas vezes o Corvo corresponde apenas à montra e o resto das Ilhas são o armazém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No fim dos anos 70 os Corvinos ouviam dizer, pelo Governo Regional de então, que o Corvo era a menina dos seus olhos, só que infelizmente esta criou uma grande catarata, mas para que se tenha uma visão mais clara sobre o Corvo temos aqui a bancada do PP para ajudar a tirar todas essas cataratas.

(Risos do Deputado Social Democrata Sidónio Bettencourt)

Deputado João Cunha (PSD): Ou uma pedra no sapato!

O Orador: Ou uma pedra no sapato. Eu poderia ter acrescentado isso, mas não valia a pena.

Deputado João Cunha (PSD): Acrescente agora!

O Orador: Não vale a pena!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se todos os problemas que eu aqui referi ao longo deste mandato pesarem na estabilidade regional, não sou eu que tenho que estar preocupado com ela, mas sim o Governo Regional, porque se este for um bom Governo já é estável por natureza.

(Aplausos das bancada do PP e do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As propostas constantes no P.M.P. para 1997/2000 e Plano e Orçamento para 1997, em discussão, representam, em traços gerais, as estratégias de desenvolvimento social, económica e cultural que orientarão a acção do Executivo Regional nos próximos 4 anos.

As propostas referenciadas são instrumentos de trabalho realistas, compatibilizam os reduzidos recursos financeiros de que a Região dispõe com propostas concretas, devidamente articuladas entre si e exequíveis de intervenção governamental em todos os domínios da sociedade regional rumo à construção de uma consistente Nova Autonomia, assente em princípios de solidariedade, liberdade, progresso e justiça social.

Os documentos têm ainda em conta os condicionalismos da nossa descontinuidade geográfica e a necessidade de promoção equitativa a nível sócio-económico e cultural da Região como um todo, por isso prevêem a realização de variadas acções em todas as ilhas com efeitos benéficos na criação de condições para o desenvolvimento equilibrado da Região, sem que haja lugar a situações de hegemonia entre pessoas e ilhas, mas antes respeito pelas capacidades e identidade de cada ilha e seus residentes.

Como aqui já foi referido, prevê-se realizar em 1997 um investimento no valor de cerca de 37,7 milhões de contos, o que se traduz numa taxa de crescimento de 88%, face ao programado em 1996. No próximo quadriénio serão investidos 168,3 milhões

de contos, sensivelmente o dobro do previsto no último P.M.P., mais precisamente um acréscimo de 98,6%.

Estas verbas irão dinamizar toda a economia regional, influenciar positivamente todos os vectores da sociedade, uma vez que todos eles interagem uns nos outros, o económico no social e vice-versa, gerando efeito multiplicador de bem estar e melhoria da qualidade de vida da população.

Gostaríamos que a Região detivesse mais recursos para investir mais e gerar maior bem estar às suas populações, mas não podemos ignorar que os Açores dispõem de escassos recursos e são uma das regiões mais pobres da União Europeia, apresentando um conjunto de problemas sociais, cujas tendências de evolução apontam essencialmente para:

- Aumento dos fenómenos de pobreza e exclusão social, bem como do número de pessoas incluídas em grupos de risco;
- Aumento do desemprego e do subemprego com conseqüente deterioração da situação sócio-económica das famílias;
- Envelhecimento da população e sua concentração nas zonas citadinas;
- Maior mobilidade da população e aumento do repatriamento de cidadãos nacionais que vivem no estrangeiro.

Assim, no sentido de minimizar e/ou inverter as tendências equacionadas, o Governo propõe-se implementar uma política de intervenção social essencialmente assente na **prevenção** de disfunções sociais, através de forte e criterioso investimento nas pessoas, envolvendo-as activamente em acções globais integradas com os sectores de educação, formação profissional, emprego, habitação, saúde e segurança social, com o objectivo de assegurar a construção concertada de condições que valorizem e preparem cabalmente, sobretudo as camadas mais jovens da população e as mais desfavorecidas, capacitando-as para poderem de modo participado enfrentar e ultrapassar com maior segurança e sucesso os problemas actuais e emergentes.

A par de uma política assente na **prevenção**, o P.M.P. no que concerne especificamente à Segurança Social, prevê também o desenvolvimento de acções diferenciadas de natureza **promocional e integradora** que minimizem as disfunções existentes, que prestem apoio social a quem necessite, que vão ao encontro das

carências dos agregados familiares mais desfavorecidos para que possam usufruir de um modo de vida digno.

O P.M.P. projecta, com base nas necessidades detectadas em cada zona e em cada ilha, a prestação de ajudas técnica e financeira na construção de sete novas valências e a remodelação em 18 equipamentos sociais de apoio a idosos, infância e juventude, a fim de aumentar a taxa de cobertura dos equipamentos sociais existentes, proporcionar conforto, segurança física e bem estar aos seus utentes.

Os investimentos previstos neste âmbito, apontam para um valor total de 2.401.000 contos.

Prevê-se ainda investir 225.000 contos no melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à família, idosos, infância e juventude, quando e nas ilhas em que se vier a verificar a necessidade da sua aplicação, nomeadamente no reforço à protecção da criança e também do jovem no sentido de minimizar os efeitos indesejáveis ocorridos pela alteração das estruturas familiares na perspectiva de lhes assegurar um processo de socialização tão equilibrado quanto possível.

Permite ainda a elaboração de programas dirigidos a idosos no sentido de os manter activos e participantes pelo mais longo tempo possível, prestando-lhes o apoio necessário no seu próprio domicílio ou em instituições desde que se torne evidente a perda de autonomia.

Em termos globais o actual P.M.P. prevê investir na Região no âmbito da Segurança Social 2.626.000 contos, precisamente o dobro do previsto no último P.M.P., em estruturas de apoio social que se pretendem **simples mas confortáveis e funcionais**.

De acordo com esta proposta, o Governo propõe candidatar-se a todos os projectos da União Europeia que existem ou venham a existir na área de combate à pobreza e exclusão social e aplicá-los nas zonas em que estes possam contribuir para a promoção e qualidade de vida das populações.

Está já programado o alargamento a toda a Região da atribuição do Rendimento Mínimo Garantido o que irá trazer um benefício incalculável a todas as nossas populações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois do exposto, e em termos conclusivos, considero que este P.M.P. é bom, sobretudo no que concerne à Segurança Social, não só pelos investimentos que pretende efectuar no próximo quadriénio, mas sobretudo pela dinâmica e metodologia imprimidas às acções que desenvolve e às que irá desenvolver após a aprovação destes Planos e Orçamento.

São metodologias integradoras e globais que potenciam a criação de projectos de intervenção articulados em cadeia, fomentadoras da participação de cada vez mais pessoas no processo de valorização e capacitação pessoal e colectiva na busca e construção de soluções específicas e eficientes aos problemas da actualidade.

Releva-se o aproveitamento e racionalização dos recursos técnicos e financeiros existentes, apostando-se no reforço da formação contínua e simultaneamente no recurso à investigação científica para, com base nesse conhecimento, decidir quanto aos meios e métodos a utilizar na intervenção e aperfeiçoar as medidas de Política Social a implementar em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com a Sociedade Civil na construção de uma Sociedade Açoriana que se pretende mais equilibrada, com menores assimetrias, mais justa e solidária, onde todos possam viver em segurança e com a certeza de um futuro tranquilo com melhor qualidade de vida.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais inclui entre as suas áreas de competência alguns dos sectores que mais significativamente pesam no Orçamento e Plano da RAA, com especial destaque para a Saúde e Educação.

Esses sectores têm sido cronicamente sub-financiados, quer em termos das suas necessidades correntes, quer em termos do investimento feito, o que se traduz em

grandes dificuldades financeiras, que no caso da saúde, levaram a um perigoso acumular de dívidas e a um déficit orçamental que, em Dezembro de 1996, era de 5,9 milhões de contos e no caso da educação a uma infraestrutura educacional muito degradada e sobrelotada, o que se traduz por uma acentuada diminuição da qualidade das nossas escolas, com o conseqüente impacte sobre o processo educativo.

O Orçamento ora em discussão, contempla para esses sectores um crescimento, moderado como teria de ser num orçamento que se quer de rigor, mas ainda assim muito significativo. O orçamento global do Serviço Regional de Saúde proposto para 1997, é de 28,7 milhões de contos, valor que, apesar de muito significativo, dificilmente permitirá absorver o déficit orçamental transitado.

Deputado João Cunha (PSD): Para o ano será melhor!

O Orador: Logo o funcionamento do Serviço Regional de Saúde terá de ser cada vez mais aperfeiçoado. Sei que poupar em despesas com a saúde é difícil, quando não mesmo contraproducente já que ela é o mais precioso de todos os bens.

Contudo, é possível racionalizar e aumentar a eficácia com que os recursos são utilizados. É essa a nossa aposta. Apesar disso, — respondendo às vozes daquela bancada —...

Deputado João Cunha (PSD): Eu não percebi!

O Orador: ... estou seguro que não vai ser possível reequilibrar financeiramente o Serviço Regional de Saúde em 1997. Será preciso um longo processo de reestruturação, que só no médio prazo produzirá o necessário reequilíbrio.

No sector da educação, sector onde a despesa é esmagadoramente com salários, a proposta orçamental atribui à Direcção Regional da Educação 24,5 milhões de contos, a que se somam cerca de 2,0 milhões de contos orçamentados no Fundo Regional de Acção Social Escolar, fundo cuja principal despesa é o transporte escolar. Este fundo também sofreu um crónico subfinanciamento, acumulando déficits orçamentais muito significativos e extremamente penalizadores para os seus fornecedores.

Para a área Cultural estão destinados 200 mil contos, para o Desporto 812 mil e para o Instituto de Acção Social 402 mil.

Deputado João Cunha (PSD): Já vimos, mas é pouco!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Passando para o Plano, porque segundo parece o orçamento já é bem conhecido, nas áreas da competência da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, estão propostos 8 programas, 6 dos quais incluídos nos vectores de desenvolvimento dos Bens e Serviços Públicos e dois na área da qualidade de vida.

A estes programas há ainda a acrescentar as acções que são desenvolvidas utilizando fundos provenientes do orçamento da Segurança Social, fundo que neste ano atinge 1,070 mil contos, 420 mil dos quais servirão para reestruturar o sistema informático e de telecomunicações da Segurança Social na Região e os restantes servirão para financiar um conjunto vasto de obras que inclui algumas casas do povo, polivalentes e outras infraestruturas que aqui foram citadas.

Passemos a uma breve análise dos programas propostos:

Na educação são propostos dois programas, um na área das infraestruturas educativas, o maior, para o qual são previstos 12,1 milhões de contos, dos quais cerca de 3 milhões em 1997. A área das infraestruturas educativas é uma das mais necessitadas da Região. Todos nós conhecemos escolas degradadas para além do aceitável ou sobrelotadas ao ponto de fazer perigar o sucesso educativo de quem as frequenta.

É pois uma área onde as necessidades de investimento são muito grandes. Estima-se que para resolver de forma cabal os problemas da infraestrutura educativa da Região, seriam necessários investir cerca de 24 milhões de contos, valor que infelizmente não dispomos.

Ao desenvolvimento do sistema educativo são destinados 1,2 milhões de contos, destinados à aquisição de equipamentos para as escolas (915 mil contos) e à formação de pessoal, sector vital que, pela primeira vez, é contemplado. Os primeiros frutos já se começam a desenvolver nesta área já que, pela primeira vez, vamos ter um mestrado em supervisão educativa feito na Região, que vai permitir formar os formadores necessários para que o nosso sistema educativo ganhe outra dinâmica nesta área.

Para a formação são propostos 60 mil contos por ano, o que se for acrescentado à previsível comparticipação do FSE poderá permitir um investimento de 300 mil contos/ano nesta área.

No conjunto dos dois programas, se acrescentarmos a comparticipação do Fundo Social Europeu, pretende-se investir cerca de 14 milhões de contos na melhoria da formação dos docentes e restante pessoal das nossas escolas, e na melhoria das muito degradadas instalações escolares. De destacar neste programa o investimento na nova escola de Angra, a melhoria da segurança e na ampliação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, nas escolas da Lagoa e Ponta Delgada e da nova secundária da Horta. Isto para além de inúmeras intervenções praticamente em todo o nosso parque escolar.

Para além disso, pretende-se levar a cabo reparações em quase todas as escolas da Região, em antecipação à implementação da autonomia das escolas e à criação dos respectivos fundos de manutenção, o que permitirá alterar substancialmente a forma como funcionam as escolas neste momento.

Esta é uma área onde se pretende implementar uma grande inflexão política, já que nos últimos PMP's apenas se concretizou uma escola em cada.

Na área da Saúde, pretende-se investir 8,6 milhões de contos na melhoria de infraestruturas e 1,3 milhões nos equipamentos e na formação de pessoal. Em 1977, pretende-se gastar 1,1 milhões na construção de novas unidades onde se destacam os investimentos na unidade de Saúde da Praia da Vitória, Lagoa e no novo Hospital de Ponta Delgada, além da remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Povoação.

Nas remodelações, há a destacar a intervenção no Hospital da Horta e no Hospital de Angra do Heroísmo que vão sofrer grandes beneficiações ao longo dos próximos anos.

Também estão a ser apoiadas as unidades destinadas ao tratamento da toxicodependência em Ponta Delgada, onde a obra já se encontra bastante avançada e em Angra do Heroísmo onde se preparam o arranque das obras.

Nas áreas da Juventude e do Emprego, pretende-se investir 2,0 milhões de contos, 440 mil dos quais em 1997. Neste programa, pretende-se apoiar as actividades dos

organismos juvenis tendo o Governo já aprovado uma proposta de legislação que pretende regulamentar e introduzir clareza na distribuição desses fundos.

Uma área que merece grande atenção na proposta é a do combate à toxicodependência. Para além da regulamentação que esta Câmara já aprovou e da aprovação de outra legislação que está neste momento em preparação e a qual nós pretendemos submeter aqui, começam-se a dar passos concretos quer em termos da criação de infraestruturas para o tratamento da toxicodependência, quer em termos do apoio em instituições que queiram participar na prevenção primária desse flagelo.

Na área da formação profissional, pretende-se reestruturar todo o sector, transformando o Centro de Formação Profissional dos Açores em escola profissional pública e privilegiar a formação qualificadora, financiando o número crescente de escolas profissionais que vão surgindo no arquipélago e criando um vasto programa de formação profissional. Esta é uma área vital no combate ao desemprego e na potenciação do crescimento económico.

Na verdade a área da formação profissional, quanto a nós, é a área que maior impacto poderá ter no combate ao desemprego, desemprego esse que na nossa Região, infelizmente, continua a crescer.

Na área da solidariedade social pretende-se investir 1,7 milhões de contos, valor que é complementado pelo investimento proveniente do orçamento da Segurança Social. Pretende-se com esta programa criar e manter um conjunto vasto de equipamentos sociais, na área da infância e juventude, apoio à terceira idade e na área de apoio às pessoas portadoras de deficiência e à sua reabilitação.

Nesta área já foi elaborada uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que será submetida a esta Câmara por forma a regulamentar a atribuição dos apoios e criar um conjunto de medidas de apoio aos portadores de deficiência.

No programa de recuperação e valorização do património cultural e do fomento da actividade cultural estão propostos 7,7 milhões de contos, dos quais 1,4 no corrente ano.

De destacar, entre os investimentos propostos, a resolução de problemas muito antigos: a questão da Igreja do Carmo, aqui na Horta, cujo o estado nos envergonha; o Convento de S. Pedro de Alcântara, no Pico, que já se fala nuns quantos planos,

quase desde o início da autonomia; o acabamento das obras no Convento e Igreja do Colégio de Jesuítas, obra que é o exemplo mais flagrante daquilo que é uma obra mal conduzida e cuja conclusão poderá ainda causar grandes problemas, dado que os valores a investir são muito grandes e ainda não são bem conhecidos.

Na verdade todo aquele projecto foi extraordinariamente mal conduzido, com um inaceitável arrastamento, com sobrecustos que podem comprometer o sucesso de todo este programa. Também fundamental é o acabamento da obra do Museu de Angra, vítima também de atrasos e mais atrasos e a ampliação da biblioteca Pública de Angra, a única que nos Açores tem depósito legal e que por falta das instalações necessárias se arrisca a perdê-lo. A biblioteca pública da Horta também terá as suas instalações numa obra que pretendemos arrancar ainda este ano.

Na área das instalações desportivas e do fomento do desporto, é proposto um investimento de 3,2 milhões de contos, dos quais 550 mil em 1997. Os projectos mais relevantes são a construção dos parques desportivos da Horta e da Ribeira Grande e os apoios à beneficiação dos recintos desportivos de escolas e de diversas entidades, cumprindo em muitos casos os requisitos necessários à participação de clubes nalguns dos escalões.

Na área de actividade da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, acreditamos ter apresentado uma proposta de plano equilibrada, exequível e que vem corporizar de forma consequente o programa de Governo que esta Câmara aprovou. Face a isso creio que só num acesso de grande incoerência se poderia rejeitar um documento que é a tradução fiel de outro que se aprovou.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Vamos a questões concretas, retiradas a título de exemplo, do meu quotidiano como poderiam ser de qualquer outro.

Três filhos na rede, muitos sobrinhos, familiares e amigos. O continuar a ir às escolas deles dá-me o pulsar diário do que lá se passa.

Com apenas uma tutela numa única Secretaria, é no mínimo indecente que a trabalho igual se continue a atribuir salário diferente.

Até quando as educadoras de infância do ensino particular, vão continuar a ganhar bastante menos do que as suas colegas da rede oficial?

O PS prometeu, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais estava em cumprir.

O meu filho do meio, tal como tantos outros nos Açores, frequenta o 3.º ciclo do ensino básico. Tanto ele como os seus colegas perguntam-me: onde está a orientação escolar e profissional que o PS prometeu e a SREAS parece ter metido na gaveta?

Para quem tanto condenou as escolas tipo Laranjeiras, Vitorino Nemésio, Cardeal Costa Nunes, quanto ao custo, ritmo de construção e quarenta turmas para que foram concebidas, pergunto: quantas é que vão mesmo construir neste mandato?

Para quantos alunos, Sr. Secretário?

Com que custo médio?

O PS no seu programa cita as escolas de 600 alunos. A SREAS faz tábua rasa disso.

A minha esposa é professora do 1.º ciclo do ensino básico. Está, como sempre esteve, solidária com muitas das suas colegas que são marginalizadas em matéria de incentivos à fixação de professores.

O PS prometeu. A SREAS, neste campo, não tem feito nada de significativo ou algo que pelo menos se veja.

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta às questões que foram postas pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, gostaria de dizer que quanto à harmonização da rede de educadores de infância, essa

é uma das metas que pretendemos atingir ainda este ano lectivo, em termos de produzir os documentos, por forma que ao longo dos próximos dois ou três anos seja possível fazer convergir, quer em termos salariais, quer em termos de condições de trabalho, a maneira como funcionam os jardins de infância da rede oficial e aqueles que pertençam a instituições privadas de solidariedade social.

Nesse campo, já foram tomadas algumas medidas, já conversámos com as instituições privadas de solidariedade social, com os seus representantes, já se efectuaram algumas reuniões com educadoras de infância e, nesta altura, procede-se à elaboração de um diploma que vai fixar critérios de convergência, aliás no seguimento de um processo semelhante que se está a fazer a nível nacional.

Quanto à questão da orientação escolar e profissional, provavelmente o Sr. não deve ter acompanhado os debates que tiveram lugar nos últimos tempos, porque na verdade já se falou nisso e recentemente organizou-se um encontro, no sentido de se tentar encontrar a solução mais adequada à nossa Região.

Devo dizer que a criação dos serviços SPO é demasiado cara para uma região dispersa como a nossa e mesmo a nível nacional já começam a surgir muitas críticas em relação à sua forma de funcionamento e, digamos, à sua filosofia orientadora.

Na Região, já fizemos uma experiência que já está em decurso em quatro escolas, de criação de equipas multidisciplinares.

Portanto, a nossa aposta vai ser a extensão dessas equipas a toda a nossa rede escolar e atribuir a elas tarefas da orientação. Para isso é importante o mestrado que vai ser feito e todo um conjunto de outras acções de formação que nesta altura estão em preparação e que vão ser lançadas no início do próximo ano lectivo.

É uma alegação muito grande à maneira como vinha funcionando o sistema neste aspecto e obviamente demorará algum tempo até que isto se traduza em todas as escolas da Região. De qualquer forma, a experiência que foi feita este ano em 4 escolas produziu resultados bastante positivos, ajudou-nos também a encontrar alguns defeitos e vai permitir corrigir a experiência que se vai fazer.

No que diz respeito às escolas, o seu custo médio e o número de alunos, na verdade a escola que gostaríamos de ter seria a tal escola dos 600 alunos e é esse o nosso objectivo.

Se leu o documento que foi apresentado, a maior parte das escolas que se pretende criar apontam para valores dessa ordem. As 3 escolas grandes que vão ser criadas são aquelas que a Secretaria recebeu já com o processo em andamento do Governo anterior e que dado à diligência de levar a cabo essas escolas seria contraproducente travar.

Optou-se por não as travar, mas de qualquer maneira a criação dessas escolas quer em Angra, quer em Ponta Delgada, e também na Horta, vai permitir — pela divisão do número de alunos que agora existe, uma vez que a população escolar praticamente deixou de crescer — uma descida muito grande no número médio de alunos por escola.

Presidente: Sr. Secretário, informo que já está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Quanto aos custos, nós vamos tentar fazer escolas funcionais mas baratas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

As escolas grandes que aqui estão e que foram concebidas para 40 turmas, lendo o que está no vosso programa, estão apontadas como tendo 82 turmas.

Perguntei-lhe em Comissão quantos alunos tinha cada turma e o Sr. Secretário respondeu-me que eram 25.

Para a Escola EB 2-3 + Ensino Artístico, em Ponta Delgada, estas 82 turmas apontam para 2050 alunos. A escola idêntica de Angra, pelos mesmos critérios, terá um número de alunos também muito superior, ou seja, para 68 turmas, 1700 alunos. É o que está aqui escrito, não estou a inventar nada e estou a fazer contas apenas com os números que o Sr. Secretário me deu.

Porém, registo com agrado que a nossa Universidade vai ter um mestrado e que se vai continuar com a recuperação do parque do 1.º ciclo.

No entanto, gostaria de lhe perguntar, em face de dúvidas que me surgiram aquando dos trabalhos na Comissão, se vai ou não continuar a criar as condições para o

cumprimento dos programas no que toca à construção das piscinas, na sua versão tanques de aprendizagem, junto dos núcleos escolares ou parques desportivos?

O PS prometeu à Praia da Vitória e ao Faial. Portanto, gostaria que o Sr. Secretário me indicasse a data prevista para o arranque de construção e para a respectiva conclusão e entrada em serviço.

O meu filho mais velho, como tantos outros, gostaria de estar envolvido este ano em actividades interessantes ou motivadoras do tipo de muitas que podiam escolher quando ingressavam no 3.º ciclo. Onde está a inovação científica e educativa neste campo, Sr. Secretário?

O PS prometeu, a SREAS passado 7 meses continua à procura.

Vai ou não transferir para as autarquias a construção e manutenção dos estabelecimentos do 1.º ciclo, a rede dos transportes escolares e a efectivação de outros apoios sociais? Se sim, em que moldes, com que faseamento? Só depois das autárquicas?

O PS prometeu, a SREAS vai adiando e protelando.

Muitos alunos gostariam de ser esclarecidos e de saber algo mais sobre ensino tecnológico para se convencerem de que é uma alternativa válida ao ingresso na Universidade. Informação na escola.

O PS prometeu, a SREAS parece que nem se lembra disso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Eu só tenho pena de não ter sido secretário tanto tempo como V. Exa. foi, porque talvez tivesse conseguido cumprir todas essas promessas. Porém, em 7 meses é um bocadinho difícil.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Voltando um pouco atrás, em relação à minha primeira prestação de esclarecimentos que não tive tempo de terminar, no que diz respeito aos incentivos à fixação de professores, gostaria de dizer-lhe Sr. Deputado, que nesta altura está a ser preparado um diploma que revê o sistema de incentivos não só para os professores, mas também para o pessoal da área da saúde.

Este diploma está ser preparado e a sua implementação depende da aprovação do orçamento deste ano e, sendo assim, a devido tempo ele sairá.

Em relação ao número de alunos por escola, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que não se pode somar ensino artístico com outro ensino, porque estamos a somar duas realidades diferentes.

Portanto, há os alunos do ensino artístico que vão lá apenas em períodos curtos e há os alunos que frequentam a escola no ensino regular. Essa soma não é tão linear como isso. Esse número de alunos não corresponde à mesma coisa.

Gostava também de dizer-lhe que se assim fosse, se houvesse esses alunos todos, as outras escolas ficavam vazias, porque a população infelizmente não está a crescer. Onde é que íamos buscar tanta gente para mantermos as escolas que já existem, mais essas com esses alunos todos?

Passando para as piscinas e tanque de aprendizagem, nós estávamos na disposição de fazê-las. No entanto, surgiu da parte dos técnicos várias dúvidas e eu tive a oportunidade de falar na Comissão sobre este assunto.

Nós vamos fazer os tanques de aprendizagem. São obras relativamente pequenas, são baratas de fazer, são caras de manter e envolvem alguns riscos que nas escolas que já os têm começam a revelar-se preocupantes. De qualquer maneira prometemos e vamos cumprir. Não é por aqui que se vai faltar ao prometido.

Em relação ao da Praia da Vitória, daqui a um ano e pouco, será possível pô-lo a funcionar e em relação ao da Horta, ele dependerá da construção do parque desportivo da Horta, obra essa que ainda não arrancou e que falta ainda adquirir alguns terrenos como o Sr. sabe. Portanto, transitou num estado muito atrasado para este Governo. Talvez só para o ano 2000 é que estará a funcionar.

No que diz respeito à questão da inovação educativa, essa também é uma aposta deste Governo e nós estamos muito interessados em fazê-lo. Só que a inovação

educativa dificilmente se faz numa rede escolar como a nossa e numa situação de desarticulação da rede como aquela que nós temos.

Na verdade o que precisamos fazer em termos de inovação educativa, começa essencialmente por pôr a rede a funcionar e depois lá chegaremos. Estamos com muita vontade de chegar lá.

Gostava de dizer que já foram tomadas medidas para que no próximo ano lectivo, o 5.º ano do ensino básico mediatizado não funcione, o que vai permitir libertar o CATE e dedicá-lo essencialmente à área da inovação educativa.

É essa a nossa aposta e vamos fazê-lo funcionar assim.

Em relação à transferência para as autarquias, isso depende da aceitação dessas entidades e depende, sobretudo, de um conjunto de contactos que ainda não foi possível encetar.

Naquilo que diz respeito à feitura de edifícios, se as autarquias quiserem candidatar-se a construir escolas do 1.º ciclo em contrato ARAAL connosco, estamos na disposição de o fazer.

No que se refere à rede de transportes, primeiro é preciso reformular a rede, caso contrário se as autarquias quiserem pegar nisso, irão rapidamente à falência e não terão dinheiro para o fazer funcionar uma única vez.

O Sr. Deputado sabe muito bem quanto custa o funcionamento da nossa rede de transportes. Em primeiro lugar, é preciso racionalizá-la, repensá-la e depois então devemos pensar em transferi-la, porque com os actuais custos é muito difícil alguém querer pegá-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Eu ouvi na sua intervenção que V. Exa. e o seu Governo propõem-se reduzir os custos na saúde.

Gostaria de saber concretamente, como e à custa de quê, em que sectores é que o Sr. Secretário pretende intervir para reduzir esses custos, quando é que tenciona intervir e que medidas é que vai implementar para obter naturalmente esse objectivo?

Também gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse, se possível, o que é que o seu departamento pensa em relação à colocação de clínicos gerais na nossa Região, em especial nos centros de saúde onde eles ainda são fortemente deficitários, e também o que é que pensam relativamente à deslocação de especialista aos centros de saúde das ilhas mais pequenas onde essas especialidades ainda não existem?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para a Ilha do Faial, no projecto 20.1 está inscrita na acção "construção de pousada de juventude", a verba de 30 mil contos.

Sendo certo que não é necessário fazer um edifício de raiz, mas é necessário pagar o projecto, tal como adquirir um terreno anexo, fazer obras e aquisição de mobiliário, perguntava ao Sr. Secretário, se acha que estes 30 mil contos são suficientes?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Retomando a resposta ainda por uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, em relação ao ensino tecnológico, na verdade a aposta nesse campo numa sociedade cada mais tecnológica, tem que ser feita em ligação com a aposta no ensino profissional.

Na verdade, nós temos que compatibilizar a rede do ensino regular com a rede do ensino profissional nesta área essencialmente, já que as duas redes são redes complementares e são redes que se completam uma à outra.

O ensino tecnológico nas nossas escolas, foi sempre uma área muito descorada e depois de ter tido alguma expressão no tempo de funcionamento dos técnicos profissionais, entrou rapidamente em decadência e de alguma forma é preciso retomá-la, mas ao mesmo tempo é preciso completá-la com a crescente rede de escolas profissionais que vão surgindo um bocadinho por todo o arquipélago, felizmente.

Nós estamos atentos a essa realidade e vamos fazer os possíveis para equipar as escolas que foram construídas com essa valência. Como o Sr. Deputado sabe, o caso da Vitorino Nemésio, que é uma escola que nunca chegou a ter o equipamento que devia ter, tem contemplada no Plano a aquisição desse equipamento e a possibilidade de vir a lançar o ensino tecnológico como deve ser.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Com pouco dinheiro!

O Orador: Com pouco dinheiro, mas com pouco dinheiro fazem-se muitas coisas.

Passando às questões colocadas pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte, no que diz respeito à redução dos custos da saúde, tal como eu disse na minha intervenção, esta é uma das área em que é mais difícil reduzir, porque é necessário sempre que se efectue uma redução, respeitar o princípio fundamental e sagrado destas coisas, ou seja, não reduzir os cuidados de saúde.

Portanto, não se pode mexer na saúde porque é um valor que não tem preço, mas como o Sr. Deputado saberá, o nosso serviço regional de saúde tem muitas ineficiências, muitas faltas de coordenação e em muitas áreas os recursos que são utilizados não são potenciados no seu máximo.

A redução de custos assenta essencialmente nessas áreas: melhoria da coordenação, redução de chefias, compatibilização entre os diversos serviços e implementação de medidas que permitam uma utilização mais racional daquilo que nós temos.

É essa a nossa aposta, é isso que estamos a fazer e já se começaram a tomar medidas nesse sentido como o Sr. Deputado sabe.

No que diz respeito aos clínicos gerais, na verdade eles são uma das nossas grandes preocupações.

Nesta altura, nós já encontramos zonas de retura na nossa rede e precisávamos de ter mais 13 médicos de clínica geral, mas para o serviço funcionar bem, gostaríamos de ter pelo menos mais 30.

É uma área em que é urgente recrutar mais clínicos gerais, mas para isso é necessário voltarmos a pensar nas questões dos incentivos e na continuação da resposta que dei ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, estamos a repensar nos incentivos à fixação de forma conjunta, ou seja, educação/saúde.

Em relação à deslocação de especialista, já foi elaborada uma portaria que regulamenta essa deslocação e essa proposta de portaria, neste momento, está a circular pelos diversos parceiros nesta área para acolher as melhorias que forem entendidas propor-se.

Presidente: Sr. Secretário, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Quanto à Pousada de Juventude do Faial, na verdade, eu discordo do projecto que está feito e o que se pretende fazer é repensar tudo desde o início.

Aquela localização e aquele edifício não são os mais adequados. Existem outros edifícios e outras localizações nesta cidade que permitem uma melhor solução. Há alguns estudos técnicos a fazer os quais já iniciámos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para colocar mais duas questões ao Sr. Secretário Regional da Educação e que têm a ver com a dotação do Plano deste ano.

Como se sabe, o Plano deste ano prevê cerca de menos 6 milhões de contos em termos de investimento relativamente ao Plano do ano passado no sector da saúde.

Se fosse possível, gostaria que o Sr. Secretário me explicasse a que se deve esta redução, dado que o ano passado haviam 16,3 milhões de contos em termos de investimento e este ano prevê-se para a saúde cerca de 10,6 milhões de contos.

Penso que esta redução contraria, de alguma forma, aquilo que era a intenção do Governo de investir no sector da saúde.

No que se refere ao sector da solidariedade e da segurança social, no que diz respeito à solidariedade social e combate à pobreza, que era uma das preocupações, na minha opinião, muito justa deste Governo, notámos que há apenas a inscrição de uma verba de 266 mil contos distribuída por 19 acções.

Nós julgamos que esta verba é consideravelmente insuficiente. De resto, como o Sr. Secretário saberá, esta é a verba mais baixa que desde sempre se inscreveu em qualquer plano do Governo Regional.

Considerando que uma das preocupações do Governo é exactamente o combate à pobreza e à exclusão social, pergunto ao Sr. Secretário como é que com uma verba deste montante se pretende atingir estes tão nobres objectivos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Sr. Deputado provavelmente não esteve na Sala quando eu apresentei o meu trabalho.

Eu expliquei que este Plano a Médio Prazo, no que se refere à segurança social, duplicou em relação a 96.

Também tive a oportunidade de referir que as estruturas que este Governo preconiza, são estruturas simples, funcionais e confortáveis, o que quer dizer que vão baixar os custos.

Porém, nós temos que ter em conta as transferências que vêm do Orçamento do Estado que, tal como o Sr. Secretário referiu, são de 1 milhão e 807 mil contos para 1997.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Continuando a responder às questões que me foram colocadas, no que diz respeito à saúde, a redução no investimento deve-se simplesmente ao facto do Hospital de Ponta Delgada ter concluído a sua fase de investimento mais acentuada.

No entanto, repare-se na verba que está prevista para 1998, onde estão previstos 3,8 milhões de contos em boa parte para pagar os concursos que nesta altura estão a decorrer para o equipamento daquele hospital.

Na verdade há aqui um ano em que pelo facto de não terem sido lançados os concursos do ano passado, há um decréscimo aparente de investimento, porque os equipamentos que estão agora a ser adquiridos — na área de imagiologia o

investimento é cerca de 2 milhões de contos — e os outros equipamentos que são necessários para o hospital, traduzem-se num pico de investimento muito grande no próximo ano, tal como poderá ver pela análise dos documentos que lhe foram distribuídos.

Não há de maneira nenhuma uma redução do esforço ou do empenho do Governo em melhorar a infraestrutura de saúde, há sim um natural evoluir de uma obra que é determinante em termos de gastos, ou seja, o Hospital de Ponta Delgada.

Em relação à questão da solidariedade social a Sra. Deputada já respondeu à questão, no entanto gostaria de acrescentar que o orçamento vindo da segurança social nacional felizmente cresceu e esperamos que continue a crescer. Por outro lado, está-se também a dedicar menos dinheiro a obras e mais dinheiro à acção social.

A segurança social não deve ter o seu ponto fulcral em fazer polivalentes e outras obras que também são necessárias, mas sim actuar mais na sua área central, ou seja, acção social.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Educação:

Uma pergunta apenas em relação à Escola da Maia.

Pelo que vejo na desagregação, só há 200 mil contos para o quadriénio. Daquilo que sei, 200 mil contos naturalmente não vão dar para construir essa escola.

Eu coloco-lhe esta pergunta, porque sei que foi uma promessa do Partido Socialista e entre muitas escolas encontra-se também aqui a Escola da Maia.

Gostaria que me confirmasse se o que estou a dizer está certo ou não: vão construir ou não a Escola da Maia?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo à pergunta que me foi colocada em relação à Escola da Maia, ela vai ser construída.

É uma escola que ainda não tem projecto. Teve um projecto em tempos, mas este não era aceitável em relação ao padrão de escolas que nós pretendemos construir. Estamos a reiniciar o processo, o valor apontado é apenas um valor tentativo e será reforçado em função daquilo que for necessário, se for caso disso.

Portanto, a escola é para construir. É uma escola extremamente importante na nossa rede, porque vai permitir resolver o problema complicado do transporte dos alunos e é uma escola que ao ser construída vai permitir poupar dinheiro ao erário público e vai permitir outra qualidade de ensino a todo o concelho da Ribeira Grande, porque vai permitir descongestionar as escolas que nesta altura estão congestionadas.

Esta é uma escola extremamente importante na política deste Governo em termos de infraestruturas educativas e é nosso empenho construí-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos a falar em escolas e eu gostaria de colocar uma questão em relação às escolas que estão super-lotadas de alunos.

Algumas escolas preparatórias vão passar a ter alunos do secundário.

Eu gostava de saber se quando fala em equipamentos desportivos, quando se fazem essas ampliações ao mesmo tempo que a população estudantil aumenta, está a ter em conta o aumento dos pavilhões e das salas de ginástica, inclusivamente? Isso está perfeitamente planeado?

Por outro lado, gostaria de focar o caso de duas escolas e de dois parques desportivos.

V. Exa. deu ênfase ao parque desportivo da Ribeira Grande e da Horta, mas eu gostaria de saber se o parque desportivo da Ribeira Grande vai ser semelhante ao da Horta, ou seja, onde se possa praticar o futebol de 11, se vai ter pistas de atletismo ou não, se está feito em complementaridade e pensado com o parque municipal já existente?

Por outro lado e já que falamos em escolas, o Sr. Secretário quando esteve na Comissão falou na ampliação e na possibilidade de uma nova Escola Preparatória nas Lajes do Pico.

Uma vez que já existe um pavilhão nas Lajes do Pico, gostaria de saber se essa escola — nova pelos vistos, pelo que se vê aqui no Plano já há a intenção de a fazer — vai ter um pavilhão novo ou se os alunos vão ficar a estudar na nova escola em espaço possivelmente a comprometer o futuro parque desportivo e a vir fazer ginástica e competição desportiva ao velho pavilhão? A vila com mil e poucos habitantes vai ter dois pavilhões?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão dos equipamentos desportivos e do aumento de alunos, não é nossa intenção aumentar o número de alunos em nenhuma das escolas. Aquilo que se está a tentar fazer é conter o número de alunos, ou se possível diminuí-lo. Eu não percebi bem a envolvimento da questão.

Se nós quisermos ter uma escola equilibrada e em funcionamento, todas as suas infraestruturas, incluindo as desportivas, têm que estar de acordo com o número de alunos que lá estão. Este é o princípio geral.

Eu não estou a ver nenhum caso particular de aplicação deste princípio, mas se ele existir será aplicado.

Em relação à questão do parque da Ribeira Grande, a resposta às suas questões é afirmativa. Aliás, o projecto já estava feito e os Srs. naturalmente conhecem-no, vai ser executado por forma a responder quer às necessidades das duas escolas que lá estão, quer às necessidades da comunidade envolvente.

Em relação à questão das Lajes do Pico, esse assunto não está completamente definido. Está ser estudado, porque envolve uma avaliação que tem que ser feita com muito cuidado sobre a actual escola, sobre a possibilidade de recuperação ou não da escola, sobre os seus custos, sobre os espaços disponíveis e sobre o espaço alternativo.

Essa é uma área que para além do necessário trabalho técnico que está agora a ser feito, também vai ter que haver diálogo com a Câmara Municipal, que no fim de

contas é a entidade que define em termos de um ordenamento daquele espaço e daquilo que se vai fazer.

Eu não lhe posso responder à pergunta, porque não sei a resposta. Essa resposta depende do trabalho que está agora a ser feito.

A devido tempo, creio que teremos oportunidade de falar no assunto e logo que eu tenha a resposta terei muito gosto em fornecê-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu apenas gostaria de saber a sua posição pessoal, ou seja, para não comprometer o futuro, acha que é possível a criação da nova escola? É sua intenção ou caminha nesse sentido?

Por outro lado, a fazer-se a escola, ela incluirá um pavilhão gimnodesportivo, uma vez que o existente está junto da velha escola?

Gostaria de saber a sua opinião sobre este assunto.

Por outro lado, gostaria de saber, uma vez que dá ênfase à alta competição e muito bem, nesta altura do ano em que o ciclo olímpico já vai adiantado, o que é feito das decisões a tomar em relação aos jovens talentos, aos jovens em percurso da competição, uma vez que o conselho da alta competição não reúne desde Outubro.

Como é que o Sr. Secretário vai definir estas regras? Há novas modalidades para entrar no modelo da alta competição? Qual o ponto da situação nessa matéria?

O que é feito dos jogos desportivos escolares que tanto animavam as nossas ilhas?

Presidente: Para prestar os esclarecimentos solicitados, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na verdade está a ser feito o tal estudo que referi há minutos atrás.

Em relação à minha posição pessoal, depois de uma visita à escola e depois da leitura cuidada dos relatórios que foram feitos sobre a mesma, eu sou da opinião de que deve ser feita nova escola.

Contudo, a decisão final não foi ainda tomada porque depende de duas coisas, ou seja, de mais trabalho técnico e de um necessário diálogo com a Câmara Municipal que é a entidade que superintende o ordenamento do espaço. Portanto, essas questões devem ser devidamente discutidas.

Nesta altura, não há uma decisão definitiva sobre o assunto.

Em relação à questão da alta competição, nós continuamos a apoiar nos moldes como vinha a ser feita até agora, porém, há um aumento das verbas como provavelmente já deve ter notado.

A reunião do conselho e a implementação das novas políticas depende, como é óbvio, do resultado da votação que vai acontecer nesta Câmara. Portanto, depende da aprovação do Plano e Orçamento e depois faremos a sua implementação.

Em relação à questão dos jogos desportivos escolares, eles ainda se vão realizar este ano e é nossa intenção reduzir progressivamente a sua forma de funcionamento, porque a maior parte dos clubes desportivos escolares estão integrados nas modalidades em geral que são feitas na Região e é mais produtivo a sua integração noutras formas de competição, isto sem prejuízo da implementação dos intercâmbios entre escolas e de tudo aquilo que está associado a ele.

É necessário que os nossos jovens conheçam outras ilhas, por isso é que aparece na área da juventude um programa destinado especificamente a isso, só que em termos de jogos desportivos escolares, creio que a experiência não aconselha a que o processo cresça muito mais.

Vão se manter alguns aspectos dos jogos desportivos escolares, outros vão desaparecer e serão substituídos por outras formas de intercâmbio.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr: Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão analisada e que tem a ver com a construção ou não de uma nova escola para o 2.º e 3.º ciclo e secundário nas Lajes do Pico, o assunto merece uma reflexão profunda como está sendo feita.

Das últimas visitas que temos feito àquela escola, todas as vezes e em cada ano que passa, aparecem novos problemas.

Foi isto que este Governo atempadamente fez, poucos dias depois da tomada de posse, numa visita que o Sr. Secretário Regional efectuou àquela estrutura.

As situações são difíceis.

As perspectivas que existiam antes eram de coarctar espaços que hoje estão a ser usados e usufruídos pela comunidade no seu todo e que o Governo anterior, numa das propostas que tinha, pretendia coarctar esses espaços de aproveitamento da comunidade.

Portanto, não se está a andar para trás em relação às Lajes do Pico, está-se a andar para o futuro.

A escola será reparada como já está sendo desde que este Governo tomou posse. Começou pelo gimnodesportivo que estava bloqueado desde o mês de Junho.

As situações que existiam tinham que se resolver com a aquisição de novos terrenos para ampliação da escola dentro da zona urbana, da zona histórica da Vila das Lajes do Pico.

Equacionando e ponderando tudo isto, assimilando ideias novas, será talvez melhor proposta a construção de uma nova escola que continue dentro do perímetro da freguesia, sede do concelho das Lajes do Pico, que vai desde a Silveira até às Terras, de maneira que amanhã também não vejam aumentados os custos dos transportes dos alunos.

Este assunto merece reflexão e já foi colocado, tanto quanto julgo saber, à edilidade Lajense, que já indicou para estudo alguns terrenos.

Se esses terrenos, como se quis aqui dizer, vão ou não coarctar o futuro parque desportivo, então estamos a dizer que a Câmara das Lajes não sabe o que é que está dizendo.

Queria concluir com este apelo. O assunto merece reflexão, ponderação, mas merece acima de tudo que não se pare e que se avance.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não vou poder alongar-me muito mais, contra a minha vontade, dado o condicionamento "pós-operatório" a que estou sujeito, mas não resisto à tentação de dizer o seguinte:

Quando há pouco o Sr. Secretário da Economia falou no "Pai nosso", Jesus Cristo quando nos ensinou o "Pai nosso" ensinou-nos a pedir o "Pão nosso de cada dia nos dai hoje", não se preocupou com o pão nosso de ontem. O de ontem já foi e nós não enjeitamos as nossas responsabilidades anteriores.

No entanto, é preciso acautelar o de hoje e, mais importante do que isso, o do futuro. No vosso caso, o PP pode fartar-se e pode tirar-vos a saca do pão e de repente podem ter morte súbita por inanição.

De facto esse é um problema, mas voltarei noutra altura. Haveria muito mais para conversar.

Prometer é fácil, cumprir, inovar, fazer de novo é um bocado mais difícil.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, gostava de esclarecer que a escola das Lajes ao ser feita, terá que ser compatibilizada com o parque desportivo.

O parque desportivo é um precioso complemento da escola e só beneficiará, quer a escola, quer o parque, se as duas infraestruturas ficarem juntas. Aqui teremos uma sinergia positiva.

Portanto, há toda a vantagem em que o parque desportivo e a escola fiquem no mesmo sítio e assim sirvam melhor.

Em relação às palavras do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, eu agradeço e fico muito contente com o "Pai nosso" que disse e fico muito contente com o pão de hoje, o de amanhã que se não for aqui há-de ser noutra sítio. Essa não é uma questão muito relevante.

As questão de ontem não me preocupam muito. O que me preocupa são as questões de hoje e particularmente as de amanhã.

A missão é governar para amanhã e não para ontem.

Eu estou perfeitamente de acordo consigo e agradeço as suas amáveis palavras.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Pinto.

Agradeço ao Grupo Parlamentar do PS a indicação de um Sr. Deputado para a sua substituição.

(Neste momento, o Deputado Guilherme Pinto é substituído na Mesa da ALRA pela Sra. Deputada Natividade Luz)

Deputado Guilherme Pinto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao subir a esta tribuna no exercício das minhas funções de deputado, eleito pelo círculo eleitoral da Ilha do Faial, quero não só contribuir para defender os interesses do eleitorado que demonstrou através do seu voto a sua confiança nas listas por que fui eleito e, no Partido que represento, mas também para a defesa de uma realidade mais ampla e complexa que é o interesse regional. Este, inclui a defesa dos interesses de todas as ilhas e deve visar o desenvolvimento harmónico da Região, no seu todo.

A prática da solidariedade impõem que as ilhas mais desfavorecidas sejam beneficiadas em relação às mais desenvolvidas e os interesses das maiorias prevaleçam sobre as minorias.

Nos últimos anos, a Ilha do Faial viu sucessivamente adiadas acções e projectos essenciais ao seu desenvolvimento, ficando por concretizar importantes intenções de investimento público repetidas vezes inscritas em Planos a Médio Prazo e Anuais.

Como escreveu Marc Bloch, fundador da Escola dos Annales e, um dos mais brilhantes historiadores contemporâneos — cito — "*O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa*" — fim de citação. O Conhecimento do passado é fundamental para a compreensão do presente, porque não há um verdadeiro conhecimento sem um certo teclado de comparação. É tal a

solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos.

Assim, é perfeitamente legítimo estabelecer um teclado de comparação entre os documentos agora em discussão e os anteriores e, concluirmos que as propostas apresentadas pelo Governo contemplam um conjunto de acções e projectos essenciais ao desenvolvimento do Faial que em muito vão contribuir para a melhoria das condições de vida das gentes desta terra e que algumas representam velhas aspirações, há muito prometidas e nunca concretizadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Investir na educação é contribuir para a formação integral e harmónica do Homem. A educação é um direito que toda a criança adquire quando nasce, mas como a todo o direito, corresponde um dever, compete ao Estado o dever de criar as estruturas necessárias ao desenvolvimento do processo educativo.

É apanágio das pessoas de bem honrarem os seus compromissos e, temos que considerar este Governo como "pessoa de bem" ao contemplar no Plano a Médio Prazo e Plano para 97, obras de inequívoco interesse para a Ilha do Faial. Senão vejamos:

No Programa Desenvolvimento das Infraestruturas Educacionais, destaca-se a construção da Nova Escola S.G./B da Horta. Todos sabemos os graves problemas de funcionamento com que se vem debatendo desde há muitos anos a actual Escola S.G./B Dr. Manuel de Arriaga, com uma frequência que atinge o dobro da sua capacidade, originando horários desajustados e a ocupação de espaços que nada se coadunam minimamente com um processo de ensino-aprendizagem eficiente.

A adaptação da actual Escola Dr. Manuel de Arriaga a E.B. 2,3, permitirá a distribuição dos alunos do 3º ciclo pelos dois estabelecimentos de ensino, criando-se duas escolas de média dimensão, o que em termos de política educativa, consideramos correcto.

Salientamos ainda a construção da Escola Básica Matriz/Conceição e a adaptação do Palácio de Santana a Escola do Ensino Especial.

Mas o interesse manifestado pelo Governo na preservação dos valores, das referências culturais e valorização do Património arquitectónico e Cultural desta Ilha, é notório, ao contemplar obras como:

- a adaptação da Casa Walter Bensaúde a Biblioteca Pública e Arquivo, Casa da Cultura e Núcleo Cultural;
- reparação da Igreja do Carmo, em adiantado estado de degradação;
- adaptação do Colégio dos Jesuítas a Museu da Horta e seu equipamento.

O Faial é contemplado com um Parque Desportivo, estrutura fundamental ao desenvolvimento do desporto em geral, e que permitirá potenciar as condições necessárias às equipas que militam na 3ª divisão da Série Açores.

No domínio da Saúde, o Hospital da Horta é dotado com uma verba de 720.000 contos destinada a obras de ampliação, apetrechamento e modernização, com a introdução de valências até agora inexistentes, com a criação de uma unidade de cuidados intermédios e hemodiálise e a remodelação da área de hemato-oncologia.

O Faial que já possui uma das melhores redes viárias dos Açores, viu nos últimos 20 anos, as suas estradas degradarem-se, ao ponto de algumas se transformarem em autênticas picadas terceiro mundistas.

Em boa hora, no ano passado se começou a 1ª fase de reabilitação destas estradas. O actual P.M.P. prevê a verba de 828.500 contos para a conclusão da 1ª fase e execução da 2ª fase. Ainda neste campo, outra obra de grande importância é a construção da envolvente à cidade da Horta, que permitirá descongestionar o trânsito que é obrigado a atravessar o centro da cidade no itinerário entre o Norte e Sul da Ilha.

No sector do Turismo, sem dúvida um dos mais importantes para o desenvolvimento económico dos Açores, é com grande satisfação que vemos inscrito no P.M.P. a construção do Campo de Golfe do Faial, empreendimento muito apregoado, mas que também, à semelhança de muitos outros, não passou disso mesmo.

O Porto da Horta está contemplado com verbas para a conclusão da obra em curso, que passará a dispor de 15.000 m² para estacionamento de contentores e apetrechamento do porto. Além disto, está ainda prevista a construção de uma

estrutura de apoio à actividade da pesca, que em muito irá contribuir para melhorar a operacionalidade do porto neste sector.

Após a conclusão destas obras, o porto da Horta estará apto a satisfazer as necessidades da ilha, como também a receber carga para baldear para outro tipo de navio com destino às ilhas mais próximas.

A Marina da Horta, sem dúvida a mais importante estrutura de apoio ao iatismo nos Açores, escalada anualmente por mais de 1000 iates, encontra-se sobrelotada no período de Maio a Agosto, levando a que os serviços prestados a quem nos visita, não estejam por vezes de acordo com a qualidade que queremos ver implementada para bem do bom nome do Faial e dos Açores. É pois, com natural satisfação, contrariamente ao que propagam os arautos da desgraça, que veremos brevemente, este porto de recreio ser ampliado em mais 50 postos de atracação.

Mas a revitalização do Porto da Horta, não passa apenas pela melhoria das infraestruturas.

É necessário desenvolver uma política de transportes que sirva os interesses de todas as ilhas.

Os Portos da Horta, Ponta Delgada e Praia da Vitória deverão manter-se as principais portas de entrada/saída de mercadorias da Região.

Foi com agrado que ouvimos o Sr. Secretário Regional da Economia informar que em breve será revista a taxa de reestruturação portuária, que é extremamente gravosa para o Porto da Horta, criando situações de grande desigualdade entre as diversas ilhas.

O Plano a Médio Prazo e Plano 97, contemplam um conjunto de projectos de inegável interesse para a Ilha do Faial e para toda a Região mas, mais importante do que as intenções é passar à sua execução. Sabemos que a tarefa que nos espera é difícil, mas estou convencido que unidos, seremos capazes de a concretizar, para bem de toda a população desta ilha e de todos os Açorianos

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para uma rápida intervenção sobre a declaração feita pelo Sr. Deputado Guilherme Pinto.

Inicialmente e desde já, gostaria de notar que na sua quase totalidade, todos os empreendimentos que o Sr. Deputado Guilherme Pinto refere neste Plano para se realizarem na Horta, são empreendimentos que vêm do Plano de 1996 e da responsabilidade do VI Governo Regional. Até alguns já poderiam ter sido lançados a concurso, nomeadamente o da Igreja do Carmo e o do edifício da Casa Walter Bensaúde.

Temos esperança que esses concursos sejam lançados ainda durante este ano. Nós apreciaremos esses concursos.

Por outro lado, em relação às questões que emergem da marina da Horta, eu pessoalmente não sou "profeta da desgraça" nem nunca fui e sempre pautei a minha vida com um certo optimismo e acredito na boa vontade dos homens e, sobretudo, na sua sapiência, mas não me parecia de maneira nenhuma coerente, que estando em obras o porto da Horta se saísse daqui sem completar a marina.

De qualquer forma, não fui eu que afirmei que a marina não se faria. O Sr. Deputado Guilherme Pinto naturalmente vai permitir que lhe lembre que quem o disse foi o Sr. Presidente do Governo em reunião com a Câmara do Comércio. Portanto, acho que fonte mais autorizada do que essa não há.

Por outro lado, fico muito satisfeito e regozijo-me, pelo facto de ver o Sr. Deputado Guilherme Pinto apelar, no seguimento daquilo que há meses atrás foi feito pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, no sentido da valorização da posição do Porto da Horta, como porto tão importante quanto o de Ponta Delgada e o da Praia da Vitória no tráfego de mercadorias na Região.

Penso que é importante e era bom que o Sr. Secretário da Economia tivesse ouvido a sua intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu colega aqui do lado já está a dizer aí vêm os "faiais". Pois paciência, antes os "faiais" que os "picarotos".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado!

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Madruga da Costa:

É bom saber que V. Exa. está de acordo connosco em relação a estas matérias. Aliás, não seria de se esperar outra coisa.

Contudo, eu tenho que fazer alguns reparos.

Na verdade, muitas destas coisas que estão aqui previstas para a Ilha do Faial vêm de trás. Algumas vêm de há um ano atrás, mas há outras que vêm muito mais de trás, Sr. Deputado.

Por exemplo, eu não me lembro — se calhar eu nem sequer estava aqui, mas talvez o Sr. Deputado se lembre, aliás tem boa memória — há quanto tempo está nos planos e orçamentos regionais, a Escola Secundária da Horta. Talvez desde os anos 70 ou 80.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Posso-lhe dizer a seguir!

Deputado João Cunha (PSD): Vem desde o tempo de Marcelo Caetano!

O Orador: Ela vem de trás, mas a verdade é que até agora ainda não foi feita.

Eu também tenho visto já há muitos anos em planos e orçamentos anuais e plurianuais a Igreja do Carmo.

Nós sabemos que há coisas que se podem fazer e há outras que não se podem.

Uma coisa que eu também não entendo Sr. Deputado, é porque é que o Sr. Deputado sentiu algum constrangimento quando se falou em "profeta da desgraça". O Sr. Deputado Guilherme Pinto, naturalmente, não se referia a si, mas o Sr. Deputado sentiu alguma coisa e agora começo a ficar preocupado. Será que o Sr. foi "profeta da desgraça" em relação à marina da Horta?

Só assim é que se justifica a sua perturbação em relação a essa matéria.

Em relação à posição do porto da Horta, eu registei que ficou muito entusiasmado com o facto de nós estarmos preocupados com isso e devo dizer-lhe que já há muito tempo que nós estamos preocupados. Temos tido muitos contactos com a Direcção da Junta Autónoma sobre essa matéria e também registo que depois de uma visita que fizemos ao Porto desta cidade, verificámos que o Sr. Deputado também, na semana seguinte ou daí a 15 dias, fez a mesma visita o que é bom. Nós fomos, os Srs. foram a seguir, portanto, estamos todos na mesma, poderíamos até ter ido juntos, era uma questão de termos combinado.

Tudo bem. Creio que existe aqui alguma coesão em relação a essas matérias e é para isso que nós estamos aqui, ou seja, para representar o povo desta Ilha dos Açores.

Eu também partilho de alguma preocupação em relação à Igreja do Carmo e à Casa Bensaúde.

Eu não conheço em profundidade essa questão, mas penso que há atrasos no projecto e daí não ser possível lançar a concurso.

Em relação à Igreja do Carmo, eu gostaria de conversar com o Sr. Deputado sobre essa igreja. Ela tem que ser reparada, pois é um monumento.

Presidente: Sr. Deputado, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu já termino Sr. Presidente.

Ela é um ex-libris desta cidade, mas temos que pensar o que é que vamos fazer.

A igreja está fechada ao culto como sabe, penso que só há lá uma cerimónia por ano e temos que pensar, em termos de utilização, o que é que poderá ser feito na mesma.

Penso que recuperá-la e pintar a fachada, é pouco, mas essa questão eu gostaria de partilhá-la consigo noutras conversas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Saiba, Sr. Deputado Fernando Menezes, que sempre que se tratam de coisas que são lógicas o Sr. Deputado e todos os Srs. Deputados podem contar comigo, porque o que é verdade é verdade e o resto é conversa fiada.

Efectivamente, o que se traduz ou o que se pretende traduzir na intervenção do Sr. Deputado Guilherme Pinto, que saúdo como sendo talvez a sua primeira intervenção

nesta Casa, é o passar uma esponja pelo passado e ler e apresentar como se todas estas coisas que aqui citou, fossem iniciativas deste Governo do PS. Não é Sr. Deputado! São iniciativas do Governo do PSD a que tive a honra de presidir.

Em segundo lugar, as questões que são da paternidade do PS serão sempre do PS e ninguém as vai tirar. Mas, pelo santo amor de Deus, também não tirem as nossas!

Em relação à questão da visita ao porto, nós até poderíamos ter combinado ir ao porto na altura em que a obra foi lançada e se pôs a primeira pedra, mas não lhe interessava estar nessa altura, porque isso concorreria a nosso favor e não a seu.

Finalmente, Sr. Deputado, no que diz respeito à Igreja do Carmo, penso que é necessário fazê-la, reconstruí-la, no sentido de a beneficiar e de a reforçar, para que ela fique pronta para qualquer função que possa ser feita.

Para terminar, gostaria de referir, e não quer dizer que por ser último seja menos importante, que o Plano a Médio Prazo, Sr. Deputado Guilherme Pinto, em relação às estradas regionais do Faial, só contempla o fecho do ciclo. As estradas interiores de ligação da Ribeira do Cabo, Jaime Melo, Jaime Melo/Caldeira, Caldeira/Ribeira Funda, "ficaram no tinteiro". E essas são tão importantes como forçar o anel da Ilha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As políticas ambientais são instrumentos fundamentais e insubstituíveis no desenvolvimento. Daí que, nestas propostas de Plano agora em apreciação, o sector do ambiente deva merecer de todos nós momentos de séria reflexão.

As propostas neste sector não traçam linhas de desenvolvimento claras e bem articuladas com a programação e as correspondentes dotações.

Os documentos apresentam uma articulação que dificulta a sua avaliação por parte dos que têm o dever de o votar.

Se propõem as medidas, na maioria das vezes, não dizem quais, onde vão ser executadas e que critérios presidiram à sua formulação e quantificação. O exemplo repete-se, Projecto a Projecto, Acção a Acção! Assim não podemos avaliar

correctamente este Plano, ou até como dizia um responsável por uma associação ambiental dos Açores "eu não sei ler este documento".

Porém, cai-se, por vezes, em preciosismos que não percebemos. É o exemplo de se transformar a "protecção da estrada regional da Ribeira Quente" numa grande meta do Plano Regional.

Analisemos rapidamente as metas formuladas no sector do Ambiente.

Propõem-se, por exemplo:

- Realização de cinco estudos na área dos recursos naturais;
- Intervenção em cinco bacias hidrográficas;
- Aquisição de cinquenta hectares de terrenos de protecção;
- Protecção da orla costeira em cinco ilhas.

Para além do apego misterioso ao número cinco, que critérios presidiram a estas medidas e que locais foram contemplados?

O mais se pode dizer em relação à:

"Concretização de três projectos no âmbito do Programa Life";

"Instalação do Jardim Botânico";

"Aquisição de dois mil hectares de terreno de elevado valor biogenético" e esta grande aquisição merece de Vossa Excelência melhor explicação, para que não nos invada o mau pensamento de que estamos perante um enorme campo sob o domínio do todo poderoso e talvez virtual IRICTA.

No entanto, bem espero que, na realidade, seja para dar cumprimento à Resolução n.º 13/95/A.

Outra meta:

"Comemoração de três dias mundiais de temas ambientais".

Se se referem ao Dia Mundial do Ambiente, o que este Governo vai comemorar são 4 dias e não apenas 3, a não ser que estejam já a pensar que o Governo actual não chegue ao fim do seu mandato.

Se se referem a "Dias Mundiais" de temas diferentes, então quais são esses "Dias" e porque são só 3?

É de estranhar que no objectivo n.º 2 relativo ao ambiente, e que diz,

" Promover a preservação, controlo e valorização do Património Natural", não contemple nas suas "metas" qualquer referência às áreas protegidas e, muito menos, à eutrofização das lagoas, talvez com receio de que aqui, se possa por em causa a nova localização que agora foi dada ao parque de campismo na Lagoa das Furnas!

Em relação ao quarto e último objectivo e que, no Plano/97, se traduz num único Projecto e numa única Acção (Informação e Promoção Ambiental), consideramos ser de muita importância e, talvez, profundamente condicionador do êxito, ou não, de qualquer política ambiental. Por tal facto, julgamos que a sua dotação não é suficiente — 87 mil contos para o quadriénio — dos quais, apenas doze mil são para 1997. Por exemplo, para São Miguel dispõe-se uma verba anual de mil contos para os anos de 1999 e 2000. Muito pouco!

Nas metas deste 4.º objectivo, não se faz qualquer referência às associações ambientais e, no entanto, elas têm tido um papel catalisador na sociedade, provocando a reflexão e gerando sensibilidades que acabam por condicionar fortemente as medidas políticas de natureza ambiental.

A este respeito, também não se detecta neste objectivo a referência ao Conselho de Concertação da Política Ambiental.

As associações ambientais são importantes e acentuamos a ideia de que o associativismo ambiental venha de facto, como se espera, a beneficiar de algumas regalias sociais, tal como acontece com os sindicatos.

Em relação à " Gestão da Orla Costeira", nomeadamente os POOC e a protecção, limpeza e conservação, da mesma forma não se faz referência às zonas contempladas. Tenho a certeza de que Vossa Excelência irá contemplar a costa norte da Ilha de São Miguel, já que o POOC da costa sul está já a decorrer. A orla costeira do norte bem como as suas populações merecem o devido respeito e não se pode perturbar o seu desenvolvimento com estratégias e comportamentos político-partidários pouco claros.

Por exemplo:

O povo do Nordeste, não aceita que o Governo ponha entraves à Câmara Municipal na edificação da zona balnear na Boca da Ribeira;

Rabo de Peixe está a ser severamente castigado com o adiamento da construção do Porto de Pescas bem como com a perturbação que se pretendeu causar sobre a criação da Escola de Pescas da iniciativa da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Isto para não falar nas dificuldades que têm sido levantadas à Câmara Municipal da Ribeira Grande com a reconstrução e ampliação do Teatro Ribeiragrandense, na confusão da política habitacional que foi instalada pelo Governo naquele concelho e na atitude ameaçadora de encerrar a urgência do Centro de Saúde da Ribeira Grande a partir da meia noite.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (não está cá nenhum):

Este Plano tem algumas ausências que convém destacar.

O património espeleológico! São numerosos os túneis lávicos nos Açores, mais conhecidos por grutas ou algares vulcânicos. Em São Miguel, por exemplo existem alguns com algum valor. É o caso da Gruta do Carvão em Ponta Delgada. Para além do valor patrimonial, podem também constituir uma mais valia na área do turismo.

Também não encontramos, de uma forma clara e objectiva, uma estratégia regional no domínio da preservação e conservação do ambiente marinho, onde se contemplasse medidas estimuladoras do estudo dos recursos biológicos, da protecção e manutenção das espécies económicas ou ameaçadas e dos ecossistemas que as suportam. Não basta proteger as espécies marinhas há que continuar a investir na protecção dos seus habitats, na racionalização da utilização dos recursos e, complementarmente, na fiscalização e acção pedagógica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que estas propostas do PMP e Plano/97 consagram no sector do Ambiente podia ser mais completo, mais transparente nos seus critérios e ser suportado por um melhor diagnóstico regional, para que assim contribuísse, de forma eficaz, para a defesa do ambiente na Região.

A bem dos Açores e da Humanidade.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 19.00 horas.

Até já.

Eram 18.40 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos a pedido de vários Srs. Deputados que impacientemente aguardam este momento. Vamos fazer-lhes a vontade.

Eram 19.10 horas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A aprendizagem do controlo dos movimentos e dos gestos e simultaneamente das reacções temperamentais; a descoberta da lealdade, do respeito pelos outros e por si próprio; o abandono do individualismo e a adaptação à vida comunitária e às obrigações dela resultantes; estes são factores que conferem à educação física e ao desporto importância basilar na educação das crianças e dos jovens.

Comprovado está também o carácter benéfico dos efeitos biológicos da prática desportiva sobre os sistemas muscular, ósseo, circulatório e respiratório, face às ameaças para a saúde que resultam do sedentarismo e da mecanização, aspectos característicos da sociedade contemporânea.

Por outro lado, nos dias de hoje é cada vez maior o impacto económico do fenómeno desportivo, quer pelas actividades industriais e comerciais que lhe estão directamente associadas, quer pelo respectivo contributo para o desenvolvimento da actividade

turística, face à importância do desporto como meio privilegiado de aproximação e de intercâmbio entre os povos.

Julgamos não ser necessário aduzir outros argumentos, que os há certamente, para justificar a atenção que a área do desporto mereceu no Programa do VII Governo Regional e o montante das dotações inscritas no Plano de Médio Prazo 1997-2000 que, neste momento, é submetido à apreciação e votação desta Assembleia.

No que respeita à educação física e ao desporto, a existência de obras e projectos em curso a que se torna necessário dar continuidade e o enquadramento nas grandes linhas de orientação constantes da Lei nº. 1/90, de 13 de Janeiro — Lei de Bases do Sistema Desportivo — têm como consequência lógica alguma similitude entre a política que foi seguida nos últimos anos nesta Região e o conjunto das medidas preconizadas no Programa deste Governo e cuja implementação se concretiza nos documentos ora em apreciação.

Errado seria porém considerar estarmos perante um processo de mera evolução na continuidade.

Com efeito, estes documentos perspectivam novas prioridades para esta área, que se traduzem numa diferente acentuação das diversas vertentes do desporto e no reforço da ligação do sistema desportivo com outros sistemas sociais, também eles convergentes para a formação plena do indivíduo, o que torna fundamental uma estreita articulação com outras políticas, designadamente as políticas de ensino, juventude, turismo e saúde.

Nos últimos anos foi dado especial ênfase aos aspectos da organização interna do sector, à construção de algumas infraestruturas, ao aumento do número de praticantes federados e à formação de técnicos e outros agentes desportivos.

Foram sem dúvida etapas necessárias, fizeram-se inquestionavelmente coisas boas, mas as reduzidas verbas consignadas à educação física e ao desporto evidenciam que o Poder de então nunca encarou o fomento da educação física e do desporto como um verdadeiro factor de desenvolvimento social.

E os números aí estão para o demonstrar!

No Plano de Médio Prazo para 1993-1996 o programa Desporto foi contemplado com 700 mil contos, o que correspondia a 0,8 por cento do total das verbas inscritas

no Plano, sendo 645.044 contos para Instalações Desportivas e 54.956 contos para Actividades Desportivas.

O Plano de Médio Prazo para 1997-2000 inclui uma dotação de 3.190.000 contos para o programa Desenvolvimento Desportivo, que correspondem a 1,9 por cento do total do Plano, sendo 2.885.000 contos destinados a Instalações Desportivas e 305.000 contos para Actividades Desportivas.

Da análise comparativa destes números se conclui que o actual Governo Regional reserva para investimentos no desporto cerca de quatro vezes e meia mais do que aquilo que foi previsto investir nos últimos quatro anos.

As verbas destinadas a Instalações são contempladas com um aumento de cerca de 350 por cento, enquanto que para as Actividades o aumento é ainda mais significativo e ultrapassa os 450 por cento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pensamos desnecessária a enumeração exaustiva do vasto conjunto de acções incluídas no Programa 27 — Desenvolvimento Desportivo.

Permitimo-nos contudo destacar, no âmbito do Projecto 27.1 — Instalações Desportivas —, a construção dos Parques Desportivos da Ribeira Grande e da Ilha do Faial, a execução de melhoramentos em largas dezenas de recintos desportivos de estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e a comparticipação no financiamento de obras respeitantes a instalações desportivas de clubes e de outros organismos, para além da atribuição a todos os estabelecimentos de ensino da Região de material para a disciplina de educação física.

No que concerne ao Projecto 27.2 — Actividades Desportivas — realçamos o reforço do apoio aos clubes desportivos escolares e a realização de actividades de complemento curricular e de intercâmbios escolares, por forma a garantir a existência regular, durante todo o ano lectivo, de relações ensino/aprendizagem.

Uma referência também para um aspecto inovador que consiste na criação de projectos que visem o desenvolvimento da actividade desportiva dos deficientes e para a formação na área desportiva, que inclui a realização anual de 50 acções destinadas aos diversos agentes desportivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A implementação das medidas que constam deste Plano de Médio Prazo vai permitir não só dar continuidade, mas sobretudo acelerar a evolução quantitativa e qualitativa do desporto açoriano.

Por tudo isto, acreditamos que a aprovação destes documentos garantirá o contributo do desporto, como instrumento de educação, cultura e lazer, para a construção de um novo projecto de desenvolvimento social, quando se aproxima rapidamente o início de um novo século e de um novo milénio, que certamente irão trazer novas metas e novos desafios.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora este Plano preveja algumas medidas importantes para a Ilha do Pico como sejam a repavimentação das Estradas Regionais e a reparação de portos, designadamente o de S. Roque, outras há, nomeadamente o Aeroporto e a protecção da Orla Marítima das Lajes, publicamente anunciadas, que não estão expressamente citadas no Plano.

Por outro lado, algumas das acções que estão previstas têm orçamentadas verbas claramente insuficientes, concretamente no que toca ao Património, em que os 367.500 contos nunca chegarão para as obras imprescindíveis no Museu do Vinho, no Convento de S. Pedro de Alcântara, no Forte de Sta. Catarina, na Fábrica da Baleia das Lajes do Pico, na ampliação do Museu dos Baleeiros, nas Casas dos Botes e nos Moinhos de Água e Vento que urge recuperar, tudo isto, acrescido pelas competências que foram assumidas por esta tutela, a nível do património baleeiro tão característico da nossa Ilha, bem como das estruturas museológicas.

Há ainda uma falta de entendimento para um projecto tão importante na defesa do património edificado e na promoção Turística do Pico, não se vislumbrando verbas e políticas para a salvaguarda e divulgação da paisagem da vinha (agora que surgiu a

possibilidade da sua classificação pela UNESCO como Património Mundial) e muito menos para investimentos nas estruturas, propriedade da Região, como sejam os edifícios do Lagido.

Quanto à educação, as verbas previstas revelam-se também insuficientes, atendendo a que é necessário concluir a Escola Cardeal Costa Nunes, ampliar a Escola de S. Roque e, a das Lajes necessitará de avultadas verbas para a sua ampliação e muito mais se se projectar uma nova Escola, havendo também neste ponto uma indefinição. A somar a estes investimentos, têm as Câmaras Municipais do Pico, projectos a serem apoiados pelo Governo na beneficiação das Escolas Primárias que ultrapassam os 300.000 contos.

Em relação à Saúde, a tão desejada mudança de política não se prevê, o que fará com que os Picoenses continuem a nascer fora da sua Ilha e sem a possibilidade de acesso a valências especializadas, não se encontrando sequer verbas previstas para o equipamento do núcleo de Média-Cirurgia do Centro de Saúde de S. Roque.

A nível da Segurança Social, estando prevista a adaptação do antigo Centro de Saúde de S. Roque e a ampliação do Lar de Idosos, discordamos frontalmente da informação prestada pelo Secretário do sector na Comissão especializada de que não serão construídas mais Casas do Povo, desvalorizando a importância destes empreendimentos e obviando a que em Sto. Amaro, Ribeirinha e Piedade sejam efectuadas as obras de raiz ou de adaptação tão desejadas pela população.

A política Desportiva deste Governo não contempla o Pico, esquecidos ficarão os campos relvados e a possibilidade de equipas Picoenses jogarem em divisões nacionais.

O sector agrícola, perspectiva verbas para a nova fábrica da Lacto-Pico e rede de recolha, contudo os montantes podem não ser satisfatórios.

Especialmente grave é, ainda, a indefinição no apoio aos agricultores da Firma Lacticínios Miragaia, bem como nas necessárias adaptações e remodelações do Matadouro Industrial.

No que se refere às pescas nota-se insuficiência de verbas para a Frota de Pesca e para as estruturas portuárias relacionadas com esta actividade, numa Ilha que tem cadastrados 12 dos 50 portos de pesca da Região e sabendo-se que da anteproposta

para a proposta do P.M.P. desapareceram 400.000 contos nesta rubrica, ignorando-se o porquê e o que ficará por fazer.

A subalternização do Turismo no Plano, sendo considerado não como Base Económica, mas como sector complementar, reflecte-se na Ilha do Pico, obscurecendo a possibilidade da existência de um Campo de Golfe e de outras estruturas de hotelaria, animação e restauração.

Este facto é bem ilustrado com a falta de entendimento estratégico no que concerne à política de transportes marítimos de passageiros, comprometendo à partida projectos de grande futuro, apenas por razões de compromisso político, cujas consequências levam a alterações de orientação de cadência quase semanal.

O Pico e o Triângulo ficam a perder, naquilo que poderia ser um dos fortes atractivos da procura turística Açoriana, desde que se ampliasse o Aeroporto do Pico e que o Porto de Passageiros de S. Roque fosse construído e não uma zona de passageiros no actual Porto como parece ser indiciado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além disto, na acção política, às indefinições sistemáticas e promessas inconsequentes, somam-se a falta de respostas a entidades como as autarquias locais que desde o ano passado não sabem como vão resolver os estragos dos temporais — e já não é esta a primeira vez que trago este assunto a este plenário — enquanto que se anunciam adjudicações de obras como a da ampliação da Escola de S. Roque, facto que já se verificou o ano passado e que agora é novamente publicitado como se fosse uma medida deste Governo.

Finalmente, o PMP, que alguns apelidam de “**manifesto de intenções políticas**”, corre o risco de se resumir a esta última acepção, num período de pré-campanha autárquica, na medida em que, para do planeado se passar à execução é suposta a angariação de receitas subsequentes que não estão obviamente garantidas.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Deputado sobre as tais mudanças de saúde na Ilha do Pico.

Eu gostaria imenso que estas nove ilhas tivessem nove hospitais com as valências mínimas de especialidades de um hospital, com as condições mínimas para poder tratar a nossa população.

Deputado João Cunha (PSD): Agora é que percebem isso!

A Oradora: Há-de perceber melhor quando eu acabar de falar!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Se não percebe é porque não tem entendimento, portanto retire-se.

Deputado João Cunha (PSD): Os Srs. quando estavam aqui não defendiam isso!

A Oradora: Deixe-me falar.

Deputado João Cunha (PSD): Fale à vontade!

A Oradora: Percebem, sim senhor. O Sr. é que não me percebe, porque o meu papel nesta Casa é também o de esclarecer e é essa a minha função. Sendo assim, eu vou esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Nós gostaríamos muito, mas não há país nenhum neste mundo que o possa fazer devido aos custos que implicam e ao número de técnicos que são precisos.

Pergunto: sabe o que é uma Média-Cirurgia? Sabe o que é preciso ter no Pico para fazer uma Média-Cirurgia para não correr o risco de morrer?

Sabe o que é o risco de um nascimento, mesmo que tenha lá um obstetra? Será que queria correr esse risco?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas essa sempre foi uma reivindicação do Partido Socialista!

A Oradora: Estas são as questões que ponho e gostaria que me respondessem.

Deputado João Cunha (PSD): Consulte o diário das sessões da anterior Legislatura que ficará logo esclarecida!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ninguém disse na comunicação social, que eu saiba, que este Governo tinha adjudicado uma obra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): RDP, às oito da manhã!

O Orador: Então os jornalista estão mal informados.

Este Governo consignou uma obra ao empreiteiro, porque o Governo anterior já tinha anunciado que ia fazer essa obra, só que faltava o visto do Tribunal de Contas.

Estamos de acordo em que o Pico não tenha ainda a sua maioria na política de saúde desta Região.

Dissemo-lo, dizêmo-lo e havemos de continuar a afirmá-lo. Hoje nesta bancada, como ontem nessa bancada.

Não estamos satisfeitos, nem estaremos nunca, enquanto os "picarotos" não tiverem o direito de nascer na sua Ilha.

Esta é a nossa posição política, **ontem, hoje e sempre.**

Deputado Victor Cruz (PSD): Mas ontem era uma crítica, hoje é um elogio!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que não tenha sido o Sr. Deputado Manuel Azevedo a fazer a intervenção sobre a Ilha do Pico. Naturalmente na sequência daquilo que tem escrito, viria ali, antes de mais, enaltecer o Governo por aquilo que ele tem no Plano a Médio Prazo em relação ao Pico, porque as coisas quando aparecem são, de facto, para serem apregoadas ou serem ditas.

Eu não quero entrar nesse campo. As pessoas sabem e conhecem o que é que está projectado para o Pico, conhecem a luta que os Deputados desta Casa tiveram durante anos a desejar, a pedir, a lutar e a sofrer para que as coisas aparecessem e surge um Governo — chamem-lhe político se lhe quiserem chamar, de asfalto preto

ou branco ou de betão — para fazer aquilo que as pessoas precisam e para terem aquilo que necessitam.

Eu não percebo como é que se quer desenvolver o turismo numa ilha, quando foram os privados que investiram coisas formidáveis, sem ter a tal estrutura base que não permite que as infraestruturas turísticas se desenvolvam e até algumas correm o risco de ir à falência porque o Governo não acompanhou o esforço dos privados, fazendo ao lado as infraestruturas necessárias para um turismo correcto.

O Pico é a amostra de tudo isto.

Em relação à saúde, eu fui crítico, mais do que ninguém, em relação à política que os vossos Governos implementaram em relação ao Pico, em particular, e aos Açores, em geral. Fui crítico, mas fui violentamente crítico, porque não concordo com aquilo que foi estabelecido nos Açores em relação à saúde.

Os estudos que os Srs. encomendaram apontavam para dois hospitais centrais e um hospital de ilha. Só que a jogada e a partilha política em mesa que meteu docas, portos, placas giratórias e marinas, deu o que deu. Três hospitais centrais e um centro de saúde em cada uma das ilhas, obrigando os hospitais centrais como o da Horta, que é uma obra grande, a albergar os habitantes do Pico, do Corvo e das Flores.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é que é a política crua e real.

Perante este facto, que é um facto fatal, não há que lutar. O erro está feito.

Eu não posso de repente mudar o que está feito. Eu faço um hospital na Ilha do Pico e o hospital do Faial fica para quê? Para turismo ou para albergar o quê?

Estas coisas foram todas planeadas assim.

Eu nos últimos anos, tenho lutado nesta Casa para minorar o que não foi feito, isso sim.

Portanto, peço ao Governo que o faça, ou seja, minorar a situação criada aos habitantes do Pico.

Eu não percebo, e na sequência do que foi dito ontem aqui, porque é que apesar de tudo o Pico ainda não tem um porto que albergue uma lancha. Se eu estiver na Madalena e partir uma perna, alguém tem que telefonar para o Faial para ir uma

lança-me a buscar, porque essa lanca não pode estar no Pico. No ano 2000 não pode haver uma ambulância marítima que me transporte para outro lado?

E na Horta não pode haver, até mesmo o próprio hospital, ou uma entidade que albergue as grávidas que passam meses aqui com os maridos ao lado a perder dinheiro e tempo e o aconchego dos filhos?

Isto é que é política.

Nós temos que minorar. O erro está feito e foi clamoroso.

Há muita gente que não concorda comigo, admito perfeitamente, mas esta é a minha política e era a política que deveria ter sido implementada nos Açores, porque o problema estava resolvido de maneira diferente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando, na minha intervenção na discussão e aprovação do Programa do VII Governo Regional dos Açores, referi a necessidade de enveredar por uma nova postura e uma nova atitude em relação à política de Juventude e a todas as suas componentes, estava a apontar para as soluções e opções consagradas nestes importantes documentos, Plano e Orçamento 97 e PMP, que agora nesta Assembleia se apreciam.

Mas não nos podemos esquecer que os jovens como categoria heterogénea deverão ter por parte do Estado e demais entidades públicas e privadas uma especial protecção na efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais designadamente, no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao emprego, no trabalho, no desporto e no aproveitamento dos tempos livres.

Qualquer política de juventude credível deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, promovendo estilos de vida saudáveis, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

Assim, o Governo Regional em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura

e recreio, deverão apoiar os jovens e as associações juvenis na prossecução daqueles objectivos, possibilitando assim a participação efectiva dos jovens no seu destino.

Analisando concretamente os documentos que ora se discutem constatamos efectivamente a aposta numa política integrada de juventude, o que quer dizer que a intervenção governativa se realiza essencialmente de modo horizontal por forma a que todas as áreas da governação desenvolvam acções dirigidas aos jovens aos seus problemas, anseios e aspirações.

O Plano anual para 1997 atribui uma verba de 140 mil contos a acções como prevenção da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, apoio ao associativismo, à mobilidade e ao turismo juvenil e à ocupação dos tempos livres. Quanto ao Plano a Médio Prazo o montante global destas acções atinge os 570 mil contos.

Mas não podemos deixar de salientar a grande aposta que estes documentos fazem na formação e qualificação profissional de jovens e adultos. Esta é na verdade uma estratégia essencial para a afirmação de um sistema paralelo ao ensino geral e simultaneamente factor fundamental para a inserção social dos jovens decisivo no combate ao desemprego. Para a formação no Plano 97, há uma dotação de 400 mil contos e no PMP está dotada uma verba superior a 2,5 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Governo demonstra claramente nestes documentos que quer abandonar a política de juventude avulsa baseada no subsídio, no concerto de rock e no cartão jovem, para implementar uma política de valorização, qualificação e formação de jovens açorianos para que estes se prestigiem e possam também contribuir decisivamente para o progresso económico e social dos Açores.

A formação profissional deve pois orientar-se de forma a que as qualificações individuais correspondam às necessidades do mercado.

A falta de perspectivas e a inserção no mundo do trabalho constituem um dos principais problemas da juventude nas sociedades actuais.

A situação nos Açores apresenta também alguma gravidade já que 10% da população activa procura emprego, sendo de 20% a taxa de jovens desempregados com menos de 24 anos e de 40% a taxa de desemprego jovem feminino.

Saliente-se ainda que 3/4 dos jovens desempregados possuem menos que o 9º ano de escolaridade e não são qualificados pelo que se conclui que a maior fatia de desemprego nos Açores são jovens sem formação e sem qualificação profissional.

É por isso que as prioridades são a formação de jovens até ao 3º ciclo do ensino básico ao mesmo tempo que se devem proporcionar acções de formação mais descentralizadas e eficazes. Nessa medida o actual sistema de formação profissional apresenta-se desarticulado sem uma visão estratégica e prospectiva da formação e qualificação.

A principal entidade formadora da Região, o Centro de Formação Profissional dos Açores, necessita pois de ser repensado e reorganizado nas suas vertentes administrativa e formativa, por forma a que aquela corresponda às verdadeiras necessidades do mercado de trabalho açoriano.

Mas as tendências e perspectivas do desemprego não são animadoras, para inflectir estas tendências deverão ser tomadas medidas articuladas com resultados a curto e a médio prazo desenvolvendo medidas ocupacionais de carácter social, apostando numa formação adequada e numa qualificação pertinente para introduzir maior competitividade nas empresas enriquecendo assim o tecido social e empresarial aumentando desta forma o PIB o que proporcionará a criação efectiva de postos de trabalho.

Mas a incerteza quanto ao financiamento das acções de formação profissional para além de 1999, obriga à passagem de uma lógica de mero subsídio para a lógica de co-investimento na formação implicando as empresas, as forças sociais, o Governo e o próprio formando.

Uma política de juventude voltada para a formação pessoal e profissional será decisiva no combate às disfunções sociais como a toxicodependência, o alcoolismo e a marginalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PMP nesta linha de orientações prevê a criação de 5 novos programas formativos descentralizados e pretende paralelamente acabar com as actuais MEFE.

Estas medidas específicas de fomento do emprego não levam a uma situação de inserção dos desempregados no mercado de trabalho.

Estes programas apenas funcionam numa consensual mas pseudo-ilusória tentativa de solução do desemprego.

As MEFE não levam a situação de qualificação necessária, pois não criam por isso uma mais valia económica nem uma valorização dos recursos humanos.

Estas medidas podem mesmo levar a médio prazo a situações de frustração graves que se podem complicar, frustrações estas que surgem e uma injustiça social, pois o trabalhador ocupado no MEFE não usufrui de regalias sociais nem tão pouco de uma aquisição formalizada de profissionalização, nem mais tarde de reforma.

Este programa não contribui para o combate real e efectivo ao desemprego na medida em que a criação do posto de trabalho está dependente do seu financiamento integral, quando acabam os subsídios termina a oferta de trabalho, porque a empresa não foi incentivada a criar condições para absorver essa mão-de-obra criada temporariamente e de forma artificial. Trata-se pois de um contrasenso económico e um desperdício de juventude que arrisca assim a passar anos de vida sem uma valorização profissional consistente.

Há pois que tirar lições dos programas e a acções do passado e concluir que as medidas meramente ocupacionais não levam à situação de criação estável de posto de trabalho nem sequer à estabilização do emprego.

No âmbito do PMP será promovida uma nova política de formação para a Região com uma visão mais vasta da relação formação/emprego.

Assim surge um programa formativo de inserção de jovens no mercado de trabalho chamado PROFIS. Este programa dirige-se a jovens com idade inferior a 24 anos em situação de formação profissional inicial.

Será dada prioridade a 5 sectores estratégicos de formação (as profissões do turismo, dos serviços, da manutenção informática, da manutenção das indústrias agro-alimentares e da agro-pecuária). E uma atenção especial será dada às profissões menos qualificadas assim como às profissões e qualificações emergentes;

— Um programa ocupacional para adultos (PROSA) a trabalharem em IPSS, ou em trabalhos de interesse público (autarquias, escolas e universidades).

Este programa abrangerá 600 pessoas com um custo de 400 mil contos.

Um programa ocupacional de integração em empresas privadas (INTEGRA) sem custos para a empresa, mas com a condição de ser uma medida transitória ou que leve a um posto de trabalho efectivo por cada 3 pessoas utilizadas.

Este programa abrangerá 300 pessoas com um custo de 300 mil contos;

Um programa (SAZONAL) para adultos. Para trabalhos de interesse público em autarquias, com adultos que não se encontrem em situação de reconversão ou os que a formação/qualificação não possa ser uma resposta. Este programa abrange 400 pessoas em toda a Região com um custo de 200 mil contos;

Finalmente um programa formativo de activos em situação de desemprego sazonal (PESCAR) dirigido essencialmente a pescadores em períodos de inactividade. Abrange 800 pessoas e tem um custo de 500 a 650 mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estas não são com certeza soluções milagrosas, mas são certamente medidas que contribuirão decisivamente para minorar e minimizar alguns dos principais problemas que afectam a juventude açoriana.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Ilha Terceira merece reconquistar o espaço que já foi seu. A sua dignidade ferida assim o vem, clara e inequivocamente, exigindo.

Venho pois, em nome da minha Ilha, reflectir com esta excelentíssima Câmara sobre a forma como as anteriores administrações do P.S.D. hipotecaram, de alguma forma, o seu futuro.

Em jeito de um **último inventário**, irei recordar o comportamento tido para com ela ao longo dos últimos anos e a forma como, através de uma estagnação premeditada, se estrangulou o seu desenvolvimento. Só então, abordaremos a forma de iniciar a sua desipototeca através dos Planos que ora estão em discussão.

Iniciemos pois esse inventário pela Estrada Lages/Sta. Bárbara.

Com início no P.M.P. 1989/1992, esta obra, apesar de referida em todos os Planos anuais, apenas recebeu uma dotação de 60 mil contos em 1992. Mesmo assim a execução foi de ZERO.

O P.M.P. 1993/1996, incluía uma dotação de 40 mil contos para o troço Lages/Agualva e 120 mil contos para Agualva/Biscoitos/Serreta.

Em 1993, não houve qualquer execução. Em 1994, contou com a inscrição de 215 mil contos, mas a execução foi "ZERO". Em 1995, apesar de ser dotada com uma verba de 300 mil contos, a sua execução, para não variar e ser coerente com o processo iniciado em 1989 foi "ZERO".

Em 1996 a Lages/Sta. Bárbara viu inscritos no Plano 675 mil contos para asfaltagem, sem qualquer projecto elaborado para as necessárias correcções, o que teve como resultado que as despesas a mais estejam praticamente atingindo os limites permitidos por lei. A execução daquela verba foi de 70% ou sejam, 420 mil contos.

A Via-Rápida Angra/Porto da Praia fez o percurso actual em saltos pré-eleitorais, tendo ficado célebres o troço do Aeroporto com a vinda de Cavaco Silva e o início do 4º troço, dia e meio antes das eleições de Outubro passado.

O Porto de Pescas da Praia da Vitória teve o seu momento crucial, na vigência do P.M.P. 1989/1992 onde, tendo honras de nele ser incluído, não teve direito posteriormente, a qualquer dotação orçamental. Durante o P.M.P. 1993/1996, com os erros e oscilações sobejamente conhecidos, lá se foi arrastando até ao ponto em que se encontra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Centro de Saúde da Praia da Vitória apareceu em 1989/1992, aureolado de 202.500 contos para a sua construção. O ritmo imposto era alucinante: 2,5 mil contos para 1989; 25 mil para 1990; 75 mil para 1991 e 100 mil para 1992. Só no ano 1990 foi gasta a verba de 10 mil contos para despesas com a elaboração do projecto. Nos outros anos a execução foi "ZERO".

No P.M.P. 1993/1996 apareceu como que envergonhado sob a verba de 50 mil contos. Mesmo assim, apenas em 1996 foram inscritos 40 mil contos para a sua construção.

Em relação à construção de escolas, a EB 2+3 e Artístico de Angra do Heroísmo apesar de surgir no P.M.P. de 1989/1992, só dispôs da verba de 30 mil contos em 1992 para a **"preparação do processo de expropriação de terrenos"**.

No PMP 1993/1996, foi dotada com 50 mil contos. Em 1993 e 1994, não teve direito a qualquer verba. Em 1995 foi contemplada com 25 mil contos. Na execução anual apenas consta: **"fase de escolha de terrenos"**. Em 1996, teve direito a 40 mil contos. Quanto à Escola Francisco Ornelas da Câmara, apesar de se encontrar em péssimas condições, nunca teve a atenção que o seu estado merecia, bem como a Escola do Ensino Especial que necessita ser visitada para que se perceba as condições em que funciona.

No que se refere à Agricultura e às suas infraestruturas, ficámos de facto com um quintal ajardinado a Sudeste plantado, com condições privilegiadas para a produção leiteira. Simultaneamente, milhares de lavradores continuam em toda a ilha com as mesmas dificuldades de acesso às explorações, à água e luz que tinham há 20 anos atrás. Às explorações destes não vêm os antigos governantes mitigar saudades do passado...

Em relação ao Turismo, o aproveitamento das verbas disponibilizadas também não tem sido o melhor. Assim, da dotação de 309.500 contos para 1990, foram dispendidos apenas 78 mil contos; dos 203 mil de 1991, apenas se gastaram 15 mil contos; dos 275 mil de 1992 a execução manteve-se pelos 106 mil contos. Equivale a uma execução global de 25,2%.

Do PMP de 1993/1996, até final de 1995, também foram executadas apenas 39,99% das verbas disponíveis.

Ficou assim pintado a traços largos aquilo a que podemos chamar o Inventário das condições em que os Governos da responsabilidade do PSD deixaram a Ilha Terceira: **"Portos sem funcionar; estradas por acabar; construções na saúde por começar; escolas por iniciar, por reparar e por concluir; barracas por erradicar; matadouro por construir; caminhos de penetração por rasgar; água para o gado por distribuir; culturas por diversificar; transportes por definir; mercados por conquistar; paquetes passando ao largo e turistas nem vê-los, pois não há onde dormir!..."**

Juro que foi assim que encontrámos a Ilha Terceira no dia 14 de Outubro de 1996. Isso deveu-se essencialmente ao facto das verbas inscritas nos Planos anteriores não serem por sistema para executar, como terá ficado demonstrado com os exemplos apontados. Essa constitui também uma diferença fundamental entre o passado e o presente: as verbas inscritas nestes Planos são de facto para serem gastas nos respectivos programas e acções. É essa a nossa profunda convicção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É pois aqui que tem início a desipoteca da Ilha Terceira.

Primeiro, no inverter das tendências decrescentes do investimento naquela Ilha, que atingiu os valores inferiores de 11,8% em 1994; 11,3% em 1995 e 13,5% em 1996.

Este ano, se é certo que o Governo Regional conseguiu o montante de 37.694.460 contos para investimentos no Plano, não é menos verdade que 5.348.008 contos dessa verba, se destinam a reparar danos causados pelas calamidades.

É de facto investimento aplicado nos lugares atingidos, mas não pode entrar na contabilização da divisão das verbas do Plano pelas diferentes Ilhas. Em nome da justiça e da solidariedade para com as populações afectadas.

Sendo assim, da restante verba cabe à Terceira 15% do total do Plano de 1997. Representa uma inversão significativa em relação à tendência dos últimos anos. Da mesma forma, os 23.258.421 contos do P.M.P. representam um investimento global de 15,2% para os 4 anos do Plano.

Prevejo com alguma facilidade, que os deputados do P.S.D. pela Ilha Terceira se sintam aliviados, tranquilos e satisfeitos com alterações tão profundas em relação à tendência anterior.

Mantendo um nível de investimento assim equilibrado, a Ilha Terceira, ficará dotada das **condições imprescindíveis** ao seu desenvolvimento económico e bem estar social, meta que nos propomos atingir.

Para isso, foi necessário elaborar um projecto condigno para a estrada Lajes/Sta. Bárbara, acelerando na medida do possível a sua construção. As verbas inscritas no Plano para 1997 e P.M.P. 1997/2000, de respectivamente 600 mil e 1.146.250 contos, contribuirão para que assim aconteça. O mesmo procedimento foi tomado em relação à Via-Rápida, onde para além da garantia da construção do quinto troço, a aceleração

do ritmo dos trabalhos está patente nos 300 mil contos do Plano para 1997 e nos 652.500 contos do P.M.P..

O Porto de Pescas da Praia da Vitória, com a verba de 550 mil contos para 1997 e o total de 1.300 mil para o período do P.M.P., vislumbra finalmente a sua conclusão, enquanto para o Porto Comercial há a garantia do Governo de que está salvaguardado para breve o seu necessário equipamento.

O Matadouro Industrial, com a dotação de 919.858 contos no P.M.P., dá-nos a certeza de que a sua construção será concretizada; o Centro de Saúde da Praia da Vitória, com 50 mil contos para 1997 e 850 mil contos no total do Plano, é obra para edificar e o Hospital de Angra com os 975 mil contos orçamentados irá ter a ampliação e reparações que se impõem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em termos de construções escolares, a Escola Francisco Ornelas da Câmara, com os 220 mil contos no P.M.P., vê finalmente alguém olhar para ela com atenção, reparando uma injustiça que tardava.

Os 215 mil contos para a construção de uma Escola de Educação Especial é um acto de solidariedade humana que demorava.

A verba de 1.200 mil contos incluída no P.M.P. para a construção da EB2+3 e Artístico de Angra do Heroísmo, é o sinal de que aquela escola não será mais motivo de grave preocupação para os terceirenses e a EB2+3 de Angra, Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, verá finalmente chegada a hora duma tão necessária reparação.

Na Agricultura, para além do significativo reforço de verbas com que se vê contemplada, existe já de facto a preocupação de atender às situações mais carecidas de solução, procurando enquadrar-se todos os perímetros de ordenamento agrário no mesmo nível de prioridades. Procura-se assim imprimir um sentido de justiça e equidade entre todos aqueles que vivem da mesma profissão.

A decisão da construção do mercado do gado e a instalação da delegação do IFADAP, são um exemplo do respeito que este Governo tem para com a Ilha Terceira neste sector.

As verbas inscritas no P.M.P. para o apoio ao Comércio e à Indústria de respectivamente 74.628 contos e 212 mil contos são significativas, se comparadas com montantes anteriores e respectivas execuções financeiras, bem como a rubrica **Sistemas Complementares de Incentivos**, com 300 mil contos para 1997 e 350 mil contos no PMP, nos aparece com uma boa dotação.

Em relação ao Turismo, a Terceira não pode ter razões de queixa. Tem, na rubrica **Desenvolvimento do Turismo**, 749.566 contos no P.M.P. dos quais 235.556 contos para 1997 e na rubrica "**Sistemas de Incentivos ao Turismo**", a dotação de 654.978 contos, sendo 50.082 contos para o corrente ano.

Existe no P.M.P. na rubrica "**Investimentos Estratégicos**" a verba de 1.667 mil contos para o campo de golfe do Faial e São Miguel.

A Terceira já tem um campo de Golfe, e penso que a ninguém ocorrerá construir outro.

Por outro lado, o Turismo é de facto o "Calcanhar de Aquiles" da Terceira. É por isso necessário estimular o investimento nesta área.

O Governo, pela boca do Sr. Secretário da Economia, já manifestou interesse em desbloquear a situação do Hotel de Angra e de apoiar até ao limite do possível a construção de outras unidades hoteleiras. As verbas acima referidas são bastante significativas, e se por compreensão com a necessidade da construção daqueles campos de Golfe, subtrairmos o montante que lhes é destinado, verificamos que à Ilha Terceira são atribuídos 14,2% das verbas para o Turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por último, a Habitação.

A verba destinada à Ilha Terceira de 329.944 contos para 1997 e 1.364.070 contos no P.M.P. é significativa. O que já vem sendo feito — desbloqueamento em relação ao bairro da Carreirinha, protocolo com a Câmara Municipal da Praia da Vitória em relação à erradicação de barracas, disposição em acelerar e resolver definitivamente os processos de loteamento em curso em São João de Deus, Canada de Belém, Serra de S. Tiago e Bravio II, em São Mateus — são o sinal inequívoco da disposição deste Governo em proporcionar uma habitação condigna a quem mais dela necessita.

Um realce especial, antes de terminar, para a rápida intervenção do Governo na solução da rotunda junto à A.I.C. e na assistência prestada ao Centro de Oncologia dos Açores com a compra de equipamento tão necessário àquele organismo.

Temos porém consciência de que muito há a fazer naquela ilha.

Limitei-me quase exclusivamente a um balanço daquilo que lamentavelmente se tem arrastado no tempo sem conclusão, e que tem condicionado sobremaneira o desenvolvimento daquela Ilha.

Existiu espírito de justiça para com a Terceira na aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

Dá-se assim cumprimento ao que apresentámos ao eleitorado da Ilha Terceira no contrato que fizemos com os terceirenses e que levou à conhecida votação que o P.S./Açores teve naquela Ilha a 13 de Outubro de 1996. Documento que, como se tem verificado, até serve de "Bíblia" a Deputados da oposição.

"Quem cumpre o que promete, a mais não é obrigado."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Ilha Terceira foi, num passado recente, vítima da sua ousadia em tentar libertar-se. Não, se vergou porém, não se subjugou; e depois desse passado politicamente conturbado para as suas legítimas aspirações, as perspectivas que se vislumbram para o seu futuro são de molde a deixar qualquer seu deputado interessado em participar nessa mudança.

A Ilha Terceira, pela sua história, por aquilo que é, por tudo o que representa pela alegria que irradia, pela paixão que desencadeia, pelo orgulho que faz sentir, bem merece esse contributo.

Por mim, irei cumprir essa histórica obrigação.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, o meu relógio já indica as 20.00 horas. No entanto, eu tenho um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o qual agradecia que fosse rápido.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradecendo a compreensão do Sr. Presidente, queria congratular-me com a primeira parte do trabalho do meu ilustre colega Deputado, eleito pelo mesmo círculo, que fez aqui uma resenha histórica da marginalização a que a Ilha foi sujeita no passado e fez-me lembrar momentos de luta interessantes aqui. Na altura, eu tinha a sorte de ter o Deputado Francisco Oliveira do mesmo lado da barricada.

Porém, fiquei muito preocupado quanto à segunda parte da intervenção do Deputado Francisco Oliveira, porque embora eu compreenda a legítima euforia que ele contém por suportar um Governo em que ele acredita, eu achei uma excessiva — permita-me que o diga com toda a sinceridade — paixão na forma como o fez.

Eu espero que durante estes 4 anos possamos continuar a ouvir o Deputado Francisco Oliveira actuar, em relação a este Governo, com esta mesma convicção,...

Deputado Mark Marques (PSD): Não vai durar tanto tempo!

O Orador ... porque eu não acredito que V. Ex^a. deixe de manter o compromisso para com a sua Ilha que também o caracterizou nos últimos anos.

Eu apreciei algum esforço técnico que o Sr. Deputado fez, isto é, em vez de comparar logo a capitação do investimento que está previsto para a Terceira no Plano de 97 que ressalta aos olhos — 13.6 —, comparou com o que estava previsto o ano passado — 13.5 —, um investimento sensivelmente semelhante.

O Sr. Presidente do Governo, provavelmente apreciou mais do que eu esse esforço e permitam-me, apesar da sua ausência, o Dr. Mota Amaral não ficaria pior servido se tivesse que fazer exercícios de comparação de indicadores, como por exemplo, aquando do sismo ou de outras calamidades que afectaram a Região.

Realmente retirar as verbas das calamidades e depois fazer um indicador, há muitos directores regionais do Governo que não eram capazes de o fazer...

(Risos da Câmara)

... como nós já verificámos e os documentos do Plano Anual e de Médio Prazo também o patenteiam.

Ainda hoje de manhã vimos isso em relação à célebre página 32. Se houvesse lá um técnico superior que tivesse o mínimo de sensibilidade como teve agora o Deputado Francisco Oliveira, essa página nunca teria vindo à luz do dia.

(Risos das bancadas do PSD e do PP)

Sr. Deputado, era bom que V. Exa. também tivesse feito outros rácios como por exemplo na área do sistema rodoviário regional e tivesse verificado que a percentagem da Ilha Terceira é inferior a 10% e se tiver em conta os anos de 99 e 2000, o que está previsto é inferior a 8%.

Também em relação ao porto da Praia da Vitória, era importante que tivesse dito aqui...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque estamos praticando uma dupla infracção do Regimento.

O Orador: Eu tenho consciência disso, Sr. Presidente. Já termino.

Como estava dizendo, era bom que tivesse lembrado esta Assembleia que o equipamento para o Porto da Praia só estará previsto para 99/2000.

Fazemos votos que na próxima Terça-Feira, todos nós sejamos capazes de conseguir que haja equipamento em 97.

Mais uma vez, agradeço a atenção do Sr. Presidente.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Serei muito rápido.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pelo facto de ter vivido com intensidade dramática a situação do sismo de 80, fui capaz de fazer com relativa facilidade esse tipo de contas.

Como disse na minha intervenção, os 5 milhões de contos de 97 são investimento nas áreas que vamos poder beneficiar, também é facto que só devido às calamidades é que isso foi proporcionado. Portanto, eu considero isso um trabalho extra-Plano

normal, digamos assim, e sendo assim é entendimento que num caso desses não podemos agir como se nada tivesse acontecido.

Penso que essas contas são legítimas, embora o Sr. Deputado esteja no direito de não concordar.

Quanto ao sistema rodoviário, poderia até ter 15% no lugar de 8% para os últimos anos, mas também temos que ver que os recursos financeiros nesta altura, não são de modo a proporcionar investimentos superiores aos que foram feitos...

Deputado Mark Marques (PSD): Agora, antes eram!

O Orador: Nunca foram. Aliás, as críticas aqui surgidas anteriormente, eram exactamente pelo desequilíbrio profundo que se vinha mantendo, porque os números que aqui foquei, ao focar os 11,8 num determinado ano, o investimento real na Terceira não chegou a 6%, porque parte dessas verbas eram para pagar dívidas do passado. Nem isso eu referi, referi apenas os números que aconteceram.

Na minha opinião, esta é uma forma justa de abordagem e o que está aqui em causa é que isto se arrasta naquela ilha a algum tempo, tem-nos martirizado e evitado que se chegue a caminhar em sentidos mais profundos em termos de desenvolvimento na Terceira, mas vai ser definitivamente ultrapassado e realizado.

Para nós, isso é um motivo de satisfação.

Por outro lado, a tendência que vinha de decréscimo de verbas no plano através dos últimos anos, teve uma inversão significativa e isso não quer dizer que para o futuro, a tendência não seja ainda superior se os casos a isso levarem, como sejam os casos de investimento, etc...

O que fundamentalmente acontece, é que nós consideramos que há de facto alguma justiça na divisão das verbas do plano e é com isso que nos congratulamos.

Obrigado.

Presidente: Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de deixar indicada a ordem do dia para a próxima Terça-Feira, para além dos diplomas que já estão agendados.

Ficarão agendados para os próximos plenários:

— Anteposta de Lei que autoriza o Governo Regional a recorrer ao endividamento externo junto de instituições internacionais até ao montante equivalente a 19 milhões de contos;

— Projecto de Decreto-Lei n.º 4/97, que adapta o Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, à Região Autónoma dos Açores;

— Projecto de Decreto-Lei, n.º 6/97 que adapta à RAA a Lei n.º 8/93, de 5 de Março, sobre "Criação de Freguesias";

— Projectos de Decreto-Lei n.ºs 8/97 e 11/97 que propõem alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/96/A, de 4 de Janeiro, sobre "Conselho Regional de Concertação Social" da autoria do PP, e o projecto idêntico para alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/96/A, de 4 de Janeiro, da autoria do PS.

Este é o entendimento que ficará para a hipótese optimista dos documentos que estão em discussão ficarem agendados ainda antes do tempo regimental para o encerramento dos trabalhos de Terça-Feira.

Anuncio também, como última informação por hoje, os tempos disponíveis dos Grupos e Representações Parlamentares e também do Governo.

PS — 1 hora, 17 minutos e 30 segundos.

PSD — 1 hora, 27 minutos e 5 segundos.

PP — 1 hora, 11 minutos e 30 segundos.

PCP — 36 minutos e 30 segundos.

Governo — 1 hora, 52 minutos e 10 segundos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Até à próxima Terça-Feira às 10.00 horas.

Bom fim-de-semana.

Obrigada pela colaboração que deram à Mesa nestes dias.

Boa noite.

Eram 20.10 horas.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - António Silva Melo, Fernando Menezes, Francisco Oliveira; **PSD** - Aires Reis).*

A Redactora de 2.^a Classe: Maria da Conceição Fraga Branco.